

## **Plano de Trabalho**

Resumo

Introdução

Bibliografia

I – O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no contexto da arte medieval portuguesa.

1. As circunstâncias históricas da fundação do Mosteiro.

1.1. O mecenas e a sua acção.

1.2. A ordem dos dominicanos no contexto da religiosidade medieval em Portugal. Mentalidade religiosa e iconografia.

II – A campanha de edificação. Artistas e organização do trabalho no estaleiro de Santa Maria da Vitória.

1. Fases de construção. Cronologias e soluções técnicas.

III – O sistema hidráulico em Santa Maria da Vitória. Funcionalidades.

1. O problema da água. Sistemas e soluções em monumentos medievais portugueses. Uma comparação.

2. As soluções Hidráulicas encontradas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

IV – Intervenções de restauro nos séculos XIX e XX: coberturas e o sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória

1. A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O Sistema Hidráulico.

2. Intervenções não datadas

3. Tipologias da pedra utilizada na construção e nos restauros

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

V – As gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Conclusão

## **Resumo**

No presente estudo desejámos compreender o sistema hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, bem como a simbologia presente nas gárgulas do monumento, para tal, foi necessário estudarmos as circunstâncias históricas da fundação do Mosteiro, o envolvimento de D. João I, as influências estilísticas que o edifício revela, as várias campanhas de obras, as biografias dos principais mestres nelas envolvidos, assim como as várias campanhas de restauro e conservação que o mosteiro sofreu ao longo do tempo. O estudo atento destas campanhas revelou-se fundamental para a definição da autenticidade do universo de gárgulas que analisámos.

O sistema hidráulico é um subsistema arquitectónico, que pode ser compreendido atendendo ao seu duplo desenvolvimento: Um primeiro que se refere à água potável, ao nível do solo, e outro às águas pluviais. No entanto, nestes dois subsistemas deparamo-nos com três aspectos comuns com elevada importância para a funcionalidade de qualquer edifício: Captação, escoamento e funcionalidade. Existe também uma articulação entre estes dois subsistemas, condicionando a organização arquitectónica do mosteiro.

Para que este estudo se tornasse mais completo estendemos o nosso entendimento sobre um conjunto de outros edifícios da mesma época ou de períodos afins, como Sé de Évora (1186), Sé de Lisboa (1147), Convento do

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

Carmo (1389), Mosteiro de Alcobaça (1153), Convento de Tomar (1420-1460) e Sé Velha de Coimbra (Século XII, década 60).

Como o sistema hidráulico é indissociável do sistema de coberturas do edifício e como este depende obviamente da planimetria pensada e do sistema de abobadamento escolhido, tudo decisões de primeiro momento na história do edifício, optámos por escolher estudar unicamente a campanha de obras inicial que corresponde à zona da igreja, capela do fundador e claustro real.

No que diz respeito às gárgulas estas constituem a fase final do escoamento de águas pluviais a nível das coberturas, o que denominamos como sistema hidráulico superior, que para além dessa função assumem tanto um valor decorativo, onde a inventiva dos mestres pedreiros e escultores é notável, como simbólico e cuja leitura e interpretação iconográfica não é tarefa fácil.

**Palavras-chave:**

- Mosteiro de Santa Maria da Vitória
- Sistemas Construtivos do Gótico
- Sistemas Hidráulicos
- Gárgulas

## **Abstract**

With this study we aimed at comprehending the hydraulic system of St. Maria da Vitória Monastery, as well as the symbolism enclosed by the gargoyles of the monument. Therefore, we had to analyse the historical circumstances concerning the foundation of the Monastery, the engagement of King John I, the stylistic influences the building reveals, the various phases of architectural work, the biographies of the main masters who were involved in them, as well as the different campaigns of restoration and maintenance the Monastery has suffered through the ages. The attentive study of these campaigns became fundamental to bring out the authenticity of the sample of gargoyles we analyzed.

The hydraulic system is considered as an architectural subsystem, which can be understood regarding a double development: a first one relating to potable water, at soil level, and another one concerning pluvial waters.

Besides, going through these two subsystems, we come across with three highly important common aspects for the functionality of any building: impounding, drainage and functionality. There is also an articulation between these two subsystems which influences the architectonic organization of the Monastery.

In order to increase the completion of the present work, we decided to expand our study to a group of other buildings of the same period or belonging to other periods, although with similar characteristics, as Sé de Évora (Évora Cathedral) (1186), Sé de Lisboa (Lisbon Cathedral) (1147), Convento do Carmo (Convent of Carmo) (1389), Mosteiro de Alcobaça (Monastery of Alcobaça) (1153), Convento de Tomar (Convent of Tomar) (1420-1460) and Sé Velha de Coimbra (Coimbra Old Cathedral) (12th century, decade 60).

Once the hydraulic system is intimately related to the covering system of the building and, on the other hand, this obviously depends on both the imagined planimetry and the chosen dome shaping system – all these representing first line decisions in the history of the building – our option was to study merely the initial work campaign, corresponding to the church area, the founder’s chapel and the royal cloister.

In which may concern the gargoyles, these represent the final phase of the drainage of pluvial waters at covering level, being named as superior hydraulic system. They assume not only a decorative value, where the inventive skills of master masons and sculptors are remarkable, as well as a symbolic purpose, leading to a difficult reading and iconographic work of hermeneutics.

**Keywords:**

- St. Maria da Vitória Monastery.
- Gothic Building Systems.
- Hydraulic Systems.
- Gargoyles.

## **Introdução**

No presente estudo desejámos compreender o sistema hidráulico do Mosteiro dominicano de Santa Maria da Vitória, tentando assim colmatar uma lacuna que sentimos existir na historiografia artística sobre este importante monumento gótico. De facto, apesar de já muitos autores se terem debruçado sobre o Mosteiro da Batalha, como é vulgarmente conhecido, analisando muitos dos aspectos que iremos ecoar ao longo deste trabalho, nomeadamente as circunstâncias históricas da fundação, o envolvimento de D. João I, as influências estilísticas que o edifício revela, as várias campanhas de obras e as biografias dos principais mestres nelas envolvidos, faltava na biografia um estudo que se centrasse sobre as especificidades do sistema hidráulico do edifício. A pertinência desta abordagem resulta do facto evidente de a arquitectura poder ser encarada como um sistema complexo, envolvendo todas as componentes do edifício, desde as fundações ao abobadamento das naves, mas que esse sistema global pode igualmente ser decomposto em subsistemas, como a estrutura muraria, a cobertura, a abobadagem, as contrafortagens e outros, dos quais o hidráulico do edifício é, sem dúvida, das mais importantes. Todos os mestres com responsabilidades em estaleiros de arquitectura sabiam da necessidade absoluta de conduzir as águas pluviais para os vários elementos do sistema, a saber a tipologia de cobertura das áreas edificadas, a condução das águas pluviais e, por último, o seu escoamento, tanto a nível das coberturas como a nível do solo. Em todo este conjunto de elementos de reconhecida funcionalidade existe um que alia ao carácter utilitário um sentido decorativo e simbólico. Falamos das gárgulas que constituem a fase final do escoamento de águas pluviais a nível das coberturas, o que denominamos como sistema hidráulico superior, que para além dessa função assumem tanto um valor decorativo, onde a inventiva dos mestres pedreiros e escultores é notável, como simbólico e cuja leitura e interpretação iconográfica não é tarefa fácil.

Porque o sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória é complexo, envolvendo como se verá várias soluções e desenhando um universo plástico e funcional de cerca de 380 gárgulas diferentes interessou-nos estender o nosso entendimento sobre um conjunto de outros edifícios da mesma época ou de períodos afins, como Sé de Évora (1186), Sé de Lisboa (1147), Convento do Carmo (1389), Mosteiro de Alcobaça (1153), Convento de Tomar (1420-1460) e Sé Velha de Coimbra (Século XII, década 60).

O objectivo desta visão mais alargada pela arquitectura da época gótica não pode deixar de ser o confronto do caso que analisamos com os sistemas hidráulicos utilizados nessas igrejas. Tentamos assim uma compreensão alargada das soluções utilizadas, o que permite colocar em contexto as soluções utilizadas em Santa Maria da Vitória e asseverar a originalidade e a autenticidade do sistema batalhino.

Não podemos estudar um sistema arquitectónico sem conhecermos a globalidade do edifício, as razões que estão na origem da sua fundação, os vários mestres envolvidos, a sua história material da fundação ao nosso tempo, passando naturalmente pela questão das várias campanhas de restauro e conservação que o mosteiro sofreu ao longo do tempo. O estudo atento destas campanhas revelar-se-á fundamental para a definição da autenticidade do universo de gárgulas que analisaremos. Como facilmente se compreende, as gárgulas são o elemento final do sistema hidráulico superior, portanto estão sujeitas a um elevado nível de desgaste, resultante tanto da passagem da água como da necessária diminuição da espessura da pedra pelo trabalho escultórico que apresentam. Assim considerando os seis séculos de existência do edifício foram certamente substituídas algumas e restauradas outras.

Relativamente à acção fundamental de D. João I evidenciaremos o seu papel enquanto mecenas desta obra, os seus vários níveis de intervenção: A forma e o percurso que o levou a chegar ao trono de Portugal, a importante batalha



de Aljubarrota e a conseqüente promessa feita pelo monarca em mandar construir uma *“Casa de Oraçom”*, caso vencesse a batalha.

Após a derrota das forças castelhanas, D. João I decide então entregar o Mosteiro de Santa Maria da Vitória aos cuidados da ordem dominicana, certamente devido à influência exercida sobre ele por D. Nuno Álvares Pereira e o seu confessor, Frei Lourenço Lampreia. Por outro lado é provável que outro dos motivos que levaram D. João I a tomar tal decisão, tenha sido, por um lado, o facto de a ordem dos dominicanos exercer um evidente poder na família real e na corte portuguesa, por outro lado, porque os dominicanos tinham apoiado D. João I aquando a sua subida ao trono de Portugal.

Para o monarca, a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e o próprio edifício tinham um carácter quase simbólico pois espelhavam não só a devoção à Virgem Santa Maria, mas igualmente representavam a sua acção enquanto rei fundador de uma Dinastia.

Desta forma, nenhum pormenor relativo à construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi deixado ao acaso, para isso encomendou os trabalhos aos melhores artistas nacionais e estrangeiros.

Neste primeiro capítulo iremos também focar as mudanças culturais que se verificaram durante o reinado de D. João I, devido em parte à sua união matrimonial com Filipa de Lencastre, com quem veio a gerar a chamada *“Ínclita geração”*, cuja importância para a história de Portugal é bem conhecida.

O II capítulo será a ocasião para estudar as várias fases de construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, procurando conhecer a história do edifício e compreender o modo como este foi crescendo, as opções que foram sendo tomadas a fim de restringirmos fundamentalmente as áreas do edifício que vamos estudar. Como consideramos, na esteira de outros

autores, que as principais decisões sobre a planimetria e a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória foram tomadas pelos dois primeiros mestres que dirigiram o estaleiro, a saber, Afonso Domingues e Huguet. Como o sistema hidráulico é indissociável do sistema de coberturas do edifício e como este depende obviamente da planimetria pensada e do sistema de abobadamento escolhido, tudo decisões de primeiro momento na história do edifício, optámos por escolher estudar unicamente a campanha de obras inicial que corresponde à zona da igreja, capela do fundador e claustro real.

Descreveremos as soluções técnicas encontradas pelos arquitectos do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, desde Afonso Domingues, convidado por D. João I para dirigir a edificação do Mosteiro, até Mateus Fernandes. É importante ter em conta que, neste capítulo, a análise feita será com vista à realização do estudo do sistema hidráulico do monumento. Assim, iremos analisar com maior atenção as campanhas de obras levadas a cabo no tempo de D. João I, compreendendo: A igreja, a capela do fundador e o claustro real.

No III capítulo será feito uma análise acerca do sistema hidráulico encontrado em alguns monumentos medievais portugueses, referentes como foi dito anteriormente ao mesmo período artístico. A descrição destes sistemas hidráulicos interessa para descobrirmos as influências que exerceram na construção do mosteiro e, posteriormente, as que este exerceu. Estes monumentos são: As Sés Catedrais de Lisboa, Évora e Coimbra, o Mosteiro de Alcobaça e o Convento e igreja do Carmo.

Para terminar este capítulo faremos o estudo das soluções encontradas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

No Capítulo seguinte será apresentado o estudo acerca dos restauros efectuados no monumento ao longo dos séculos XIX e XX, desde o trabalho efectuado por Luís Mouzinho de Albuquerque até aos trabalhos levados a

cabo pela Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais. No que diz respeito aos realizados por Luís Mouzinho de Albuquerque iremos evocar todo o seu projecto de restauro para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que incidiu em dois pontos fundamentais: A procura dos materiais usados aquando da fundação do Mosteiro e a utilização do levantamento arquitectónico realizado por James Murphy, como base do seu projecto de restauro.

Nesta análise seguiremos o estudo de todos os restauros efectuados nas intervenções dirigidas pelo Major Joaquim Guilherme Rebelo Palhares, pelo Arquitecto Lucas dos Santos Pereira e por José Augusto Fragosos. Estes, após o afastamento de Luís Mouzinho de Albuquerque, continuaram a utilizar o projecto de restauro realizado e editado pelo engenheiro.

Quanto aos trabalhos realizados no início do século XX pela Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, faremos uma análise dos restauros efectuados, que estejam relacionados com o sistema hidráulico, ou seja: telhados, coberturas e gárgulas. Para finalizar este capítulo focaremos a nossa atenção nas intervenções feitas nas gárgulas, que ainda não foram documentadas anteriormente.

Faremos uma abordagem muito sucinta das tipologias das pedras utilizadas na fundação e no restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, para que assim possamos fazer o reconhecimento das pedreiras utilizadas nos diversos períodos.

Terminaremos o nosso estudo com a análise das formas e da simbologia presente nas gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. É importante salientar que optámos por realizar uma triagem das gárgulas existentes no monumento. Assim, iremos estudar unicamente as que pertencem à época de fundação, ou seja, todas as que não são originais serão excluídas. Para

que esta selecção seja possível é essencial, no capítulo anterior, identificar quais as gárgulas originais e quais as peças que foram copiadas.

No que diz respeito ao estudo simbólico e à forma das gárgulas, teremos sempre presente, dois aspectos: Primeiramente, o facto de as gárgulas serem consideradas objectos de arte que representam o mal, isto é, são representações burlescas, animais, associadas à vida terrena, como por exemplo à sexualidade e à guerra. Na nossa opinião as gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória representam, sem dúvida, a distinção entre o bem e o mal. Têm também a função simbólica de protecção do espaço religioso e das almas.

O segundo aspecto importante a ter em conta é a funcionalidade das gárgulas, enquanto objectos escultóricos. O escoamento das águas pluviais para o exterior do edifício era imprescindível para um bom funcionamento do sistema hidráulico, por isso, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, poucas são as gárgulas unicamente decorativas.

Podemos inclusivamente concluir que, houve uma clara preferência por aliar o aspecto decorativo à funcionalidade das peças.

## **Capítulo I**

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no contexto da arte medieval portuguesa.

Neste primeiro capítulo propomo-nos a realizar uma síntese das circunstâncias históricas em que o Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi fundado. Para tal iremos focar o papel do mecenas e da ordem dominicana na realização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Esta síntese será feita ao encontro do tema da dissertação, “As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função, Forma e Símbolo”. Para o nosso estudo iremos fazer a análise do sistema hidráulico e das gárgulas desde a fundação do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (mestre Afonso Domingues) até ao final da terceira fase de construção, que corresponde ao trabalho de Mateus Fernandes.

A arquitectura religiosa portuguesa foi marcada pela acção das ordens mendicantes que se estabeleceram em Portugal no final do primeiro quartel do século XIII, a ordem dos dominicanos estabeleceu-se no ano de 1217. Os dominicanos instalaram-se num eremitério, na Serra de Montejunto. Não era habitual que aquando da fundação de um instituto religioso, este fosse dotado com o património que lhe permitisse construir uma igreja, dormitórios, claustros, oficinas e demais dependências. Deste modo, os

mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria da Vitória são exceções.

A vida religiosa dos dominicanos tende para a conventualização o que torna o claustro uma necessidade. Os dominicanos abrem escolas para ensinar teologia e as artes liberais, por conseguinte a arquitectura que motivam ou encomendam espelha bem estas mudanças e as acrescidas funções das suas igrejas cada vez com mais serviços e capelas funerárias.

A arquitectura mendicante tem características fortes, tanto na Alemanha, como na Itália, ou em Portugal, com acentuadas particularidades conforme as regiões, resultado de uma vontade em unir cenicamente os fiéis, na hora da pregação ou do culto, através de um sistema construtivo simplificado que fosse uma expressão evidente de um ideal de pobreza ou, pelo menos, de austeridade.<sup>1</sup>

Foi durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) que se registou o maior surto construtivo de toda a Dinastia Afonsina, assinalando o primeiro ciclo da arquitectura gótica portuguesa.<sup>2</sup> O rei, a rainha e toda a corte fundaram novos mosteiros ou reformaram as instalações dos que já existiam, ao que se acrescentou o enriquecimento e a melhoria de paróquias urbanas e rurais. Também as ordens militares vão fazer novas construções, aumentar e reformar as velhas, dando deste modo um sério impulso à arquitectura nacional. É de realçar que no norte do país muitas das construções mantiveram-se amarradas à tradição românica.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 45-46

<sup>2</sup> DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, S.l., Editorial Estampa, 1994, p. 83

O gótico é uma arquitectura com notória implantação urbana, mudança para a qual muito contribuíram os conventos franciscanos e dominicanos, visto se dedicarem ao ensino, à pregação e ao facto de darem o exemplo de pobreza mendicante.<sup>3</sup>

Em Portugal, depois das manifestações do gótico de transição, a arquitectura religiosa encontra-se paralisada durante um período relativamente longo.

A arquitectura gótica resulta da vontade de transformar e superar as suas possibilidades a fim de, através do arco apontado, conseguir abóbadas mais estáveis, frestas mais largas e espaços com outra proporção e luminosidade.

Uma das preocupações fundamentais dos mestres da arquitectura religiosa foi a luz<sup>4</sup>, de essência comparável à de Deus, considerada como uma manifestação divina, bem como o modo como ela se distribuía no espaço da igreja, entrando pelo topo da cabeceira, pelos extremos do transepto e da nave central. Um dos pormenores arquitectónicos muito evidente no gótico é a existência de uma rosácea, que por vezes é substituída por um janelão, como é o exemplo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.<sup>5</sup> Os edifícios góticos têm normalmente um aspecto exterior muito cuidado, tendo em conta o conjunto, não desprezando o pormenor. Os tipos de planta e as formas de organização do espaço, dos alçados e das coberturas que o gótico adopta estão relacionados entre si e conectados com os restantes elementos de construção.

---

<sup>3</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 9

<sup>4</sup> Acerca deste assunto consultar a obra de Otno Von Simson, *A Catedral Gótica, origem da arquitectura gótica e o conceito medieval de ordem*, Presença, Lisboa, 1991

<sup>5</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 21-31

A arquitectura gótica em Portugal aparece-nos com toda a sua exuberância nos fins do século XIV, através do exemplo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Tal como Carlos Alberto Ferreira de Almeida evidencia<sup>6</sup>, podemos reconhecer que o estilo gótico terá uma maior representação sistemática no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, do que numa simples igreja mendicante do seu tempo.

A construção deste mosteiro (1388) deu início ao segundo ciclo da arquitectura gótica portuguesa<sup>7</sup>. Em primeiro lugar, porque ocasionou a definitiva adaptação do tipo radiante e, em segundo, porque foi no estaleiro da Batalha que, pela primeira vez, se construiu em gótico flamejante, o qual predominará até ao princípio do século XVI. A decoração torna-se abundante: o arco apontado aparece consideravelmente abatido e coroado por um ramo invertido, as nervuras das abóbadas apresentam uma modinatura variada e nelas são aplicadas figuras em relevo, especialmente nas fechas das abóbadas tais como, emblemas e brasões.

Muitas são as influências portuguesas e estrangeiras que, ao longo dos tempos, têm sido reconhecidas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória pelos vários autores e investigadores deste período artístico e mais concretamente deste monumento. É importante realçar as descrições feitas por Reynaldo dos Santos, pois este autor refere as influências do Mosteiro de Alcobaça<sup>8</sup> e

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 21

<sup>7</sup> DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, S.l., Editorial Estampa, 1994, p. 119

<sup>8</sup> O Mosteiro de Alcobaça remonta a sua fundação ao dia 8 de Abril de 1153, durante o reinado de D. Afonso Henriques, tendo como ponto de partida a doação de um vasto território, na Estremadura, aos monges da Cogula branca. As obras no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça prolongaram-se até ao ano de 1223, tratou-se então do primeiro templo gótico a ser construído em solo português. A partir da obra de José Correia de Azevedo podemos concluir que foram os mestres de pedraria de Claraval e alguns monges que se encontravam no local, que fizeram a planta e ergueram todo o conjunto abacial. Durante o



da Sé de Évora no que diz respeito aos terraços planos nas coberturas das naves, bem como o facto da capela funerária de Santa Maria da Vitória ser inspirada na Charola do Convento de Cristo<sup>9</sup>. Podemos concluir que aqueles dois edifícios serviram de exemplo aquando a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, pois influenciaram-no não só nos aspectos decorativos, mas também nos estruturais, mais especificamente no que diz respeito à identidade das soluções no sistema hidráulico, em concreto nos terraços e planos das coberturas, demonstrando uma preocupação por parte dos arquitectos e mestres das referidas obras em conseguir descarregar as águas pluviais para o exterior dos edifícios.

No que diz respeito às influências estrangeiras, Adriano de Gusmão refere que Paul Dony<sup>10</sup> fez um prudente balanço das possíveis influências inglesas durante a longa empreitada do Mestre Huguet, ao que Mário Tavares Chicó acrescenta: “... *Tanto os historiadores nacionais como os estrangeiros que estudaram o problema da filiação da igreja da Batalha, longe de procurar compará-la nos seus elementos estruturais e decorativos às anteriores*

---

século XII, a arquitectura cisterciense baseava-se no princípio da austeridade, solidez e funcionalidade, contrariando o luxo e a opulência evidentes das catedrais e dos mosteiros culniacenses. Este monumento possui a maior nave das igrejas portuguesas, o seu conjunto abacial estruturou-se a partir do modelo de Claraval, sendo ampliado e transformado até ao século XVIII. Foi durante o restauro seiscentista do Mosteiro de Santa Maria de Alcoçaba que trabalhou Leonardo Turriano, acabando por limitar a traça gótica do primitivo templo ao portal de arcos ogivais. – DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Vol. 4, Publicações Alfa, 1986, pp. 16-18. AZEVEDO, José Correia de, *Inventário Artístico Ilustrado de Portugal – Extremadura*, Lisboa, Nova Gesta, 1992, pp. 26-28. Ver em Anexos foto n.º 1

<sup>9</sup> A origem do conjunto monacal dos templários reporta-se ao século XII, encontrando-se aos cuidados da Ordem de Cristo, a partir do ano de 1320. Foi a partir das acções do infante D. Henrique, de D. Manuel e de D. João III, que o Convento de Cristo foi engrandecendo, desde a construção da charola octogonal (século XII) – que no século XVI, foi adaptada a Capela-mor da nova construção manuelina – até D. João III. Intervieram no Convento variados mestres com bastante importância na vida artística portuguesa, tais como Diogo de Arruda, João de Castilho, Diogo Torralva e Filipe Terzi.

<sup>10</sup> GUSMÃO, Adriano de, *O Mosteiro da Batalha*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda., 1962, p. 8

“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”

*construções portuguesas, viram nela uma reprodução – ainda que pouco fiel e, por conseguinte, sem ser destituída de originalidade – de algumas das mais célebres manifestações da arquitectura medieval na Inglaterra (Catedral de York, Cantuária, etc.).*<sup>11</sup> Assim, podemos concluir que no Mosteiro de Santa Maria da Vitória encontramos influências da arquitectura medieval inglesa, mais especificamente da Catedral de York e da Cantuária, não só na construção e decoração, como também no sistema hidráulico.

Para Carlos Alberto Ferreira de Almeida, apesar de existirem aspectos na arquitectura mendicante portuguesa, que podem fazer lembrar soluções espaciais peculiares das igrejas italianas, dos frades pregadores, as diferenças são muito evidentes.

É de notar que, durante a época de D. João I, existem também outros templos góticos, os quais acusam uma identidade de plano e gosto decorativos, que tal como o Mosteiro de Santa Maria da Vitória são igualmente importantes para o estudo deste período, entre eles: A igreja de S. Francisco do Porto<sup>12</sup>, a de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães<sup>13</sup>, a de S. Francisco em Santarém<sup>14</sup> e a capela do Castelo de Leiria<sup>15</sup>.

No livro *História da Arte em Portugal – O Gótico*<sup>16</sup>, o autor conclui que a Sé de Coimbra<sup>17</sup> é uma obra muito importante do início do Século XIII, na

---

<sup>11</sup> CHICÓ, Mário Tavares, *Arquitectura da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1994, p. 5

<sup>12</sup> Ver em Anexos foto n.º 2

<sup>13</sup> Ver em Anexos foto n.º 3

<sup>14</sup> Ver em Anexos foto n.º 4

<sup>15</sup> Ver em Anexos foto n.º 5

<sup>16</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 28

<sup>17</sup> Ver em Anexos foto n.º 6

medida em que possui o protótipo dos nossos claustros góticos abobadados, que reencontramos no Mosteiro de Alcobaça, na Sé do Porto e no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

- a. Cidade de Évora: igreja de S. Francisco, edifício dos Lóios, ermida de S. Brás

Na cidade de Évora encontramos alguns exemplos da arquitectura gótica portuguesa, entre eles: A igreja de S. Francisco<sup>18</sup> (embora esteja actualmente matizada de gostos e estilos bastantes diversos), o edifício dos Lóios<sup>19</sup> (onde confluem gostos e elementos decorativos bastante diversificados, sem que no entanto se deixe de antever, na forma apontada do pórtico da igreja, uma raiz claramente gótica), e finalmente a ermida de S. Brás<sup>20</sup> (construída no ano de 1480, oferece ainda vestígios de traça gótica tanto no interior, como nas frestas apontadas que, embora tapadas, se distinguem perfeitamente, e nos arcos que sustentam a cobertura do alpendre).

- b. Cidade de Elvas: igreja de Nossa Senhora da Assunção

Em Elvas, deparamo-nos com a antiga Sé<sup>21</sup>, a actual Igreja de Nossa Senhora da Assunção, construída em 1517, segundo o projecto atribuído a Francisco de Arruda. No entanto a actual edificação é o resultado das alterações feitas no decorrer do século XVII. Este monumento mantém a sua estrutura manuelina original, tratando-se de um edifício ogival, grande e imponente, composto por três naves, sendo a central mais alta e com um esquema de abobadamento mais complexo. Anuncia ainda um transepto

---

<sup>18</sup> Ver em Anexos foto n.º 7

<sup>19</sup> Acerca deste assunto consultar a obra de José Correia de Azevedo, *Inventario Artístico Ilustrado de Portugal – Extremadura*, Lisboa, Nova Gesta, 1992.

<sup>20</sup> Ver em Anexos foto n.º 8

<sup>21</sup> Ver em Anexos foto n.º 9

saliente e uma cabeceira tripartida. Durante os séculos XVII e XVIII, foram realizadas diversas campanhas decorativas que se sucederam no espaço catedralício. Por ocasião da extinção da diocese de Elvas, no ano de 1881, deixou-se de realizar obras significativas no monumento<sup>22</sup>.

c. Cidade do Porto: Sé Catedral

No Porto encontramos a Sé Catedral<sup>23</sup>, com uma construção que data da primeira metade do século XII, prolongando-se até ao início do século seguinte. O primeiro edifício, em estilo românico, sofreu muitas alterações ao longo dos séculos. A Sé do Porto é composta por uma abóbada na nave central, sustentada por arcobotantes, sendo um dos primeiros edifícios portugueses em que se verificou a utilização deste elemento arquitectónico. Durante a época gótica, a Sé foi bastante ampliada com alguns espaços emblemáticos do monumento, entre eles: a Capela Funerária de João Gordo<sup>24</sup> (1333), que constitui uma reprodução aproximada da Capela de Bartolomeu Joanes na Sé de Lisboa, e o Claustro (século XIV-XV), o qual segue a tipologia comum aos claustros góticos portugueses, com vãos geminados sobrepujados por um óculo e ladeados por contrafortes. Deste modo, este edifício é, em grande parte, uma construção puramente gótica, embora esteja alterado em relação às suas formas primitivas. A Sé do Porto tem sido um dos monumentos portugueses em que se verificou uma constante intervenção desde o ano de 1993, destacando-se a reabilitação às coberturas.

---

<sup>22</sup> Ver em Anexos fotos n.º 10, 11 e 12

<sup>23</sup> Ver em Anexos foto n.º 13

<sup>24</sup> João Gordo foi um cavaleiro da Ordem dos Hospitalários de D. Dinis, tendo sido sepultado em túmulo jacente na Sé do Porto.

d. Cidade de Lisboa: Convento e igreja do Carmo

Um dos mais interessantes monumentos da arquitectura gótica portuguesa foi a igreja do Carmo<sup>25</sup>, mandada construir por D. Nuno Álvares Pereira, na cidade de Lisboa e fundada no ano de 1389. Importa notar que, a construção da igreja do Carmo foi realizada em simultâneo com a do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, levando-nos a sugerir que: Existem influências estruturais e decorativas entre estes dois espaços religiosos, ambos pertencentes a ordens mendicantes.

A igreja do Carmo foi construída em estilo gótico mendicante, com a evidente influência do estaleiro de Santa Maria da Vitória. O Convento do Carmo pode-se considerar uma redução daquilo que o mestre Afonso Domingues fez no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mantendo-se entre ambos claras afinidades no campo decorativo<sup>26</sup>.

Para Reynaldo dos Santos<sup>27</sup>, esta obra é seguramente portuguesa, a qual suportou, durante a sua construção, vários problemas devido às dificuldades existentes em assentar a cabeceira da igreja no terreno inclinado e escorregadiço da colina. Este autor afirma que o primeiro mestre da igreja terá sido Gomes Martins, substituído mais tarde pelos três irmãos Afonso, Gonçalo e Rodrigo Eanes, que resolveram o problema das absides, acima descrito. Pedro Dias<sup>28</sup> afirma conhecerem-se os nomes dos pedreiros que trabalharam no estaleiro do convento do Carmo durante esta época, sendo

---

<sup>25</sup> Ver em Anexos foto n.º 14

<sup>26</sup> DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Vol. 4, Publicações Alfa, 1986, p. 76

<sup>27</sup> SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa – História e Espírito*, 2º Vol., Lisboa, Editorial Notícias, S.d, p. 112

<sup>28</sup> DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Vol. 4, Publicações Alfa, 1986, p. 76

eles: Lourenço Gonçalves, Estêvão Vasques, Lourenço Afonso e João Lourenço.

Esta igreja é constituída por uma planta em cruz latina, composta por três naves e cinco tramos. Possui uma cabeceira, com a capela-mor saliente e de maior altura, ladeada por quatro absidiolos poligonais escalonados, o que constituiu uma variante do modelo existente no Mosteiro de Santa Maria da Vitória e uma relevante evolução do modelo das cabeceiras existentes nas igrejas mendicantes com maior importância. Apesar de ser uma das principais igrejas góticas de Lisboa, encontra-se actualmente em ruínas devido ao Terramoto de 1755.

Na época do predomínio da arte gótica em Portugal, diversos monumentos mais antigos sofreram restauros ou reconstruções parciais, nos quais a nova arte se empregou em prejuízo da harmonia vivida nos monumentos e da coerência arquitectónica. Entre eles destacamos como exemplos: a Sé de Lamego<sup>29</sup>, de Lisboa<sup>30</sup> e do Porto, esta última é constituída por um claustro, contemporâneo ao da Batalha.

---

<sup>29</sup> Ver em Anexos foto n.º 15

<sup>30</sup> Ver em Anexos foto n.º 16

1. As circunstâncias históricas da fundação do Mosteiro.

1.1. O mecenas e a sua acção

*«Porque eu sonhava uma noite o mais estranho sonho que vos vistes: a mim me parecia, dormindo, que via Portugal a arder em fogo, parecendo o reino todo uma fogueira; e estando assim assustado com esta visão, vinha este meu filho João com uma vara na mão, e com ela apagava aquele fogo todo. Eu contei isto a alguns, que têm razão para entender tais cousas, e disseram-me que não podia ser senão que alguns grandes feitos lhe haviam de sair de entre as mãos»<sup>31</sup>.*

---

<sup>31</sup> LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2 Vol., Livraria Civilização, Lisboa, 1990

Assim dizia D. Pedro a seu filho, como Fernão Lopes<sup>32</sup> o demonstra na *Crónica de D. João I*, surgindo a ideia de que a Dinastia de Avis corresponde à chegada da «*Septima hidade do Mundo*»<sup>33</sup>.

O infante D. João nasceu a 11 de Abril de 1357, em Lisboa, filho de D. Pedro e de uma galega de nome Teresa Lourenço, que terá sido a mais famosa amante do monarca e a única que lhe deu filhos, após a morte de Inês de Castro. Dos primeiros anos de D. João pouco chegou até nós, a não ser a

---

<sup>32</sup> Fernão Lopes nasceu entre 1380 e 1390 e é considerado o primeiro cronista português, devido ao método de investigação que utilizou, pelos dons de estilista e pela visão nova que soube traçar de tempos e sucessos.

Em 1418 ocupava funções públicas: a “Guarda das escrituras do Tombo”, no entanto a sua vida como cronista do reino, inicia-se com a carta régia de D. Duarte, de 19 de Março de 1434. Esta acção do monarca vem mostrar o seu interesse pela reconstituição do passado nacional. D. Duarte encarrega-o de pôr em crónica «*os grandes feytos e altos de mui virtuoso e de grandes vertudes elrey seu senhor e padre*» e de «*poer em cronyca as estorias dos reys, que antygamente em Portugal foram*».

Para esta missão, Fernão Lopes dispunha de imenso material que se encontrava ao seu alcance, na Torre do Tombo. É sem dúvida o primeiro cronista que não se restringe unicamente a compilar crónicas e outros materiais de interesse historiográfico, pois vai *in loco* informar-se junto das testemunhas que viviam e acompanharam os acontecimentos de 1383-1385.

Fernão Lopes terminou a sua narração no ano de 1411, no período compreendido entre 1383 e 1411 constitui a matéria das partes I e II da *Crónica de D. João I*. A III parte da mesma, colecção corresponde aos últimos vinte e dois anos, elaborada por Gomes Eanes de Zurara. Em meados de 1454, D. Afonso V encaminhou, como ajudante de cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurra, que foi o sucessor de Fernão Lopes, aquando a sua reforma em 1454, acabando por falecer alguns anos depois, tendo em conta que a 3 de Julho de 1459, ainda estava vivo.

«*poucos homens têm nascido historiadores como Fernão Lopes... além do prinom com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Fernão Lopes advinhou os princípios da moderna história; nas Crónicas de Fernão Lopes, não há história: Há poesia e drama; há a idade média com a sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória... com chamar a Fernão Lopes o homem da grande epopeia das glórias portuguesas, teremos feito tão ilustre varão a mais cabal elogio*» – Alexandre Herculano

<sup>33</sup> «*Fazemos aqui a septima hidade; na quall se levantou outro mundo novo, e nova geraçom de gemtes; porque filhos dhomees de tam baixa condiçom que nom compre de dizer, per seu boom seruiço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamandosse logo de novas linhagens e apellidos. Outros se apegaram aas antigas fidallguias, de que já nom era memoria, de guisa que per dignidades e homras e offiços do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tanto ao deamte, que seus descendentes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram conta. E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apóstolos dizemdo que os faria pescadores dos homees, assim muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tanto pêra ssi per seu grande e homroso estado, que taes ouve hi que tragiã comthinuadamente comssigo vinte e trimta de cavallo; e na guerra que sse segui os acompanhavom trezentas e quatrocentas lamças e alguus fidallgos de linhagem.*» – LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I (Trechos escolhidos)*, Porto, Livraria Figueirinhas, S.d.



amizade desenvolvida, no âmbito das visitas à corte, com D. João, seu meio-irmão, filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro.

D. João não foi um filho esperado, pois desde há muito que D. Pedro tivera um filho varão com a sua esposa legítima, D. Constança. O infante D. Fernando nascera em 1345 e viria a ser o herdeiro da coroa, devido à morte do infante Luís ainda em criança e ao facto de a infante D. Maria ter casado com Fernando de Aragão. Com Inês de Castro, D. Pedro tem ainda mais quatro descendentes: Afonso, João, Dinis e Beatriz.

É a partir de uma sugestão feita por D. Martim Avelar – mentor de D. João – que D. Pedro vai armar Cavaleiro e mestre da Ordem de Avis seu filho, com apenas 7 anos de idade.

Aos 18 anos, D. João amou uma fidalga de seu nome, Inês Pires, de quem teve dois filhos: Afonso, o futuro conde de Barcelos e Duque de Bragança e Beatriz, a Condessa de Arundel.

Devido ao facto do infante D. João tomar parte de várias negociações levadas a cabo por D. Fernando, aquando do seu reinado, D. Leonor Teles vê no mestre um perigo para a sua hegemonia perto do rei, conseqüentemente, a rainha juntamente com o Conde Andeiro prepararam uma “armadilha” contra o infante, acabando este por ser preso no Castelo de Évora, em 1382, sendo solto pouco tempo depois por ordem do rei.

Com a morte de D. Fernando, em 1383, inicia-se uma crise que durará até 1385. Esta crise teve origem no facto de D. Fernando não ter um herdeiro varão e a sua única filha, D. Beatriz, ser casada com o rei João de Castela, levantando assim um problema de sucessão.

Em 1383, não houve uma luta de classes, mas um choque entre pessoas de vários estratos que tomaram posições ideológicas diferentes, daí ter existido, no seio dos grupos sociais e das famílias, tremendas divisões perante o grande problema que se impunha à consciência da Nação. Convém salientar que se tratou de uma crise de carácter nacional, que se instalou em torno de pessoas e ideias, no entanto acabou por tomar também uma feição nacional.<sup>34</sup>

É de notar que, aquando o matrimónio de D. Beatriz com o rei de Castela, D. Fernando tivera o cuidado de deixar bem expesso no contrato antenupcial que, nenhum dos dois poderia ser rei de Portugal. Como tal, por sua morte, a regência de Portugal seria assumida por D. Leonor Teles, até ao dia em que o filho ou filha de D. Beatriz completasse 14 anos, pois qualquer um deles teria direito à coroa portuguesa. Desta forma, existem, neste período, quatro pretendentes à coroa portuguesa: o rei de Castela, os infantes D. Dinis e D. João – bastardos de D. Pedro e de Inês de Castro – e o infante D. João.

Tal como estava estipulado no contrato feito por D. Fernando, a rainha assume o seu papel de regente, no entanto a intriga impera na corte liderada por aquela e pelo seu fiel amigo, o conde João Fernandes Andeiro. Chega a hora em que, D. João aceita fazer parte do plano organizado por Álvaro Pais, que tinha como objectivo eliminar o Conde Andeiro, acabando por o cumprir a 6 de Dezembro de 1383, no Paço Real do Limoeiro, em Lisboa.

---

<sup>34</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, I Vol. S.l., Editorial Verbo, 1979, pp. 300-304

No dia 17 de Dezembro é realizada a Reunião da Câmara do Concelho de Lisboa, proporcionando o nascimento do «governo revolucionário do Mestre de Avis». D. João assume-se como Regedor de Portugal, o governo é constituído e o Doutor João das Regras<sup>35</sup> passa a ser o Chanceler-mor do reino.

É durante esta reunião que se redige uma carta para distribuir por todos os concelhos, pedindo apoio à causa do Mestre de Avis, criando-se a Casa dos Vinte e Quatro<sup>36</sup>. Definem-se dois novos selos para as armas de Portugal e cria-se o novo título usado pelo Mestre, o qual passa a figurar em todas as cartas redigidas por ele.

D. João tem ao seu lado todas as ordens religiosas, excepto a Ordem do Hospital.

Em Abril de 1385, o Mestre convoca as Cortes em Coimbra, ficando a cargo do Doutor João das Regras a defesa de D. João, demonstrando por um lado a boa linhagem do Mestre, visto ser «*filho do rei*» e ter demonstrado «*ser de gram coração e amar os súbditos*», e por outro lado os grandes trabalhos que

D. João suportou «*por homrra, o defensoom destes rreinos*»<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> O Doutor João das Regras nasceu em Lisboa, no ano de 1304, formou-se em Leis, diplomado pela Universidade de Bolonha, no ano de 1378, e em 1382 já era Conselheiro de D. Fernando. É no ano de 1384 que chega ao Conselho do Mestre de Avis, sendo depois nomeado Chanceler-mor. João das Regras estará presente nos actos mais importantes do reinado de D. João I, entre eles: No tempo das Cortes de Coimbra, tendo uma influência tão evidente que levou D. João a entregar o Mosteiro de Santa Maria da Vitória aos cuidados da Ordem Dominicana, ordem essa em que esteve intimamente envolvido, visto ter morrido como frade dominicano, no Convento de São Domingos de Benfica, onde se encontra o seu túmulo.

<sup>36</sup> A Casa dos Vinte e Quatro é um órgão directivo dos mesteirais da cidade, onde estão representadas (dois homens de cada uma) as profissões mais relevantes e com maior importância da época.

<sup>37</sup> AMADO, Teresa, *Fernão Lopes Contador de História sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 23-31

De imediato, são formados três partidos: O *português*, que apoiava univocamente o mestre; o da *legitimidade*, que propõe D. João (que entretanto tinha sido afastado da coroa, devido ao facto de se ter exilado em Castela, na sequência de um desentendimento com a Rainha D. Leonor Teles e de uma trama armada pela mesma e o Conde Andeiro) ou, em alternativa, D. Dinis, filho de D. Pedro e D. Inês, e finalmente; o *pró-castelhano*, que defendia os artigos da escritura de Salvaterra, considerando que D. Beatriz e o seu marido eram reis de Portugal.<sup>38</sup>

No dia 6 de Abril tudo fica resolvido, quando D. João é aclamado rei.

Entretanto, duras batalhas se foram travando por todo o país, favorecendo os portugueses. A 14 de Agosto de 1385 trava-se a batalha de Aljubarrota, um dos episódios mais importantes da história de Portugal, uma guerra entre dois reinos, o que era muito raro na Idade Média. Dada a sua importância, é possível falarmos de uma evolução política, cultural, económica e social, o que permite Oliveira Martins afirmar que «A idade média portuguesa acabou no dia de Aljubarrota»<sup>39</sup>.

Da vitória de Aljubarrota saiu uma nova nobreza, constituída não só por antigos populares, mas também por filhos segundos, revelando-se posteriormente, uma nobreza tão turbulenta e ambiciosa quanto a anterior.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, I Vol. S.l., Editorial Verbo, 1979, p. 306

<sup>39</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*, Lisboa, Verbo, 1972-1974, p. 44

<sup>40</sup> SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, IV Vol., Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 539

Antes de levantar armas contra Castela, D. João erguera uma prece: Encomendara-se à Virgem, rogando-lhe que intercedesse por ele junto de Seu Filho, para que a vitória contra Castela fosse sua. A batalha de Aljubarrota foi ganha com a ajuda de D. Nuno Álvares Pereira<sup>41</sup> e a promessa havia de ser devotamente cumprida, de acordo com o que D. João tinha declarado numa carta de 1388: «na batalha e campo que ouuemos com os castellãos dando delles victoria maravjlhosa»<sup>42</sup>.

Tal ocorrera «mais por sua misericórdia que por os nossos merecimentos»<sup>43</sup>, D. João prontificou-se a «edificar e mandar fazer uma casa de oraçom em a qual honrra e louvor dicta senhora e faça serujço a Deus»<sup>44</sup>.

Um ano após a vitória sobre os castelhanos, Portugal e a Inglaterra assinavam o Tratado de Windsor, com ele vinha a mão de Filipa de Lencastre<sup>45</sup>, filha do duque de Lencastre e mãe da «Ínclita Geração».

---

<sup>41</sup> D. Nuno Álvares Pereira, um herói nacional e santo português, nasceu na Sertã a 24 de Junho de 1360, tendo origem fidalga, era filho de Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital e Ira Gonçalves de Carvajal. Ao lado do seu irmão, Pedro Gonçalves Pereira, participou, em 1381, na defesa do reino contra a invasão Castelhana, na fronteira alentejana e no ano seguinte colaborou na defesa de Lisboa, que fora cercada pelos castelhanos.

No ano seguinte, depois da morte de D. Fernando, retirou-se para Santarém, sugerindo que deveria ser o Mestre de Avis a ocupar o trono, para assim evitar a incorporação de Portugal no reino de Castela. O respeito e veneração por Nuno Álvares Pereira são denotados na sua época, pois, tanto D. Duarte como D. Pedro, apontavam-no como um exemplo em todas as vertentes da vida.

Terminado o tempo de guerras, Nuno Álvares Pereira era o homem mais poderoso e rico do reino, em 1423 distribuiu as suas riquezas e ingressou na Ordem das carmelitas, embora como leigo. Por sua ordem foi erguido o Convento do Carmo, onde prestou devoção à Virgem Maria.

Participou na expedição a Ceuta, a sua única filha contraiu matrimónio com D. Afonso, filho bastardo de D. João I.

Nuno Álvares Pereira faleceu no ano de 1461, em Lisboa, no Convento do Carmo.

<sup>42</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, *Reis de Portugal. D. João I o que reco-lheu Boa Memória*, S.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 265

<sup>43</sup> *Idem*

<sup>44</sup> *Idem*

<sup>45</sup> D. Filipa de Lencastre nasceu em 1359 na Inglaterra, chegou a Portugal em 1387, para celebrar o seu casamento com D. João I, na cidade do Porto, tendo depois lançado uma campanha de moralização dos bons costumes na corte portuguesa, introduzindo hábitos de educação e cultura. D. Filipa de Lencastre promoveu o estreitamento das relações entre Portugal e a Inglaterra.

O acordo estabelecido entre as duas nações era defensivo e ofensivo, cobrindo todos os aspectos das relações entre os dois estados. Tinha como objectivo a aliança para «*o bem público e tranquilidade*» dos dois monarcas e seus vassallos, que seriam tratados como «*gente de igual condição*», tanto em Portugal como na Inglaterra.<sup>46</sup>

Este tratado veio comprometer os dois países a prestarem uma ajuda militar mútua. O consequente estreitamento de relações e a união entre as Casa de Avis e Lencastre proporcionaram uma significativa alteração e influência nos costumes e gostos da Corte portuguesa. A cultura, o ensino e a arte vão transformar-se. Estavam, assim, reunidas todas as condições para que D. João pudesse realizar a promessa feita no passado e, em 1388, manda construir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente chamado de Mosteiro da Batalha.

É importante referir que todas estas mudanças se verificam também, a partir de 1387, na organização do reino e no facto de o comércio começar lentamente a expandir-se. Desta forma, pode-se concluir que todas as condições internas foram propícias ao desenvolvimento da arte gótica em solo nacional, motivo que levou D. João I a pensar na construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que compreendeu elevados custos para o país, entre os quais, o recrutamento dos melhores artistas nacionais e internacionais.

---

Acabou por morrer a 19 de Julho de 1415, vítima da peste, tendo ficado para a história como uma das rainhas mais queridas de Portugal.

<sup>46</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. I/II Vol., S.l., Editorial Verbo, 1980, p. 313

Do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, em 1390, nasce o primeiro membro daquela que irá ser chamada a “Ínclita Geração”, o infante D. Afonso, o qual morre com apenas 2 anos de idade. Um ano depois nasce o infante D. Duarte – futuro rei –, seguido de D. Pedro, D. Henrique e D. Branca, em 1397 nasce a infanta D. Isabel, três anos após D. João e por último D. Fernando, em 1402. A educação que D. Filipa recebeu vai-se reflectir fortemente naquela que irá dar aos seus filhos.

D. Filipa de Lencastre transplantou para o nosso país formas de convívio que moldaram a conduta moral dos cortesãos e de toda a nação. D. João I servirá de exemplo para os seus filhos, pois torna-se num homem devoto, que empregava as horas de ócio na tradução das “Horas Marianas”. Literato escreveu “O Livro da Montaria”, o que levou seus filhos, em especial D. Duarte e D. Pedro, a criarem uma devoção pelas letras, em particular, as místicas. D. João I herdara de seu pai o gosto pela economia, via-se nele o desejo de ser um monarca justo, no entanto temia uma má regência.

Muitas são as mudanças culturais e sociais com que nos deparamos durante o reinado do Mestre de Avis. Foi na corte de D. João I que surgiram obras-primas da nossa cultura do século XV, como por exemplo: O “Leal Conselheiro” e o “Livro da Ensinança de Bem Cavalgar” de D. Duarte e o “Livro da Virtuosa Benfeitoria” do infante D. Pedro.

Por volta de 1410-1411, D. João chama ao governo do reino o seu sucessor, D. Duarte, e em conjunto com o filho prepara exaustivamente um plano expansionista, tendo como principal objectivo a tomada das mais importantes cidades do Norte de África. Em 1415, quase com 60 anos, parte

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

para o Norte de África à conquista de Ceuta, iniciando deste modo a expansão ultramarina portuguesa. Este é o começo de um longo período dedicado quase exclusivamente à expansão.

Após a campanha dos descobrimentos e com o prestígio internacional que foi gradualmente adquirindo, D. João I conseguiu estabelecer boas relações com toda a Europa cristã e fazer alianças com diversos Estados, entre eles: Borgonha, Aragão, Castela, Inglaterra, assim como o Império e o reino da Hungria e o Papado.<sup>47</sup>

A sua morte ocorreu em Lisboa, a 14 de Agosto de 1433, sendo sepultado ao lado de D. Filipa de Lencastre, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Ao lermos o testamento de D. João I descobrimos que era esta a sua vontade, assim como o seu desejo em criar um Panteão Régio neste Mosteiro: *«Item mandamos que nosso corpo se lamçe nos Mosteiro de Samta Maria da Vitoria, que nos mandamos fazer com a rrainha dona Filipa, mynha molher, a que Deus acreçente em sua glorya, em aquell moymento em que tall guisa que ella jaca em seu ataúde e nos em o nosso, pêro jaçamos ambos em huum moymento, asy como nos mandamos fazer. E esto seja a capella moor, asy como ora ella jaaz, ou na outra que nos ora mandamos fazer depois que for acabada»*<sup>48</sup>.

Podemos concluir que, o reinado de D. João I foi um período de ameaça constante para a sobrevivência nacional, em virtude da longa demora na assinatura da paz com Castela<sup>49</sup>. No entanto, este facto foi também muito

---

<sup>47</sup> SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, IV Vol., Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 545

<sup>48</sup> GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Vol. 2, S.l., IPPAR, S.d, pp. 134-135

<sup>49</sup> MATTOSO, José, *História de Portugal*, II Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 16



*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

importante para a unificação de Portugal, para o seu desenvolvimento artístico, cultural, social e económico, podendo-se dividir em duas fases, seguindo a sugestão de José Mattoso: a primeira até 1411-1412, marcada pela guerra contra Castela, a qual possibilitou a independência e o fortalecimento da nação; e a segunda até ao fim do seu reinado em 1433, que representa a guerra expansionista de Marrocos e o começo das explorações atlânticas.

## 1.2. A ordem dos dominicanos no contexto da religiosidade medieval em Portugal. Mentalidade religiosa e iconografia

As ordens mendicantes representam, para a Igreja do século XIII, o veículo ideal para a propagação da reforma no corpo regular, devido ao facto de recusarem a posse de bens e a recepção de rendimentos, obtendo assim a sua subsistência através das esmolas. Derivado aos seus ideais, princípios e respectiva organização, vão adaptar-se, com alguma facilidade, às orientações vindas de Roma e rapidamente se transformarão num dos instrumentos privilegiados da acção papal.

Os dominicanos eram religiosos que realizavam votos de pobreza, castidade e obediência, viviam em comunidades, denominadas por conventos, originando-lhes um prestígio elevado e um agrado evidente por parte do rei e da nobreza nacional.

A designação mendicante é usada como sinónimo de frades pregadores e frades menores, no entanto várias ordens e movimentos vão adoptar o modelo de vida mendicante ao longo do século XIII. Com o II Concílio de Latrão, foram estabelecidas e aceites quatro ordens mendicantes: a ordem dos frades pregadores, a dos frades menores, a das carmelitas e a dos eremitas de Santo Agostinho, sendo, sem dúvida, as ordens dos franciscanos e dos dominicanos, as que mais notoriedades alcançaram na cristandade, ambas sujeitas à regra de Santo Agostinho.

São Domingos<sup>50</sup> vai utilizar a pregação e a formação dos dominicanos como meio privilegiado para a conversão dos fiéis, utilizando a palavra como um dos instrumentos principais para este efeito.

Aos frades era essencial adquirir não só a fé, como também o conhecimento, para que pudessem guiar os infiéis pelo caminho do bem e da razão, para que estes corrigissem os seus erros.

A ordem dos dominicanos vai difundir-se por toda a Cristandade durante os anos de 1217 e 1221, instalando-se nas cidades e construindo aí os seus mosteiros, com o objectivo de expandir o novo modelo de vida religiosa sobre as comunidades urbanas.

Os dominicanos, interessados sobretudo pelas zonas urbanas, mas não esquecendo as zonas rurais, detinham um grande prestígio, derivado da sua cultura, eloquência, do seu bom conselho, e da sua piedade e bondade.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> São Domingos, fundador da Ordem dos pregadores, nasceu em 1170, em Caleruega, uma província de Burgos, e morreu em Bolonha no ano de 1221. São Domingos era filho de Félix Fernán Ruiz, que era filho segundo de Ruiz Núñez de Gusman, Senhor de Gusmão em Campo de Roa e rico-homem. Aos 14 anos enviaram-no para a Palência, a fim de ali fazer os estudos superiores. No ano de 1203 foi para a Dinamarca com a missão de acompanhar o Bispo de Osma, Diogo de Azevedo, que estava encarregado de uma negociação. Os dois foram testemunhas, ao atravessarem o Languedoc, dos progressos que fazia a doutrina dos albigenses, e por isso, cumprida a missão e após uma demora em Roma, juntaram-se aos legados do papa Inocêncio III no combate aos heterodoxos do sul da França. A missão teve no princípio, algum êxito, mas Diogo de Azevedo faleceu em 1207, numa viagem a Espanha; nesta viagem um dos delegados, Pedro de Castelnau, foi assassinado em 1208 e outros retiraram-se, o que levou a que Domingos de Gusmão ficasse só. Recusou muitos bispados, entre outros, o de Béziers. Em 1215, reuniu seis companheiros, com os quais começou a praticar os exercícios da vida monástica. Na cidade de Roma, conseguiu fazer aprovar, por Inocêncio III, a Ordem que assim iniciara, consagrada exclusivamente à pregação. Instituído o primeiro claustro de Toulouse, enviou os seus companheiros em diferentes direcções, enquanto que ele foi para Roma, onde fundou os conventos de Xisto e Santa Sabina. Nomeado mestre do sacro palácio, ensinou teologia durante dois anos, compreendidos entre 1217-1218. Antes de morrer, fundou a Ordem Terceira. – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, IX/XII/XIV Vols. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, Limitada, S.d., Vol. 9/12/14, p. 233

<sup>51</sup> SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, IV Vol., Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 380

Esta ordem já existia em Portugal em 1222 e deve ter-se estabelecido no reino alguns anos antes, pois Frei Sueiro Gomes<sup>52</sup> terá chegado a Portugal nos fins de 1217, enviado por S. Domingos, com o objectivo de estabelecer a ordem dominicana neste reino. Na primavera do ano seguinte já se praticava a vida monástica em Portugal.

Em 1215, São Domingos e os seus companheiros são constituídos pregadores apostólicos na Diocese de Tolosa, sendo realizado o primeiro marco da irradiação destes frades, e em 1217 os dominicanos entram em Portugal, com Sueiro Gomes, tal como foi enunciado no parágrafo anterior. Sueiro Gomes foi companheiro do fundador e o primeiro provincial da ordem na Península Ibérica. A criação da província<sup>53</sup> de Portugal deu-se no ano de 1384, no entanto os dominicanos só a obtiveram, formalmente, em 1417.

Os dominicanos não se verão envolvidos nos projectos de expedição guerreira, visto o seu ideal ser o de preservar a devoção, mas imprimem-lhe uma orientação diversa de missionarismo religioso, de pregação apostólica e de proselitismo.

---

<sup>52</sup> Frei Sueiro Gomes, religioso que viveu durante os séculos XII e XIII, foi também o introdutor em Portugal da Ordem de S. Domingos. Era filho de D. Gomes Mendes e de D. Mor Pais. Estudou direito canónico na Universidade de Plancência, regressando a Portugal quando D. Sancho I se preparava para a conquista do Algarve. Acompanhou o monarca nessa expedição, e combateu com valor. No regresso tomou o hábito de cónego regrante de Santo Agostinho. Foi eleito pelas infantas D. Sancha, D. Teresa e D. Branca, para sustentar e defender em Roma, perante o papa e toda a cúria, as pretensões de D. Sancho I contra o seu irmão, D. Afonso II. Encontrou-se naquela cidade com S. Domingos de Gusmão, que o incumbiu de vir a Espanha e a Portugal estabelecer a Ordem dos pregadores. A infanta D. Sancha doou-lhe para solar do primeiro convento de S. Domingos a vila de Montejunto, perto de Alenquer, e a infanta D. Branca, que vivia em Coimbra, pediu-lhe para edificar outro convento junto daquela cidade. Assistiu ao capítulo geral de Bolonha, em que foi eleito provincial da Ordem de S. Domingos, em Espanha. Quando regressou a Portugal, dadas as suas qualidades políticas, foi eleito árbitro das controvérsias entre D. Afonso III e o Arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva. Assistiu ainda ao capítulo geral, celebrado em Paris, e conseguiu a mudança do Convento de Montejunto para Santarém. - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, IX/XII/XIV Vols. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, Limitada, S.d., p. 525

<sup>53</sup> Cada província dividia-se em unidades administrativas menores, se o número de conventos se justifica-se.

O primeiro convento é fundado pelo Frei Sueiro Gomes, na Serra de Montejunto, perto de Alenquer. D. Pedro concedeu-lhe uma ampla licença para pregar no bispado e na faculdade, com o objectivo de corrigir todos os excessos que encontrasse. Este consentiu ainda indulgências aos fiéis que seguissem as pregações, ouvissem e obedecessem às correcções feitas pelos frades dominicanos.

A igreja estimulava o saber e a instituição da universidade, pois estava consciente das exigências de instrução numa sociedade urbana, cada vez mais forte e numerosa. Frei Sueiro Gomes terá sido autorizado, por volta do ano de 1218, pelo Bispo D. Pedro de Coimbra, a pregar às populações sob jurisdição deste último. A pregação foi realizada com tal êxito e apoio por toda a diocese que, Frei Sueiro Gomes terá concitado sobre si o apoio régio. Na verdade, a partir dos termos da provisão do ano de 1218, o Bispo permitia a pregação por todo o bispado e dava licença e poder aos dominicanos para emendarem todos os excessos ocorridos, mesmo que para isso fosse necessário obrigar e constranger a população, a fim de doutrinar e instruírem os povos na Fé Católica. Desconhece-se actualmente o teor das medidas, as célebres leis ou «decretos laicales»<sup>54</sup>, realizadas por Sueiro Gomes, que justificaram a ordenação de D. Afonso II (1211-1223)<sup>55</sup> contra o frade dominicano expedida em 1219-1220.

Compreende-se que o rei reagisse desfavoravelmente a esta doutrina e que

---

<sup>54</sup> CAEIRO, Francisco da Gama, *Actas do II Encontro sobre História Dominicana – Os primórdios dos frades pregadores em Portugal. Enquadramento histórico-cultural*, III Vol., Tomo I, S.l., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, pp. 161-174

<sup>55</sup> D. Afonso II, filho de D. Sancho I e de D. Dulce de Aragão, nasceu em Coimbra, no ano de 1185, casou com D. Urraca, em 1208/9, que era filha de Afonso VIII de Castela e irmã de D. Branca, mulher de Luís VIII de França. Foi pai de quatro filhos legítimos (D. Sancho II, D. Afonso III, D. Leonor e D. Fernando) e de um bastardo (João Afonso). Morreu em Coimbra, no dia 25 de Março de 1223.

não tolerasse o seu exercício, devido ao facto de a mesma interferir com o poder temporal, que podia ir desde a punição pessoal até ao confisco de bens. De acordo com a cronologia feita à ordem dos dominicanos, podemos dividir a sua implantação no território português em duas fases. Uma primeira em que se verifica a fundação de comunidades bastante humildes e eremíticos, seguindo o exemplo de S. Francisco de Assis, e uma segunda fase a partir da década de 30/40 do século XIII, em que os conventos mendicantes começaram a multiplicar nas cidades, mesmo contra a vontade das autoridades religiosas seculares. No entanto, em Portugal estas comunidades usufruíram do apoio papal e régio para a sua difusão no reino.

A ligação às cidades era feita pelos dominicanos devido, essencialmente, ao facto de o sermão ser a forma, por excelência, mais utilizada, o que obviamente implicava a existência de público. Assim, numa primeira fase, os dominicanos vão-se instalar no interior do país, construindo, com poucos anos de intervalo, os seus mosteiros em Santarém, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto.

Para os dominicanos o trabalho manual ficava suprimido, o estudo prolongado, a oração litúrgica diminuída e os exercícios de penitência subordinados às exigências da pregação. São Domingos desejava que os seus discípulos fundassem casas nas principais cidades universitárias da Europa, a fim de atrair a juventude académica para as suas fileiras.

A forma de vida das comunidades dominicanas acabou por ser aceite e escolhida pelos diversos estratos sociais, em especial pelos mais abastados.

Esta protecção dada à ordem dominicana era bastante evidente, pois alguns membros da nobreza chegaram a entrar para os conventos mendicantes.

É importante referir que, a unidade dominicana peninsular é dividida em duas coroas e dois pontífices devido a uma série de factores, entre eles: A crise do século XIV, a peste negra em 1346, o cisma do ocidente em 1378 e a luta pela independência em 1383.

Deste modo, a família de Avis será partidária de Urbano VI (1378-1389) e com isto irá favorecer os dominicanos seguidores do mestre-geral romano, o Frei Raimundo de Cápuia (1380-140), o qual promove a reforma na ordem.

A ordem dominicana irá ser, sem dúvida, uma das mais importantes e com maior sucesso no final da Idade Média, o que levou a que no seu interior tivessem sido recrutados confessores de monarcas e príncipes.

É também indispensável focar o papel dominante exercido pelos dominicanos na Universidade de Coimbra e assim, confirmamos a grande influência desta ordem em Portugal em vários aspectos, como tem sido demonstrado.

Para os dominicanos, o estudo da eclesiástica foi carregado de erudição teológica e de exigência académica, sempre com o objectivo de insistir na qualidade da pregação da confissão e da *disputatio contra infideles et haereticos*<sup>56</sup>, tal como já foi dito.

Aquando da construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, D. João I encontrava-se em Melgaço, conseqüentemente o Doutor João das Regras e o

---

<sup>56</sup>*Disputatio contra infideles et haereticos* programa que sempre fez parte do vocabulário básico de São Domingos de Gusmão. São numerosas as referências, nos estatutos e documentos avulsos da ordem ao cuidado da formação intelectual dos dominicanos, bem como aos livros e *quaterni* que sempre os acompanhavam. AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001. p. 377

dominicano frei Lourenço Lampreia<sup>57</sup>, confessor do monarca, vão influenciar D. João na edificação da “Casa de Oraçom”, sugerindo que esta se constituísse em Mosteiro e que fosse entregue aos cuidados da ordem de São Domingos. Primeiramente, D. João teve algumas dúvidas em entregar o Mosteiro ao cuidado da Ordem dos Dominicanos, pois a sua promessa terá sido em honra de «*Senhora Santa Maria*», mas as dúvidas existentes foram desfeitas pelo facto dos dominicanos prestarem o seu culto e devoção à Virgem. No entanto, outros aspectos pesaram na sua decisão, entre eles, o facto de os dominicanos terem apoiado as retenções de D. João ao trono, tanto no plano legal como no diplomático.

Concluiu-se que, a influência exercida pelos dominicanos na corte era muito elevada, devido em parte ao seu enorme saber, à vida regrada que os frades levavam e à prática de uma renovada piedade cristocêntrica e mariana, que enunciava o perdão divino, graças à penitência interior e à confissão individual.

Tal como foi enunciado anteriormente os dominicanos eram os confessores do rei e da família real, os agentes diplomáticos na Cúria pontifícia, credibilizando a fidelidade de D. João I perante o pontífice romano.

Tudo isto fez com que, o monarca, no ano de 1388, tenha acedido à construção de um mosteiro em honra de Santa Maria e o tenha entregue aos cuidados dos dominicanos. O mosteiro serve como afirmação e legitimação

---

<sup>57</sup> Frei Lourenço Lampreia, religioso dominicano dos fins do século XIII e princípios do século XIV. Foi confessor de D. João I, sendo também por sua sugestão que o monarca resolveu conceder aos dominicanos o Mosteiro de Santa Maria da Vitória – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, IX/XII/XIV Vols., Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, Limitada, S.d., Vol. 9/12/14, p. 643



do monarca e da sua política régia, espelhando o seu bom governo e a glorificação de uma nova Casa Real.

A igreja de Santa Maria da Vitória é uma das maiores construídas em Portugal, na Idade Média. A monumentalidade, com a qual nos deparamos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, não corresponde à sua utilização normal, uma vez que a comunidade dominicana nunca foi em número que justificasse tal dimensão<sup>58</sup>. Ela compreende-se por realizar o ambicioso projecto de D. João I, o qual consistia num programa monumental, que expressava muito mais a afirmação do poder régio, do que uma vocação conventual.

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória eleva-se a Panteão Régio com a morte de D. João I, pois será para este monumento que os seus restos mortais irão, bem como os de D. Filipa de Lencastre<sup>59</sup>.

A concepção da igreja enquanto casa de Deus e imagem de Jerusalém Celeste é já antiga, no entanto é com a catedral gótica que esta concepção mais se realiza, porque em nenhuma outra época terá sido tão desejada.<sup>60</sup>

Na nossa opinião, o espaço sagrado do Mosteiro, ao albergar os corpos do rei e dos membros da família real, passou a redimensionar-se e a ampliar-se cada vez mais, pois deixou de ser unicamente a morada de Deus e a glorificação da Corte Celeste, para ser também a casa do rei e a celebração

---

<sup>58</sup> ANDRADE, Sérgio Guimarães de, *Guias do Património Cultural – Mosteiro da Batalha*, Instituto Português do património Cultural, 1989, p. [6]

<sup>59</sup> “*E capella asy dos cima que apropiamos para os rreix como dos outros darredor della que apropiamos aos filhos e netos dos rreis, salvo leixamdo aa dita capella o terço de todollos bens e cousas que asy quizeram leixar ao dito Moesteiopella guisa suso dita. Item mandamos que se nom lamçe nenhuum de qualquer estado e comdiçam que seja na capella primçipall e mayor do dito Moesteiro*” – SAUL António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, S.l., IPPAR, S.d., p. 139

<sup>60</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 21-22

da corte terrestre. Assim sendo, a função protecional que as gárgulas detinham, passa também a ampliar-se, pois além de protegerem a Casa de Deus, passam também a proteger as almas do monarca e de toda a família real.

As Capelas Imperfeitas, mandadas construir por D. Duarte, destinavam-se não só ao local do seu túmulo, mas também a sepultura dos reis que lhe sucedessem, repetindo-se assim a ideia de um Panteão Régio, acentuando o carácter simbólico e monumental do Mosteiro de Santa Maria da Vitória<sup>61</sup>. Aquela obra (Capelas Imperfeitas) é relevante, para a Dinastia de Avis na medida em que, confirma a importância do Mosteiro de Santa Maria da Vitória enquanto Panteão Régio. É importante referir que, dentro dos conventos dominicanos portugueses encontrasse, na grande maioria das vezes, uma elevada percentagem de frades com altos graus académicos, desde o bacharelato, até ao doutoramento. É de assinalar que, entre as funções dos dominicanos, está ainda patente o objectivo de velar por uma contínua ligação entre o poder temporal – que pertencia à Casa Reinante – e o poder espiritual, em cumprimento de um calendário de solenidades litúrgicas, ciclicamente repetidas e estabelecidas pelo rei.

A ordem dos dominicanos em Portugal, durante os séculos XIV e XV, foi uma das que mais gozou de popularidade e devoção por parte dos monarcas, acumulando assim alguns benefícios.

A ordem dominicana teve dois conventos na região de Leiria, entre os séculos XIV e XIX: um de frades, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na

---

<sup>61</sup> ANDRADE, Sérgio Guimarães de, *Guias do Património Cultural – Mosteiro da Batalha*, Instituto Português do património Cultural, 1989, p. [13]

Batalha e outro de freiras, o Convento de Santa Ana<sup>62</sup>, em Leiria, fundado em 1495, com início de clausura a partir dos fins de 1498.

Deve-se a um dominicano, o Frei João Verba, tudo o que existe de saber filosófico no *Trauctado da Virtuosa Benfeitoria*<sup>63</sup> de c. 1419-1433.

É todavia, desde os anos 20/30, devido, em grande parte, à sombra da universidade reformada e dos colégios, que à sua volta se ergueram na cidade de Coimbra, que a filosofia se tornou uma disciplina maior. Se em Portugal não se teve uma ala de filósofos irmanados com os anseios da renascença, beneficiou-se em contrapartida de uma actualização da escolástica, sendo tomada como referência nacional e europeia.

Não queremos deixar de expor a questão levantada por José Pedro Paiva, o qual defende que a Inquisição foi criada ou suscitada pelos dominicanos, no século XIII, e que estes sempre constituíram uma espécie de guardiães e modelos inspiradores da preservação da pureza da fé católica, através da acção inquisitorial. Na primeira parte da *História de São Domingos*<sup>64</sup>, da autoria de Frei Luís de Sousa, demonstra-se que os dominicanos foram os fundadores da inquisição e os seus primeiros e principais servidores. Foram também os responsáveis pela sua expansão em vários lugares da Europa e do Oriente, chegando a existir inquisidores em Portugal durante a Idade Média, o que conduziu, entre outros factores, à criação da inquisição moderna portuguesa, estabelecida na época de D. João III.

---

<sup>62</sup> O Convento de Santa Ana foi mandado construir por D. Catarina (da Casa Real de Bragança), em 1493, onde se instalaram as freiras dominicanas. Este convento foi demolido no século XX, dando lugar ao Mercado Municipal, no entanto, actualmente, neste espaço encontra-se o Centro Cultural.

<sup>63</sup> DIAS, J.S. Silva, *Actas do II Encontro Sobre História Dominicana – Presença Dominicana na Região de Leiria antes de Santa Maria da Vitória (Século XIII – XIV)*, III Vol., Toma II, S.L., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1986, pp. 195-216

<sup>64</sup> SOUSA, Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Porto, Lello & Irmão, 1977

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

A entrada dos dominicanos na Inquisição sucedeu durante o segundo semestre de 1540, quando o Tribunal era chefiado pelo infante D. Henrique, iniciando-se um novo ciclo que perdurará até ao final dos anos 70, no qual se detecta o envolvimento e colaboração activa destes frades nas actividades do Santo Ofício.

É necessário referir que, no ano de 1538, o Colégio de Lisboa foi transferido para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória e no ano seguinte para Coimbra, o que mais uma vez comprova a sua importância na época e no país.

## Capítulo II

A campanha de edificação. Artistas e organização do trabalho no estaleiro de Santa Maria da Vitória.

A construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória começou depois da batalha de Aljubarrota<sup>65</sup>, portanto entre 04 de Agosto de 1385 e Março de 1388, data em que D. João I fez a doação do Mosteiro à Ordem dos Dominicanos<sup>66</sup>, doando-o já começado: *«quis el-rei fazer um templo e mosteiro que excedesse todos os famosos da cristandade, não só da Espanha, e na verdade alcançou com efeito e realidade o que pretendeu com o desejo e ânimo. Porque na sua idade, e em muitos anos depois, não foi edificada tão grande, nem tão magnífica, nem tão perfeita e polida fábrica»*<sup>67</sup>.

O local escolhido para a construção do mosteiro foi a Quinta do Pinhal (a meia légua, a Norte, da Batalha de Aljubarrota)<sup>68</sup>, aquisição que o monarca fez a Egas Coelho e sua mãe, Maria Fernandes de Meira. Esta escolha deveu-se ao facto de o local onde a batalha se realizou não ser o ideal para a edificação de tal obra, pois as condições topográficas e a escassez de água não o permitiam. Assim, a promessa de D. João I em edificar o mosteiro no exacto local onde a batalha se desenrolou não pôde ser cumprida. A Quinta

---

<sup>65</sup> LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2 Vol., Livraria Civilização, Lisboa, 1990.

<sup>66</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Actas do I Encontro sobre História Dominica – Do Mosteiro da Vitória à Vila da Batalha (1388-1540)*, S.l., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1979, p. 170

<sup>67</sup> SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal*, II Vol, Lisboa, 1866, p. 262

<sup>68</sup> SARAIVA, José Hermano, *Lugares Históricos de Portugal*, S.l., Selecções do Reader's Digest, 2007, p. 270

do Pinhal era o sítio ideal devido, essencialmente, à sua localização geográfica. Nos arredores (cerca de 7,5km para leste da Batalha) existia uma grande riqueza em materiais de construção: desde saibros e areias, às argilas e calcários (brancos e amarelos), provenientes das pedreiras dos Concelhos de Batalha<sup>69</sup> e Porto de Mós. Não faltavam também os recursos minerais, nem tão pouco as florestas ricas em pinheiros e carvalhos. Outro dos aspectos importantes do local escolhido para edificar o Mosteiro de Santa Maria da Vitória é o facto de estar perto do Rio Lena<sup>70</sup>, tal como nos descreveu Frei Luís de Sousa: “*logo abaixo pêra vista hua estendida & fértil veiga regada da mesma & doutra mayor ribeira. E fez conta que onde ouvesse agoa & gente curioza não faltaria todo género de frascura*”<sup>71</sup>.

Como nos diz Maria Helena da Cruz Coelho<sup>72</sup>, para a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória convergiram, não só artistas de toda a Estremadura, Alentejo e de além fronteiras, como também pedreiros e outros especialistas, oriundos de Castela, Granada, Aragão, Itália e Flandres<sup>73</sup>. Os pedreiros seguidos pelos cabouqueiros, assentadores e aparelhadores são, sem dúvida, os que têm mais referências na documentação existente. Isto porque, o ofício dos pedreiros estava, naturalmente, relacionado com a arte de trabalhar a pedra, material

---

<sup>69</sup> SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001, p. 133

<sup>70</sup> Ver em anexos, Planta n.º 1

<sup>71</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Actas do I Encontro sobre História Dominicana – Do Mosteiro da Vitória à Vila da Batalha (1388-1540)*, S.l., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1979, p. 170

<sup>72</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que recolheu Boa Memória*, S.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 267

<sup>73</sup> Acerca deste assunto consultar as obras de Maria João Baptista: “*James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*”, “*Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*” e de Clara Moura Soares: “*O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*”

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

utilizado para diferentes tipos de intervenções, desde as mais elementares até às que entravam no campo da escultura. A importância destes trabalhadores é evidenciada por Frei Luís de Sousa, o qual afirma que D. João I ordenou a vinda de cento e vinte e cinco pedreiros para a construção do Mosteiro: *“... As chronicas e as historias, que D. João I, segundo as phrases do elegante escriptor dominicano «chamou de longes terras os mais celebres architectos, que se sabia»; foi para isto verdadeiramente que elle «convocou de todas as partes officiaes de cantaria destros, e sábios, convidando a huns com honras, a outros com grossos partidos, e a outros obrigou com tudo junto»<sup>74</sup>.*

Para a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória muitas são as peças realizadas em série, entre elas: pilares, cachorros, frisos e outras molduras, o que demonstra um importante plano de acção e um elevado número de trabalhadores. Este edifício tratou-se de uma obra régia mandada construir por D. João I com duas finalidades: Poder afirmar-se enquanto monarca que não seguiu a linha normal de ascensão ao trono, e também para poder realizar a promessa feita por si e mandar construir nesse local o seu mausoléu. Para que tal obra resultasse na perfeição, muitas foram as fases de construção e os respectivos mestres, que estiveram à frente dos trabalhos.

Entre 1388-1533<sup>75</sup> encontramos três tipos de proveniência dos artífices: primeiramente os que vêm de diversas regiões do país, detentores de um

---

<sup>74</sup> *A Batalha, Memória dirigida ao Sr. Conselheiro Emygdio Júlio Navarro*. Lisboa: Typ. Do Commercio de Portugal, 1887, p. 17

<sup>75</sup> ANDRADE, Sérgio Guimarães de, *Santa Maria da Vitória – Batalha, Mafra*, Publicidade Artes Gráficas, 1992, p. 102

ofício concreto, que se deslocavam com a possível intenção de o exercerem nas obras do Mosteiro. Em segundo lugar os trabalhadores da região, oriundos de povoações próximas, tratando-se sobretudo de pedreiros não especializados, obreiros ou serviçais, e finalmente artífices estrangeiros, vindos de França, Flandres, Itália e de várias zonas da Península Ibérica.<sup>76</sup>

D. João I encarregou Afonso Domingues<sup>77</sup> de elaborar a planta e dirigir a execução da obra do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Na *História de Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira<sup>78</sup> são apresentadas duas tendências relevantes na construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. A primeira corresponde à campanha realizada pelo Mestre Afonso Domingues, em que este autor encontra uma propensão para o nacionalismo, na medida em que é afirmado que o gótico final é um período em que os diversos modos de construção se regionalizam, independentemente dos arquitectos em causa serem de outras nações. Deste

---

<sup>76</sup> É pertinente salientar que na Coleção “Grandes Protagonistas da História de Portugal – D. João I” refere-se a presença da maçonaria operativa nos trabalhos de construção do mosteiro, admitindo que o Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi construído por uma confraria arquitectónica vinculada à Grande Loja de York (A Grande Loja de York foi fundada em Inglaterra no ano de 926, considerada a grande difusora da arquitectura gótica europeia). Considera-se também que o Mestre Huguet esteve, durante a sua juventude, na presença do grão-mestre da Sociedade Secreta dos Obreiros Edificadores, originando assim uma possível influência no trabalho e relações futuras que este mestre teve ao longo da sua vida. MACDONALD, João, *Grandes Protagonistas da História de Portugal. D. João I*, S.l., Planeta de Agostini, 2005, p. 84

<sup>77</sup> Mestre Afonso Domingues foi o primeiro arquitecto do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, segundo um documento de 1402. Não se sabe, com certeza, onde nasceu, no entanto parece ter sido em Lisboa, tendo sido baptizado na freguesia da Madalena e tendo morado ou possuído algumas casas junto à Porta do ferro, que lhe haviam sido doadas por D. João I. À volta de seu nome, teceu-se a lenda da abóbada, escrita por Alexandre Herculano, no conto *A Abóbada*, publicado na *Panorâma* e depois nas *Lendas e Narrativas*. Trata-se de um arquitecto arcaizante nas soluções espaciais que adopta, também o é no tipo de recorte das molduras das ogivas, sempre de secção quadrangular, nos capitéis de folhagens relevadas. - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, Limitada, S.d., p. 414

<sup>78</sup> PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 1º Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1995, pp. 396-416



modo, esta regionalização da construção irá desprender os arquitectos dos cânones que tinham sido estabelecidos internacionalmente, permitindo-lhes incutir nas obras um pouco mais do seu gosto e técnica, como também aos encomendadores, as suas vontades e ideias. Os arquitectos e mestres obedecem a encomendas determinadas por vontades políticas locais, exploram novos meios no estaleiro onde são chamados a trabalhar, acabando por se libertarem dos cânones mais correntes do gótico internacional. A segunda tendência corresponde à campanha realizada pelo Mestre Huguet, orientada por influências estrangeiras, visto Paulo Pereira afirmar que, na documentação acerca da edificação do Mosteiro, é referido uma construção «ao modo de Inglaterra»<sup>79</sup>. Tal questão já foi discutida por vários autores, entre eles Pedro Dias e Saul António Gomes, levando-nos a concluir que a arquitectura da dinastia de Avis rompe com a arquitectura anterior, o que aliás também aconteceu nas obras realizadas durante o reinado de D. Afonso III e mais tarde com D. Manuel.

Huguet mostra um domínio técnico da arte de construir e um requinte de gosto até então desconhecido no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Na opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>80</sup>, este arquitecto vai manter a unidade construtiva que o Mestre Afonso Domingues realizou no mosteiro, indo, no entanto, aperfeiçoar e actualizar diversos modelos de construção e adaptando-os ao gosto flamejante<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 1º Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1995, p. 412

<sup>80</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 74

<sup>81</sup> O Estilo Flamejante corresponde à fase final da arquitectura gótica francesa, assim chamado, devido ao facto do seu aspecto mais característico ser a utilização de ornamentos florais que lembram a forma de flamas (do francês *flamboyant*). O termo “*flamboyant*” deve-se à forma de chamas que preenchem o interior das janelas, presente principalmente

Para Pedro Dias<sup>82</sup>, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória transformou-se numa grande escola da arquitectura portuguesa durante mais de um século, influenciando as obras que se fizeram ao longo do século XV e inícios do XVI em Portugal. Durante a construção do Mosteiro muitos monarcas deram o seu patrocínio. D. João I<sup>83</sup> (1357-1433), D. Duarte (1391-1438) e D. Afonso V (1432-1481) tiveram pelo monumento um carinho muito especial, não deixando faltar-lhe os meios económicos necessários para o seu engrandecimento. Como o prova a colocação, nesse monumento, das suas capelas funerárias. Pelo contrário, durante o reinado de D. João II (1455-1495), as obras no Mosteiro sofreram uma quebra de ritmo, pois este monarca parece não se ter interessado particularmente pelo Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O mesmo não notamos durante o reinado de D. João III (1502-1557), pois realizaram-se grandes obras utilitárias para o monumento, que serviram aos frades, os quais se encontravam privados dos edifícios joaninos<sup>84</sup>.

Durante os primeiros anos do reinado de D. Manuel houve um interesse bastante relevante na continuação da construção do Mosteiro de Santa

---

nas rosáceas. O estilo originou-se por volta do ano de 1370 e praticamente se expandiu em toda a França, até meados do século XV. No estilo flamejante encontramos uma preponderância da decoração sobre a arquitectura, verificamos a multiplicação dos “*gâbles*” e os pináculos exteriores, enquanto que no interior as ogivas tornam-se muito complexas e com grande luxo. Constata-se, um retorno mais frequente às elevações em dois níveis, que fazem desaparecer as paredes entre as grandes arcadas e as janelas altas. Mais tarde, verificamos que certos elementos da arquitectura gótica são utilizados com fins essencialmente decorativos. É o caso do cruzamento das ogivas, que se torna cada vez mais complexo até perder o seu sentido, bem como o facto de o Arco ogival ser formado por um triângulo obtuso, tornando-se cada vez menos agudo, tendendo ao horizontalismo – [www.wikipedia.org/wiki/estilo-flamboyant](http://www.wikipedia.org/wiki/estilo-flamboyant), [www.educatererra.terra.com.br/voltaire/2005/07/14/1000](http://www.educatererra.terra.com.br/voltaire/2005/07/14/1000)

<sup>82</sup> DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, S.l., Editorial Estampa, 1994, p. 120

<sup>83</sup> Ver em anexos, Planta n.º 2

<sup>84</sup> CORREIA, Vergílio, *Batalha – Estudo Histórico-Artístico-Arqueológico do Mosteiro da Batalha*, Porto, Litografia Nacional – Edições, 1929, p. 19

Maria da Vitória. No entanto, no início do século XVI, foi construído o Mosteiro de Santa Maria de Belém, o que obviamente levou a um desinteresse do monarca pelo mosteiro dominicano.

Conforme a cronologia apresentada pelo Pedro Dias, na *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, realizaram-se várias campanhas de obras com elevada importância ao longo de quase dois séculos, que tiveram à sua frente mestres portugueses e estrangeiros<sup>85</sup>: Primeiramente Afonso Domingues que esteve ligado ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória entre 1388 a 1402; seguido por Huguet, mestre estrangeiro, entre 1402 a 1438; Martim Vasques<sup>86</sup>, nos anos de 1438-1448; Fernão de Évora<sup>87</sup> entre 1448-1477; Mateus Fernandes<sup>88</sup> durante os três seguintes anos<sup>89</sup>; João Rodrigues e João de Arruda, por mais cinco e oito anos respectivamente até ao ano de 1492.<sup>90</sup>

### **Principais Campanhas de Obras no Mosteiro de Santa Maria da Vitória:**

Campanhas	Anos	Direcção
-----------	------	----------

<sup>85</sup> DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, S.l., Editorial Estampa, 1994, pp. 121-122

<sup>86</sup> Martim Vasques aparelhador nas obras de construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no tempo de Huguet, sendo nomeado por D. Duarte aquando a morte do segundo Mestre da Batalha, no ano de 1438. No ano de 1448 já tinha falecido pois Beatriz Lopes, sua viúva, vende umas casas ao Mestre Nicola, e é neste documento que podemos constatar que Martins Vasques foi substituído pelo seu sobrinho, Fernão de Évora.

<sup>87</sup> Fernão de Évora (faleceu no ano de 1477) foi o quarto mestre-de-obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória tomando o cargo no ano de 1448.

<sup>88</sup> Mateus Fernandes, filho de Fernão de Évora, trabalhou nas obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória com seu pai, substituindo-o durante as suas ausências. Em 1513 foi nomeado recebedor do dinheiro das obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, três anos mais tarde D. Manuel nomeia-o Mestre, incumbindo-o de continuar as obras das capelas imperfeitas e de acabar o claustro maior e principal. Casou com Isabel Guilherme, acabando por morrer no ano de 1515. O seu corpo repousa ao lado de sua mulher no Mosteiro de Santa Maria da Vitória em frente à capela do fundador.

<sup>89</sup> Mateus Fernandes foi substituído pelo Mestre Guilherme e logo depois por João Rodrigues. - PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 1º Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1995, p. 194

<sup>90</sup> Ver em anexos Planta n.º 3

1º	1388-1402	Afonso Domingues
2º	1402-1438	Mestre Huguet
3º	1438-1448	Martim Vasques
4º	1448-1477	Fernão de Évora
5º	3 Anos	Mateus Fernandes
6º	5 Anos	João Rodrigues
7º	8 Anos	João de Arruda

**Quadro n.º 1** – Principais campanhas de Obras no Mosteiro de Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Desta forma, no Mosteiro da Batalha combina-se a tradição gótica portuguesa, em amadurecimento, com as marcas de uma influência estrangeira, presente num gótico flamejante – possivelmente catalão, francês ou inglês<sup>91</sup>.

É com esta unidade e despojamento que se realiza o programa escultórico de alguns elementos exteriores e interiores do edifício, sendo justamente com os florões, os cogulhos dos pináculos e a ornamentação dos capitéis que a escultura se destaca.

Nos terraços superiores, que compõem o mosteiro, pode-se apreciar o conjunto de arcobotantes (que no entanto não são todos originais), pináculos e gárgulas. O Claustro de D. João III foi mandado construir pelo monarca durante o seu reinado, acabando por ser destruído pelo incêndio de 1811.<sup>92</sup> Neste lado do edifício, actualmente, encontramos algumas gárgulas, que podem ser da época de construção do Claustro de D. João III, no entanto não nos parece que tal se verifique, devido às diferenças das pedras e à diferença do trabalho escultórico entre as peças.<sup>93</sup> Vamos analisar este aspecto mais adiante, no capítulo IV, onde propomos o estudo sobre “A integridade do

<sup>91</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, *Reis de Portugal. D. João I o que reco-lheu Boa Memória*, S.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 268

<sup>92</sup> Ver em anexos, Planta n.º 4

<sup>93</sup> Ver em anexos, foto n.º 17

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória: Intervenções de restauro nos séculos XIX e XX”.

1. Fases de construção. Cronologias e soluções técnicas.

Este é um capítulo com muita importância para este estudo, pois nele iremos definir e analisar as fases de construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória; Só assim conseguiremos entender melhor a construção do mosteiro a nível estrutural e a consequente importância do sistema hidráulico para a manutenção do edifício. Desta forma, propomo-nos a realizar uma síntese cronológica das várias fases de construção do edifício e as soluções técnicas existentes quando a edificação do mesmo.

Para Pedro Dias<sup>94</sup>, os métodos de trabalho nos estaleiros portugueses, durante o período gótico, não eram muito diferentes dos estaleiros existentes em outras regiões da Europa do Sul e Ocidental. Podemos afirmar que foram os grandes estaleiros da Península Ibérica que definiram e ditaram as modas, tratando-se de uma influência essencialmente regional. Uma obra régia ou senhorial de vulto, liderada por um mestre de qualidade e prestígio, no século XII ou nas primeiras décadas do século XV, marcava todas as outras que eram feitas à sua volta. Tanto na Península Ibérica como fora dela, foram criados centros que tutelavam outros, pela sua disciplina e prestígio, aos quais a historiografia tradicional chamou de escolas, daí ainda hoje se falar da escola batalhina. Em Portugal, ao longo de três séculos, foi criada uma grande quantidade de centros, que por sua vez criaram também periferias. Esta realidade acabou por se atenuar, no século XV, com a

---

<sup>94</sup> DIAS, Pedro, *A Arquitectura da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Vol. 4, Publicações Alfa, 1994, pp.35-40

preponderância da dita escola batalhina. No Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi criada uma estrutura administrativa e financeira, em que no topo da pirâmide estava o vedor e o juiz das obras, pessoas distintas e que auferiam elevada consideração por parte de todos os outros trabalhadores do estaleiro<sup>95</sup>. Conhecem-se alguns nomes destes funcionários, entre eles: João Peres, Vasco Gonçalves, Gil Eanes e Luís Vicente. Outra figura importante nesta pirâmide administrativa é o provedor das obras, tratando-se de um religioso de S. Domingos, no caso da Batalha. Existiam ainda os escrivães, o almoxarife e os Homens de obras do Mosteiro, cuja primeira referência é de 1401. Este era um cargo normalmente exercido por pessoas letradas e com elevado estatuto social. É interessante notar que, por vezes, poderia existir a acumulação de cargos, como é o caso de Luís Dias, que era também requeredor das sisas.

No que diz respeito à construção da obra, no topo da pirâmide encontramos, normalmente, o mestre-de-obras, no entanto, por vezes, poderiam existir outros mestres-de-obras mais especializados, como por exemplo: Os vidreiros, pintores, escultores e ladrilhadores. Estes mestres tinham a função de dirigir corporativamente toda a organização oficial do trabalho desempenhado pelos *oficiais*, aprendizes e serventes<sup>96</sup>. Segundo Pedro Dias<sup>97</sup> a base da pirâmide era constituída por: Os cabouqueiros, pedreiros, aparelhadores, assentadores, carreiros e mesteirais. Sabemos ainda que todos os trabalhadores eram pagos à jorna (dia) ou à peça. Para além dos

---

<sup>95</sup> Sobre este assunto, ver mais informações em: GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Vol. 1/2, S.l., IPPAR, S.d.

<sup>96</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que recolheu Boa Memória*, S.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 267

<sup>97</sup> DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, S.l., Editorial Estampa, 1994, pp.35-40

trabalhadores do interior do Mosteiro existiam também outros que se ocupavam com os serviços exteriores, como por exemplo os *carreiros*, que tinham como função carregar os materiais (pedra, madeira, entre outros).

É importante notar que a hierarquia laboral era muito rígida e regia-se pelas regras mesteirais. Entrava-se ainda jovem para uma obra com a função de aprendiz e, pouco a pouco, subia-se a escala profissional até atingir o cargo de mestre, o que normalmente implicava ter-se de abandonar o estaleiro e procurar outras paragens. O aprendizado era baseado nos laços pessoais, no ensino directo com o mestre, tratando-se de um ensino presencial, o que limitava a área de difusão das formas.

Durante o reinado de D. João I assistiu-se a duas fases de construção no Mosteiro de Santa Maria da Vitória: uma primeira que decorreu entre 1388 e 1425, altura em que se ergueu a igreja, a sacristia, os espaços e edifícios necessários à vida conventual, entre eles: o claustro, a casa do capítulo, o dormitório, o refeitório, a cozinha, oficinas e anexos<sup>98</sup>. E uma segunda fase que decorreu a partir de 1426, quando foram lançadas as obras da capela do fundador, adossada à igreja do mosteiro. É sobre estas duas fases de construção, referentes ao reinado de D. João I, que o nosso trabalho acerca da originalidade das gárgulas irá incidir-se. No que diz respeito ao sistema hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, iremos fazer um estudo sobre todo o conjunto monástico.

Nesta análise resumida da planta do mosteiro, composta por: igreja, claustro de D. João I, capela do fundador e do claustro de D. Afonso V, iremos

---

<sup>98</sup> Ver em anexos, Planta n.º 5



unicamente analisar as datas e as fases de construção, visto que para o nosso estudo é importante delimitar o número de gárgulas a examinar. Assim, iremos então, num capítulo posterior, analisar as gárgulas referentes à data da fundação, bem como o sistema hidráulico.

A planta do mosteiro é em cruz latina e a igreja revela o apego à tradição do gótico mendicante português. Trata-se de um templo de três naves, com transepto pronunciado e cinco capelas na cabeceira, tendo as laterais a mesma profundidade, todas elas precedidas de um tramo recto.<sup>99</sup>

a. Igreja<sup>100</sup>

A construção do mosteiro iniciou-se com a edificação da abside, tal como era costume na altura, o que nos ajuda a compreender o facto de terem sido depositados na capela-mor, a 15 Outubro de 1416, os restos mortais de D. Filipa de Lencastre. No ano de 1434, ou talvez um pouco antes, estava concluída a Capela do Fundador, que se encontrava em construção pelo menos desde 1426, ano em que D. João I afirmou no seu testamento a vontade de querer ser sepultado nesse local. Assim, em 1434, foram transladados para aquela capela, os seus restos mortais e de sua mulher.

No início do século XV, aquando da morte do mestre Afonso Domingues, existia muita pedra lavrada que não tinha sido ainda aplicada nos locais a que se destinava. Esta situação torna ainda mais difícil saber, exactamente, onde iam as obras quando o mestre Huguet as começou a dirigir, pois apesar

---

<sup>99</sup> Acerca deste assunto, ver as notas de rodapé do Capítulo II, sobre “A campanha de edificação. Artistas e organização do trabalho no estaleiro de Santa Maria da Vitória”

<sup>100</sup> Ver em anexos, Planta n.º 6

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

da sua orientação estética ser distinta, ele não iria com certeza desaproveitar o material que se encontrava já preparado.

Apesar de Alexandre Herculano ter divulgado e consagrado a construção da cobertura da sala capitular a Afonso Domingues, sabe-se que o mestre português apenas delimitou o espaço, levantou as paredes colaterais e o portal. Assim, coube a Huguet a elaborada obra, pois foi ele que modificou o projecto inicial e construiu a abóbada com um perfil extremamente baixo, sem pilares de suporte, o que veio a espantar os contemporâneos e a posteridade.

Quando o mestre Huguet é colocado à frente das obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória introduz não só novos motivos decorativos, que não estavam na trajectória normal da arquitectura gótica em Portugal, como também os rendilhados de pedra existentes nas janelas e a decoração dos coroamentos nos contrafortes<sup>101</sup>.

#### b. Claustro de D. João I

Quanto ao claustro real, este espaço foi também projectado pelo Mestre Afonso Domingues, o qual ainda viu levantar duas das alas. No claustro, os vãos das arcarias ogivais são ocupados na parte superior por bandeiras de profusa rendaria, que provavelmente são posteriores, pois denota-se aqui o gosto manuelino com vestígios de estilização mourisca. Este espaço tem 55,50m de largura, cada lanço é repartido por sete capelas, mais as quatro comuns dos ângulos, o que mostra uma construção plenamente gótica. O

---

<sup>101</sup> ANDRADE, Sérgio Guimarães de, Mosteiro da Batalha, *Guias do Património Cultural*, Instituto Português do Património Cultural, 1989, p. [1]

Claustro Real é coberto por abóbadas de cruzaria, que estão ligadas entre si por uma cadeia em espinha, mostrando as arcadas voltadas para a praça e separadas por contrafortes em andares, delimitados por largos declives, rematados em prismas adornados de gárgulas e coroados de pináculos que se elevam sobre a grinalda que coroa todo o rebordo. O Claustro, actualmente ajardinado, foi no seu tempo primitivo o cemitério dos monges. A Huguet deve-se, ainda, as obras de conclusão de algumas zonas já começadas por Afonso Domingues e outras feitas de raiz, como por exemplo: A capela do fundador e a Capela de D. Duarte.

c. Capela do Fundador<sup>102</sup>

A Capela do Fundador<sup>103</sup> foi mandada edificar por D. João I entre 1426 e 1434, estando à frente das obras o mestre Huguet. Este edifício foi destinado, por D. João I, a ser o futuro Panteão Real da Casa de Avis, para onde iriam repousar, após a morte, os reis e os seus descendentes, marcando assim definitivamente a sua acção enquanto Rei e Fundador de uma nova Dinastia. A arquitectura da capela é de planta quadrada, mostrando ao centro o duplo túmulo real de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, sobre o qual se ergue um corpo octogonal suportado por grossos pilares, ligados entre si por arcos ogivais e cobertos por uma abóbada estrelada de oito pontas, única em Portugal.

---

<sup>102</sup> Ver em anexos, Planta n.º 7

<sup>103</sup> Ver em anexos, Planta n.º 8

O corpo da capela do fundador está encostado à fachada sul do mosteiro, é composto por dois andares e termina o octógono central, onde falta um alto coruchéu, que abateu durante o terramoto de 1755.

Aquando da visita ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória observámos que, à volta da igreja, os inúmeros arcobotantes são compostos por um canal no seu dorso por onde a água das chuvas é canalizada desde o telhado até às gárgulas, que a lançam para longe das paredes. Estas gárgulas de inspiração popular seguem a típica representação medieval, exibindo pessoas em atitudes burlescas, monstros e animais mais ou menos insólitos, que em capítulo próprio iremos analisar.

Todas as platibandas existentes no Mosteiro de Santa Maria da Vitória são coroadas com flores-de-lis e todos os coruchéus, pináculos e gárgulas estão decorados, revelando a intenção ornamental até então ausente no gótico nacional.

Bem flamejante e com o cunho do mestre Huguet é toda a decoração da fachada, incluindo o portal. O mesmo acontece coma Capela de D. Duarte, criadas por D. Duarte com o objectivo de instalar aí o seu panteão, e dos seus sucessores e príncipes, cujas respeitáveis cinzas estavam depositadas na igreja e no capítulo sem acomodação própria e conveniente. Esta obra não foi acabada na época do monarca, devido à curta duração do seu reinado (1433-1438).

Os telhados denunciam a profusão dos coruchéus e pináculos, os quais prolongam para o espaço os contrafortes e a grelha arredondada das varandas, marcando com exuberância o seu goticismo.

A fachada sul do mosteiro exhibe uma estrutura decorativa do tempo, contornando a nave lateral e o transepto com os elementos construtivos bem patentes (platibandas, contrafortes, cimalkhas e gárgulas), onde as florações, os cogulhos, os pináculos e os filetes recticulares não faltam para documentar o estilo.

d. Claustro de D. Afonso V e dependências adjacentes

O claustro menor e as dependências adjacentes são mais pequenos, tendo sido aquele concebido com bastante simplicidade e com um merecimento artístico e histórico, o que nos leva a identificá-lo como um exemplo da arquitectura do tempo de D. Afonso V<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> Vale a pena voltar a lembrar que, alguns historiadores consideram a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória uma construção puramente inglesa, comparando-a com a Catedral de York (ver em anexos, as fotografias N.º 18 e 19), no entanto na nossa opinião, estes autores não têm feito uma comparação com outras catedrais da época, tais como a Catedral de Burgos (ver em anexos, as fotografias N.º 20 e 21), onde também são encontradas muitas analogias.

### **Capítulo III**

O sistema hidráulico em Santa Maria da Vitória. Funcionalidades.

Neste capítulo propomo-nos a realizar o estudo acerca do sistema hidráulico no Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a sua funcionalidade para o monumento. Para tal, é necessário termos em conta que se trata de um sistema duplo, um referente ao nível do solo e outro à pluvial. É conveniente expormos resumidamente os dois tipos existentes de sistemas hidráulicos: O primeiro referente ao nível do solo e o segundo à Pluviosidade. Em ambos deparamo-nos com três aspectos de elevada importância para qualquer edifício:

1. Captação
2. Escoamento
3. Funcionalidade

É, no entanto, importante salientar a articulação existente entre estes dois sistemas, condicionando assim a própria organização arquitectónica e funcional de qualquer mosteiro.

Neste sentido, iremos analisar o caso específico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, recorrendo, sempre que necessário, a outros exemplos nacionais, existentes nas épocas, anteriores e posteriores ao nosso estudo.

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

De todo o sistema arquitectónico, o subsistema hidráulico é, talvez o mais importante para a edificação de qualquer construção. Deve ser pensado e analisado aquando a fundação do edifício, pois só assim poderá funcionar da melhor maneira. Com um sistema hidráulico bem esquematizado, um edifício não corre o risco de infiltrações de água pluvial, muito comuns devido às constantes chuvas a que está exposto. Assim, terá de ser analisado a partir dos terraços, seguindo-se as caleiras, os arcobotantes, as gárgulas, os contrafortes e terminando no solo, no sistema de drenagem respectivo.

O sistema hidráulico de qualquer edifício ou conjunto monástico foi sempre muito importante para os construtores e arquitectos, ocupando-lhes grande parte do seu trabalho: *“ as águas pluviais penetravam no corpo das abóbadas e no massiço dos botaréos e dos muros surdindo no interior ao ponto de haver extensões de pavimento permanentemente alagadas e cobertas de água estagnada em todo o inverno, como por exemplo a nave direita da igreja na capella do fundador e nas arcadas do claustro”*.<sup>105</sup>

a. Nível do solo

A captação de água potável fazia-se a partir de uma nascente prospectada na Jardoeira, a cerca de 9000m, através da canalização subterrânea, até ao lavabo do claustro real, sendo repartida para a cozinha e para as outras dependências do Mosteiro. A partir do trabalho realizado pela Direcção Regional de Coimbra do IPPAR, *“Projecto de Conservação, Restauro e*

---

<sup>105</sup> ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1897, p. 17

*Valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha – Diagnóstico do Estado de Conservação*”, podemos concluir que o sistema de evacuação, parcialmente subterrâneo e visitável, derivava de um açude do Laureiro a montante do Convento, formado na confluência das Ribeiras da Calcárea e da Quinta do Sobreado. Este canal, que passa pela Cozinha e pelo bloco das latrinas, onde desembocava a canalização secundária das águas residuais, ia desaguar, a céu aberto, ao Rio Lena<sup>106</sup>. As características fisiográficas do local, onde o mosteiro se encontra, são constituídas por declives a Sul/Norte e Poente/Nascente, facilitando o sistema de captação hidráulico do edifício<sup>107</sup>. Até à conclusão do sistema hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a comunidade religiosa era abastecida de água potável<sup>108</sup> a partir do poço que se situava no pátio do claustro principal, onde ainda existe uma nascente.<sup>109</sup>

A distribuição de águas era feita no interior do Convento, a água era repartida a partir do Lavabo do Claustro Real, que se situa no lado noroeste do Claustro, junto ao refeitório, e que foi construído com o objectivo de possibilitar a lavagem das mãos antes e depois das refeições. Actualmente, a água chega ao lavatório a partir do fontanário contíguo à casa paroquial a noroeste do Convento.<sup>110</sup>

---

<sup>106</sup> *Projecto de Conservação, Restauro e Valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha – Diagnóstico do Estado de Conservação*, Coimbra, Direcção Regional de Coimbra, 1999, p. 173

<sup>107</sup> MASCARENHAS, José Manuel P. B., et al., *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Lisboa, Fundação do Oriente, 1996, pp. 108-114

<sup>108</sup> Ver em anexos, Planta n.º 9

<sup>109</sup> Ver em anexos, fotos n.º 22, 23 e 24

<sup>110</sup> *Projecto de Conservação, Restauro e Valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha – Diagnóstico do Estado de Conservação*, Coimbra, Direcção Regional de Coimbra, 1999, p. 173



É importante referir que quando foi escrita a carta missiva, dirigida a Fernão Rodrigues (vedor das obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória), datada de 1456, ainda não estava concluída a construção do Lavatório no Claustro Real: *“Quereis saber o que nesta cousa havíamos por bem que se fizesse, convém a saber, em vir a agoa da Fonte dos Valles, ou de Calvaria para o lavatório do dito Moesteyro, a que respondemos, que se tome donde o dito senhor ordenava e se o não terminou, vós todo muy bem com esses officiaes o acordai, donde o acordardes dahi se tome e traga ao dito Moesteyro...”*<sup>111</sup> Esta obra foi realizada sob o comando de Fernão de Évora, mestre-de-obras durante os anos de 1448-1477, tal como, evidenciámos no capítulo anterior.

Através do trabalho referido anteriormente e realizado pela Direcção Regional de Coimbra, podemos também concluir que, no centro do Claustro principal existia uma cisterna com grande capacidade de retenção de água, a qual terá, certamente, servido para o aprovisionamento inicial do Convento e para a irrigação do jardim adjacente<sup>112</sup>. Esta cisterna actualmente encontra-se inactiva, devido a ter perdido a função para a qual foi construída inicialmente.

b. Organização do Sistema Hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória em função da pluviosidade<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Vol. 2, S.l., IPPAR, S.d., p. 60

<sup>112</sup> *Projecto de Conservação, Restauro e Valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha – Diagnóstico do Estado de Conservação*, Coimbra, IPPAR-DRC, 1999, p. 175

<sup>113</sup> Ver em anexos, Planta n.º 10

A arquitectura gótica vai ter uma preocupação especial com o escoamento das águas pluviais, como tal o arcobotante tem, para além da óbvia função estrutural, a função de libertar para fora do edifício as águas do terraço central, associando-se aos pináculos, às gárgulas e ao sistema de escoamento ao nível do solo. Neste caso os arcobotantes são parte integrante do escoamento das águas pluviais. O arcobotante exterior aparece na Ilha de França por volta do século XII, em 1180, e divulga-se no início do século seguinte. É de notar que os primeiros arcobotantes realizados no nosso país são os da nave da Sé do Porto e os da cabeceira de Alcobaça, que datam ambos do século XII. O arcobotante que associa também a função de escoamento de águas pluviais difunde-se, no Norte de França, pelos meados do Século XIII, e aparece pela primeira vez em Portugal na Charola da Sé de Lisboa e no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.<sup>114</sup>

A importância do arcobotante como um dos elementos fundamentais para o escoamento das águas pluviais é bastante relevante para o nosso estudo, pois a sua utilização como parte integrante do sistema, trata-se de uma solução hidráulica, bastante erudita, visto não o termos encontrado nos outros monumentos estudados. Assim sendo uma das soluções encontradas, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória é composta por: As águas que estão nos terraços (de uma ou duas águas) vão para as caleiras que os circundam, seguindo-se para um primeiro nível de gárgulas. Estas gárgulas irão despejar as águas para as taças ou recipientes (que se encontram em cima

---

<sup>114</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 29-31

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

do arcobotante) que de seguida conduzem as mesmas para cima dos arcobotantes (que são compostos por caleiras), seguindo assim para um segundo nível de gárgulas. Finalmente estas vão despejar as águas para o contraforte que vai ter também a função de ampará-las até ao cão.

Uma vez mais referimos que o escoamento das águas pluviais foi sempre uma preocupação evidente por parte dos arquitectos e construtores de qualquer edifício.

Ao consultar o estudo efectuado pelo IPPAR-DRC com o título: *Estado do Traçado, Diagnóstico do Estado de Conservação e Proposta de Intervenção do Sistema Hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha*<sup>115</sup>, podemos perceber que outrora, a evacuação das águas pluviais da entrada da igreja era feita através de uma conduta que fazia a recolha das águas, levando-as desde a porta principal, através da nave lateral esquerda, até à porta que dá acesso ao claustro de D. João I. A conduta percorria a ala Este, inflectindo ligeiramente para Oeste no seu extremo Norte, para ir descarregar na curva do Cano Real localizada antes das latrinas. Actualmente, a evacuação das águas pluviais do claustro D. João I é realizada pelas duas condutas existentes por baixo do lavatório, as quais recebem facilmente as águas de todos os pontos do claustro, graças à força da gravidade.

---

<sup>115</sup> *Estado do Traçado, Diagnóstico do Estado de Conservação e Proposta de Intervenção do Sistema Hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha*, S.l., IPPAR-DRC, 2006

Entendemos também que a evacuação de águas pluviais das coberturas do claustro D. Afonso V é realizada de dois modos distintos. Na fachada oeste encontra-se uma tubagem enterrada, que segue um percurso paralelo ao túnel exterior, o qual recolhe as águas que descem junto dos contrafortes, nos tubos de queda, a que intersectam através de caixas de pavimento. Nas fachadas Norte e Este o sistema de evacuação das águas é efectuado com o auxílio de tubos de queda e de três gárgulas, localizadas na varanda Este, que vêm descarregar directamente ao pavimento exterior.

A evacuação das águas pluviais do claustro D. Afonso V é realizada por uma caleira superficial que contorna o pátio central, com excepção do canto Sudoeste e da zona central a Sul, em que o percurso se efectua em condutas fechadas.

A saída das águas pluviais que caem no átrio de acesso às capelas imperfeitas é também realizada por uma caleira superficial, talhada directamente nos silhares de pedra, a qual, contorna o altar-mor e os laterais, indo desaguar a uma conduta situada a Oeste da porta, onde é efectuado, actualmente, o acesso a este espaço.

O sistema de drenagens das águas pluviais das capelas imperfeitas é realizado por uma caleira superficial em meia cana, moldada nas próprias lajes do pavimento, contornando a forma octogonal do espaço central, junto a um degrau que o circunda.<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> *Estado do Traçado, Diagnóstico do Estado de Conservação e Proposta de Intervenção do Sistema Hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha, S.l., IPPAR-DRC, 2006*

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

È importante deixarmos claro que o nosso estudo reflecte unicamente na análise do sistema hidráulico desde os terraços até ao chão, assim sendo, todo o resto do sistema é unicamente relevante no sentido de concluir a nossa investigação. Podemos evidenciar o facto de que o sistema hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória foi sem divida muito bem pensado, com o objectivo primordial, de que todo o conjunto monástico não viesse a ter problemas de infiltração e escoamento de águas pluviais. É também importante ter em conta que esta foi a preocupação mais marcante nas obras de restauro efectuadas por Luiz Mouzinho de Albuquerque, durante o século XIX.

1. O problema da água. Sistemas e soluções em monumentos medievais portugueses. Uma comparação.

Neste capítulo iremos realizar uma análise, de vários monumentos medievais portugueses, que serão escolhidos em conformidade com os que analisámos no primeiro capítulo, onde estudámos as influências exercidas sobre a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Este ponto é de grande importância uma vez que só assim poderemos estabelecer paralelismos entre os vários sistemas hidráulicos existentes nos monumentos em questão.

É de notar que além de salientarmos maioritariamente monumentos edificados anteriormente ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, iremos também analisar o convento e igreja do Carmo, que foi construído em simultâneo com o Mosteiro de Santa Maria da Vitória e acabou por ser bastante influenciado por esta construção.

Após a comparação com os monumentos, poderemos verificar por um lado, a universalidade de algumas soluções hidráulicas empregues no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, tais como a utilização de telhados e terraços de uma e duas águas, com o fim de as encaminhar para as gárgulas e daí para o exterior, e por outro lado, poderemos também conferir a autenticidade e erudição existente no sistema hidráulico, no que diz respeito á utilização dos arcobotantes, como um dos elementos hidráulicos no mosteiro.

#### A. Convento de Cristo<sup>117</sup>

Um dos belos exemplares da arquitectura gótica portuguesa é o claustro do cemitério, no Convento de Cristo, em Tomar<sup>118</sup>, mandado construir pelo infante D. Henrique<sup>119</sup> (1420-1460). Neste monumento podemos encontrar em parte um sistema hidráulico semelhante ao existente em Santa Maria da Vitória. No entanto, devido às campanhas de obras realizadas ao longo dos anos e ao facto de o conhecimento ter sido modificado, este sistema acabou por ser bastante alterado no edifício, como podemos verificar nas fotografias em anexo. Note-se que as fotografias números 25<sup>120</sup>, 26<sup>121</sup> e 27<sup>122</sup> mostram exemplos de gárgulas pertencentes a um sistema hidráulico não semelhante ao do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, enquanto que as fotografias números 28<sup>123</sup>, 29<sup>124</sup> e 30<sup>125</sup> são referentes a um sistema idêntico.

---

<sup>117</sup> Durante o governo do Infante D. Henrique foram construídos dois claustros góticos no convento. No reinado de D. Manuel (1495-1521), a igreja templária foi prolongada para ocidente devido à construção que veio a servir o Capítulo da Ordem. D. João III (1521-1557) iniciou importantes trabalhos de ampliação no convento, devido ao facto de o monarca pretender fazer profundas mudanças na ordem, e como tal, iria também alterar as regras e transformar os cavaleiros em monges contemplativos.

<sup>118</sup> Ver em anexos, Planta n.º 11

<sup>119</sup> Infante D. Henrique, cognominado de o *Navegador* ou o *Infante de Sagres*, é o 5º dos oito filhos de D. João I e o 4º dos seis filhos varões do monarca com D. Filipa de Lencastre. Nasceu no porto no ano de 1394 e morreu, na Vila do Infante (Cabo-de-Sagres), no ano de 1460, sendo sepultado na igreja de Santa Maria em Lagos e depois trasladado para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O preâmbulo do seu testamento revela o clima espiritual de toda a sua vida e acção, sendo um católico consciente que viveu na crença, considerando, «os trabalhos dos homens principalmente deverem ser por serviço de nosso senhor Deus, e assim de seu senhor, por que hajam de receber galardão de glória», na sua vida, «e este mundo honra e estado». Assim, se «leve sempre o desejo de fazer guerra aos infiéis e de converter os pagãos». Em 1418, foi investido por seu pai nas funções de «governador e regedor» da Ordem de Cristo, já com a sede em Tomar, no antigo castelo dos templários, cujo edifício D. Henrique adaptará e ampliará, fazendo construir os seus paços e outras dependências cujas ruínas subsistem. – A partir das páginas de Internet da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e do IPPAR.

<sup>120</sup> Ver em Anexos foto n.º 25

<sup>121</sup> Ver em Anexos foto n.º 26

<sup>122</sup> Ver em Anexos foto n.º 27

<sup>123</sup> Ver em Anexos foto n.º 28

<sup>124</sup> Ver em Anexos foto n.º 29

<sup>125</sup> Ver em Anexos foto n.º 30

Para que o nosso estudo fique completo, decidimos então dividir, o sistema actual em várias soluções, assim sendo, encontrámos:

1. Solução A (referente às gárgulas que estão nos Claustros do Cemitério, dos Corvos, da Micha, da Hospedaria e da Lavagem) – No que diz respeito ao **claustro do cemitério**<sup>126</sup>, este é composto por um só piso, assim sendo, as águas caem para o telhado e são conduzidas para as gárgulas e finalmente para o chão. Existem quatro gárgulas, dispersas em cada um dos cantos do claustro, sendo que todas têm a forma de canhão. È importante notar que o claustro do cemitério foi remodelado nos inícios do século XVII.

Quanto ao **claustro dos corvos**<sup>127</sup>, este trata-se de um claustro composto por três pisos, desenhado por João de Castilho e edificado em duas fases, uma primeira entre 1537-1539 e uma segunda entre 1543-1546. Neste claustro encontrámos um sistema hidráulico idêntico ao do anterior, isto é, as águas dos telhados são enviadas para as gárgulas e de seguida para o exterior, sendo importante salientar que neste caso existe ainda os contrafortes que têm a função de amparar a queda das águas, tal como iremos encontrar no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, bem como o facto de existirem as gárgulas do primeiro piso que actualmente estão sem qualquer função. Neste espaço encontrámos um pormenor muito interessante que se encontra

---

<sup>126</sup> Ver em Anexos fotos n.º 31, 32 e 33

<sup>127</sup> Ver em Anexos fotos n.º 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41



na parede que está encostada ao claustro da micha, isto é: deparamo-nos com a existência de dois níveis de gárgulas, assim sendo, a água que fica depositada na caleira que circunda esse lado do claustro é enviada para uma “rampa de lançamento” que vai dar às gárgulas do segundo piso, que depositam as águas para o telhado. Estas águas são enviadas para as gárgulas do primeiro piso e finalmente lançadas para o exterior.

No que diz respeito ao **claustro da Micha**<sup>128</sup> foi concluído entre os anos de 1543 e 1550, assim sendo é contemporâneo do claustro anteriormente descritos, talvez por esse motivo segue exactamente a mesma solução hidráulica. É um claustro composto por dois pisos e dois telhados, as águas são enviadas da caleira que circunda o claustro, para a “rampa de lançamento” e seguindo directamente para as gárgulas. A partir destas são enviadas para um telhado superior e de novo para as gárgulas que iram conduzir às águas para um segundo telhado e finalmente para o exterior. Neste espaço deparamo-nos com um importante pormenor, que tem a ver com o facto de terem colocado na boca de uma das gárgulas um cano para assim afastar a queda das águas do edifício.

O **Claustro da hospedaria**<sup>129</sup> foi construído em 1541-1542, e apresenta a mesma solução hidráulica descrita anteriormente, com a particularidade, de num dos lados do mesmo existir quatro

---

<sup>128</sup> Ver em Anexos fotos n.º 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49

<sup>129</sup> Ver em Anexos fotos n.º 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56

níveis de gárgulas e dois telhados. Neste caso é importante afirmar que as gárgulas referentes ao primeiro piso actualmente não têm qualquer função hidráulica.

O **claustro da Lavagem**<sup>130</sup> é composto por dois pisos, foi construído entre os anos de 1426 e 1453. No claustro da lavagem existem dois níveis de gárgulas: Um primeiro que actualmente não têm função (visto o claustro estar coberto), mas onde ainda se denota as caleiras e as aberturas para as gárgulas, que conduziam as águas para o fora do claustro. É de notar que estas gárgulas são todas sem excepção em forma de canhão (primeiro piso). No segundo nível de gárgulas (segundo piso), estas seguem a solução descrita anteriormente, isto é, as águas são conduzidas dos telhados para as gárgulas e finalmente para fora do edifício. Estas gárgulas tratam-se de representações mais tardias que as do primeiro nível do claustro da lavagem. Neste espaço encontrámos no piso térreo algumas réplicas de gárgulas entre elas, a de um canhão.

II. Solução B (referente às gárgulas que estão nos Claustros Principal e de Santa Bárbara) – O **claustro principal**<sup>131</sup> foi iniciado, por João de Castilho m 1530-1533, sendo que com D. João III foi parcialmente demolido (1562) e substituído pelo actual, no entanto nos finais do século XVI recebeu também as obras do arquitecto italiano Filipe Terzi. Esta pequena

---

<sup>130</sup> Ver em Anexos fotos n.º 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 63

<sup>131</sup> Ver em Anexos fotos n.º 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 70

introdução deve-se ao facto de este ser um belo exemplo de alteração do sistema hidráulico de qualquer espaço, pois neste caso, referimo-nos a um claustro composto por dois pisos, sendo que o primeiro nível de gárgulas deixaram de ter a função primordial de descarregar as águas para fora do edifício. Encontrámos então terraços inclinados a uma água, que conduzem as águas para as caleiras, de seguida para as gárgulas (todas iguais e renascentistas) e finalmente para o exterior. Nos terraços encontramos ainda o pormenor de existir um varandim, que é composto por duas águas, uma virada para o interior do claustro e a outra para o exterior, no entanto actualmente as gárgulas aí existentes não tem a função de descarregar as águas, devido aos restauros e obras efectuadas no local.

No que diz respeito ao **claustro de Santa Bárbara**<sup>132</sup>, este é composto por um só piso, assim sendo os terraços são inclinados a uma água, que conduzem as águas para as caleiras e seguidamente para as gárgulas que vão enviar as águas para o exterior.

Podemos então concluir que se trata de um monumento muito complexo, derivado às várias campanhas de obras pelas quais que passou e aos restauros que sofreu, no entanto no que diz respeito ao sistema hidráulico vigente este acaba por ser pouco complexo. Pois encontramos dois grandes tipos de recursos hidráulicos, um primeiro que é composto por: terraços,

---

<sup>132</sup> Ver em Anexos fotos n.º 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78

gárgulas e chão e um segundo que substitui os terraços pelos telhados. Neste caso o que varia é o número de telhados e os níveis de gárgulas utilizados. É também importante lembrar que derivado á monumentalidade desde edifício, vamos encontrar em todos os claustros poços ou cisternas<sup>133</sup>, e que a maioria das gárgulas existentes no convento são todas funcionais (mesmo aquelas que actualmente não tem a função hidráulica, outrora tiveram-na), no entanto encontrámos uma que tem unicamente a função decorativa<sup>134</sup>.

B. Convento do Carmo<sup>135</sup> – Apesar do estado de ruína que este monumento apresenta, durante o trabalho de campo encontrámos algumas soluções de descarga das águas pluviais, soluções essas que sistematizamos do seguinte modo:

l. Solução A (referente às gárgulas que estão na fachada principal, a ladear o portal principal) – Encontra-se actualmente um orifício entre a junção das pedras, para que a água seja direccionada para fora do edifício. Provavelmente nesse local

---

<sup>133</sup> Ver em Anexos foto n.º 79

<sup>134</sup> Ver em Anexos foto n.º 80

<sup>135</sup> A fachada sul da igreja é sustentada por cinco arcobotantes, adicionados em 1399, após um desabamento, durante a construção da igreja. - A partir das páginas de Internet da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e do IPPAR.

existiam gárgulas<sup>136</sup> ou goteiras<sup>137</sup>, no entanto, devido ao estado do Convento, não podemos afirmar com toda a certeza essa ideia.

II.Solução B (referente ao sistema que se encontra ao lado do portal secundário) – Existe um orifício na parede mesmo por cima do arcobotante, onde provavelmente estaria de uma gárgula ou goteira já desaparecida. Este arcobotante tem a caleira, na parte superior, para que as águas vindas das gárgulas escorram, através dele, para fora do edifício. Este sistema foi também, como veremos, utilizado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória<sup>138</sup>.

III.Solução C (referente ao sistema que se encontra no exterior da igreja) – Existe um conjunto de gárgulas que estão situadas no exterior da igreja, que descarregam as águas para um telhado. Deste, passam para um segundo nível de gárgulas e depois para o exterior do monumento<sup>139</sup>.

IV.Solução D (referente ao sistema que se encontram nos muros de cinta da igreja) – Permanece ainda intacto, um conjunto de gárgulas, todas iguais e em forma de canhão, que descarregam as águas primeiro para os contrafortes e depois para a rua<sup>140</sup>.

---

<sup>136</sup> Decidimos ao longo do nosso trabalho mostrar a diferença entre gárgulas e goteiras, daí utilizarmos os dois termos. O primeiro refere-se é o sinónimo de: bica saliente nos beirais dos telhados, pela qual as águas pluviais caem distanciadas das paredes dos edifícios; especialmente, cada uma das figuras caprichosas e fantásticas que, para esse fim, ornaram os monumentos ogivais da Idade Média; abertura por onde a água das goteiras dos telhados corre para o algeroz; orifício por onde corre a água de biqueira ou cascata; e o segundo a: telha ou cano que recebe a água da chuva que cai dos telhados, levando-a para fora das paredes; fenda ou buraco do telhado de onde cai água em casa, quando chove. <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx> - 21 de Setembro de 2007.

<sup>137</sup> Ver em Anexos fotos n.º 81 e 82

<sup>138</sup> Ver em Anexos fotos n.º 83 e 84

<sup>139</sup> Ver em Anexos fotos n.º 85 e 86

<sup>140</sup> Ver em Anexos foto n.º 87

É importante salientar que existem actualmente algumas gárgulas no Convento do Carmo que ainda têm a função hidráulica para a qual foram construídas<sup>141</sup>, como prova disso encontrámos vestígios de água nas pedras do edifício<sup>142</sup>. Finalmente podemos ainda referir que dentro do claustro<sup>143</sup> não existem quaisquer vestígios do sistema hidráulico e de gárgulas ou goteiras.

No que diz respeito a este monumento as conclusões a tirar são sempre muito cuidadosas, visto o estado de ruína não nos deixar entender como poderia funcionar o resto do sistema hidráulico do convento, sendo que derivado influências que este sofreu por parte do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, acreditamos que tivesse também sido muito semelhante. No que diz respeito ao actual sistema hidráulico podemos encontrar paralelismos com o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, pois também no convento do Carmo se utiliza uma ligação evidente entre dois terraços inclinados, a uma água, que fazem ligação às gárgulas e seguidamente para o exterior, verificámos também a existência de contrafortes que amparam a queda das águas para o exterior do edifício.

C. Sé de Lisboa<sup>144</sup> – Apesar das várias fases de construção ao longo dos séculos<sup>145</sup> e dos restauros efectuados no monumento, aquando da visita à Sé de Lisboa<sup>146</sup>, encontrámos algumas gárgulas e soluções de

---

<sup>141</sup> Ver em Anexos fotos n.º 88 e 89

<sup>142</sup> Ver em Anexos fotos n.º 90 e 91

<sup>143</sup> Ver em Anexos foto n.º 92

<sup>144</sup> Ver em anexos, Planta n.º 12

<sup>145</sup> Ver em Anexos foto n.º 93 e 94

<sup>146</sup> O primeiro impulso edificador da Sé de Lisboa deu-se no ano de 1147, nos séculos seguintes efectuaram-se as transformações mais marcantes para a construção da sé: A Capela de Bartolomeu Joanes, o claustro Dionísio e a nova cabeceira com deambulatório,

descarga das águas pluviais, que organizamos do seguinte modo, de acordo com as tipologias funcionais:

I. Soluções A (referente às gárgulas que estão colocadas nas torres)

– Nas duas torres da fachada da Sé existem um conjunto de duas gárgulas em cada uma delas. Estas estão viradas para o interior do edifício, descarregando sobre o telhado da nave central<sup>147</sup>.

Quanto as estas torres devemos ter em conta o facto de terem sido modificadas por D. Jorge Costa, no século XV, o que nos leva a supor que também as gárgulas aí existentes são objecto de restauro, visto não se tratar de uma solução prática e sensata ao nível hidráulico, isto porque faria muito mais sentido existir uma descarga de águas para o exterior do edifício e não para o interior, pois assim acaba por dificultar o escoamento das águas.

II. Solução B (As gárgulas que se encontram viradas para o exterior

do edifício) – No exterior, encontrámos dois tipos diferentes de sistemas hidráulicos: Um que descarrega as águas directamente para a rua<sup>148</sup> e outro em que as gárgulas estão colocadas em cima

---

mandada construir por D. Afonso IV (1325-1357), para seu panteão familiar. Ao longo da Idade Moderna o edifício foi objecto de vários restauros e enriquecimentos arquitectónicos e artísticos, entre eles: A Sacristia de meados do século XVII, que sofreu duas campanhas de restauros durante a primeira metade do século XX, sendo o seu principal objectivo a "restituição" da atmosfera medieval a todo o conjunto monástico. O claustro gótico é composto por duplos arcos com capitéis esculpidos. No pátio do claustro, podemos ver os vestígios da actividade arqueológica desenvolvida ao longo dos anos, que pôs a descoberto entre outras coisas, uma cisterna. As coberturas em telhado de duas águas estão presentes na nave central, nos terraços das naves laterais, na capela de Bartolomeu Joanes e nas capelas do deambulatório. Existem também coberturas de duas e quatro águas no claustro, no camarim do Patriarca e no edifício da sacristia. Na capela-mor deparamo-nos com coberturas de sete águas. - A partir das páginas de Internet da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e do IPPAR.

<sup>147</sup> Ver em Anexos foto n.º 95

<sup>148</sup> Ver em Anexos foto n.º 96

dos contrafortes. O que leva a que as águas escorreguem primeiro pelos contrafortes e depois caem na rua<sup>149</sup>.

III.Solução C (No interior do Claustro) – Dentro do claustro encontramos poucas gárgulas (nenhuma referente à época da fundação) e algumas goteiras contemporâneas<sup>150</sup>, no entanto todas têm a função de conduzir as águas do terraço para o interior do claustro<sup>151</sup>. Visto actualmente o claustro encontrar-se completamente escavado, devido aos trabalhos arqueológicos, não nos foi possível detectar a existência de uma cisterna. Gostaríamos no entanto de relembrar que este é sem dúvida um dos monumentos que necessita de ser mais estudado.

IV.Solução D – Existe também um conjunto de arcobotantes, na parte superior, que são compostos por caleiras ou canais para assim facilitar a descarga das águas de um terraço para o outro. No entanto, este sistema actualmente não faz qualquer sentido, pois a parte superior do arcobotante não vai dar ao telhado, nem a qualquer parte do monumento, que auxilie o sistema descrito<sup>152</sup>.

É de notar que quando realizamos a visita à Sé de Lisboa não visitámos os terraços, visto tal, não ser possível.

---

<sup>149</sup> Ver em Anexos foto n.º 97

<sup>150</sup> Ver em Anexos foto n.º 98

<sup>151</sup> Ver em Anexos fotos n.º 99 e 100

<sup>152</sup> Ver em Anexos foto n.º 101



D. Sé de Évora<sup>153</sup> – Na Sé<sup>154</sup> encontramos alguma paridade com o sistema presente no Mosteiro de Santa Maria da Vitória e outras diferenças muito significativas, que passamos a enumerar:

- I. No exterior encontramos duas gárgulas na fachada principal<sup>155</sup>, uma no torreão<sup>156</sup> e muitas outras que rodeiam exteriormente o claustro<sup>157</sup>, que serviam para fazer a descarga das águas pluviais do varandim e dos torreões, tal como encontramos em todos os outros monumentos.
- II. O claustro é composto por terraços de duas águas, sendo todo ele circundado exterior e interiormente por gárgulas<sup>158</sup>, sendo interessante verificar que o percurso das mesmas é, em parte, semelhante ao que encontramos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, isto é: as águas correm um trajecto desde os terraços,

---

<sup>153</sup> Ver em anexos, Planta n.º 13

<sup>154</sup> Ao primitivo templo, construído entre 1186 e os primeiros anos do século XIII, sucedeu-se o grandioso monumento que hoje existe, resultado essencialmente de duas notáveis campanhas da Baixa Idade Média. Sob o dinâmico impulso do Bispo D. Durando Pais, aquela modesta igreja, sagrada por D. Soeiro em 1204, foi demolida para dar lugar a uma ambiciosa Catedral. O portal principal foi construído na década de 30 do século XIV. Tanto o portal principal como o programa iconográfico do claustro e a Capela do Fundador devem-se à autoria do Mestre Pêro. É durante a época moderna que se sucedem as campanhas decorativas, entre elas, citaremos a realizada à Capela de Nossa Senhora da Piedade, construída em 1530. O coro alto deve a sua construção à extensa campanha de obras levada a cabo pelo Bispo D. Afonso de Portugal na primeira metade do século XVI. A actual capela-mor é o resultado de uma renovação integral ocorrida no reinado de D. João V (1706-1750), o qual entregou o seu projecto a João Frederico Ludovice. Na primeira metade do século XX foram efectuadas algumas obras de restauro, tais como: A demolição das vestiarias do cabido pertencentes ao século XVIII e o apeamento de alguns retábulos barrocos que desvirtuavam o ambiente medieval das naves laterais. Na sequência do protocolo assinado entre o IPPAR e a Arquidiocese de Évora foi realizado um programa de reabilitação e valorização. Este é composto por duas fases: Numa primeira fase será feito um levantamento arquitectónico actualizado e estudos de pesquisa em História da Arte, arqueologia monumental e patologias da pedra. Numa segunda fase, prevê-se a revisão e recuperação global das coberturas, a limpeza de fachadas e o restauro de diverso património integrado, tal como, o claustro. - A partir das páginas de Internet da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e do IPPAR.

<sup>155</sup> Ver em Anexos fotos n.º 102 e 103

<sup>156</sup> Ver em Anexos foto n.º 104

<sup>157</sup> Ver em Anexos fotos n.º 105, 106, 107 e 108

<sup>158</sup> Ver em Anexos fotos n.º 109, 110 e 111

passando pelas gárgulas, até chegarem ao exterior, onde a sua queda é amparada pelos contrafortes<sup>159</sup>. Neste local encontrámos gárgulas que já foram restauradas<sup>160</sup> e outras que, na nossa opinião, necessitam de restauro<sup>161</sup>. É importante notar que foram encontradas algumas soluções para que o sistema hidráulico resultasse na perfeição aquando o desaparecimento de algumas gárgulas<sup>162</sup>. Foi durante o segundo quartel do século XIV que se construiu o claustro, época em que foram efectuadas quatro gárgulas, nos quatro cantos do mesmo<sup>163</sup>. Estas gárgulas permitem o desaguar das águas para os contrafortes, os quais têm a particularidade de, no topo, serem repartidos, como se tivessem um rasgo ao meio, em forma de “V”, isto para que a queda da água seja facilitada.

III. Existe ainda outra solução hidráulica na Sé de Évora, que consiste em: A água passa do primeiro terraço (que corresponde ao terraço da Igreja), através das gárgulas, para um segundo (que corresponde ao do claustro) e segue depois o caminho descrito no ponto anterior<sup>164</sup>. Nesta solução encontrámos um pormenor muito relevante para o nosso estudo: As gárgulas do primeiro nível (igreja) são todas iguais (em forma de tubo) e estão sem excepção, perfeitamente restauradas<sup>165</sup>. Durante este

---

<sup>159</sup> Ver em Anexos fotos n.º 112, 113, 114, 115, 116, 117 e 118

<sup>160</sup> Ver em Anexos foto n.º 119

<sup>161</sup> Ver em Anexos fotos n.º 120 e 121

<sup>162</sup> Ver em Anexos foto n.º 122

<sup>163</sup> Ver em Anexos fotos n.º 123 e 124

<sup>164</sup> Ver em Anexos fotos n.º 125, 126 e 127

<sup>165</sup> Ver em Anexos fotos n.º 128, 129, 130, 131 e 132

restauro, que se realizou nos anos 40 do século passado, foi utilizado o barro do Redondo em substituição da pedra<sup>166</sup>.

IV. Os contrafortes que encontramos no exterior da Sé de Évora, que dão para a *Porta do Sol*, têm o pormenor de serem escalonados com três campos (ver se é assim que se escreve), o que ajuda à distribuição e ao escoamento<sup>167</sup> das águas pluviais<sup>168</sup>.

V. É importante falarmos dos terraços da Sé de Évora, que são sem dúvida muito diferentes dos que encontramos no Convento de Cristo, em Tomar, e dos que encontramos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Estes terraços são inclinados para os dois lados (exterior e interior), telhados de duas águas,<sup>169</sup> e fazem uma espécie de meia-lua<sup>170</sup> nos locais onde se encontram os orifícios, que vão ao encontro das gárgulas<sup>171</sup>. Devido a esta técnica não existem canais nos terraços, pois não seria necessário.

Para terminar gostaríamos de referir que, tal como no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, existe também uma cisterna no centro do claustro<sup>172</sup>.

E. Mosteiro de Alcobaça<sup>173</sup> – Na continuação do nosso trabalho de investigação, de comparação dos sistemas hidráulicos nos monumentos medievais portugueses, estivemos também no Mosteiro

---

<sup>166</sup> Esta informação foi-nos concedida por um funcionário da Sé de Évora.

<sup>167</sup> Ver em Anexos foto n.º 133

<sup>168</sup> Foi também neste espaço que encontramos algumas gárgulas que necessitam de limpeza, devido ao facto de algumas folhas de árvores e lixos se terem alojado nas suas bocas, fazendo com que as águas não consigam passar - Ver em Anexos foto n.º 134

<sup>169</sup> Ver em Anexos fotos n.º 135, 136 e 137

<sup>170</sup> Ver em Anexos fotos n.º 138 e 139

<sup>171</sup> Ver em Anexos fotos n.º 140, 141, 142 e 143

<sup>172</sup> Ver em Anexos fotos n.º 144 e 145

<sup>173</sup> Ver em anexos, Planta n.º 14

de Alcobaça<sup>174</sup>, onde encontrámos um sistema bastante simplificado, em parte, devido às campanhas de restauro ao longo dos anos<sup>175</sup>.

Deste modo, o sistema hidráulico deste Mosteiro é composto por:

- I. Na fachada Principal existem quatro gárgulas, que têm a função de descarregar as águas pluviais do varandim para o exterior do monumento<sup>176</sup>.
- II. No interior do claustro de D. Dinis encontrámos um sistema completamente diferente daqueles que existem nos outros monumentos que falamos anteriormente. Este claustro tem o pormenor de o seu andar superior ser coberto<sup>177</sup>, assim, as águas pluviais são enviadas de um primeiro nível de goteiras (que se encontram acima do telhado e com o pormenor de todas serem iguais e sem qualquer tipo de decoração<sup>178</sup>), para os telhados do segundo piso do claustro<sup>179</sup>. As águas são direccionadas para as

---

<sup>174</sup> Ver em Anexos fotos n.º 146, 147, 148 e 149

<sup>175</sup> Fundado em 1153, por doação de D. Afonso Henriques (1139-1185) a Bernardo de Claraval, no entanto a actual abadia só começou a ser construída no ano de 1178. Em 1308, D. Dinis (1279-1325) manda construir o Claustro do Silêncio, acrescentado com um piso já no reinado de D. Manuel (1495-1521), o qual mandou também construir a chamada Sacristia Manuelina, obras encomendadas ao arquitecto João de Castilho. A partir do reinado do Cardeal D. Henrique (1578-1580) começam as grandes alterações espaciais ao mosteiro, ou seja, a construção do Palácio Abacial e do Claustro do Cardeal. No decorrer do século XVII: Constrói-se a Hospedaria, a primitiva Sala dos Reis, o Noviciado e o Claustro de D. Afonso VI que é também composto por dois andares. Nos finais do século é também levada a cabo a construção do Relicário e do Altar da Morte de S. Bernardo. No século seguinte é realizada a grandiosa cozinha. É importante lembrar que a fachada actual pertence ao século XVIII, do gótico primitivo apenas restam o portal de arcos ogivais e o arco da rosácea. O exterior do edifício exprime a austeridade cisterciense, neste caso orientada para objectivos mais pragmáticos. As paredes são compostas por contrafortes, exceptuando a cabeceira, na qual surgem, pela primeira vez na arquitectura portuguesa, os arcobotantes. As coberturas são compostas por telhados de duas águas sobre a Igreja e o Claustro de D. Dinis e por quatro águas no dormitório, terraço sobre o Lavabo e domo sobre as torres sineiras. - A partir das páginas de Internet da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e do IPPAR.

<sup>176</sup> Ver em Anexos fotos n.º 150, 151, 152 e 153

<sup>177</sup> Ver em Anexos foto n.º 154

<sup>178</sup> Ver em Anexos foto n.º 155

<sup>179</sup> Ver em Anexos fotos n.º 156, 157, 158 e 159

gárgulas que compõem todo o telhado, através de uma caleira<sup>180</sup> que o percorre, onde finalmente são amparadas pelos contrafortes<sup>181</sup>.

III.A torre do relógio e a varanda em frente a esta são também circundadas por gárgulas que evacuam as águas para fora do local, enviadas a partir do telhado<sup>182</sup>. No chão da torre do relógio não encontramos nenhum canal, mas cavidades à entrada das gárgulas para que as águas circulem melhor<sup>183</sup>.

IV.Para completar o sistema hidráulico é importante dizermos que no lado norte do claustro as águas são enviadas directamente dos telhados para as gárgulas e finalmente para o exterior<sup>184</sup>.

V.Deparámo-nos ainda com uma particularidade muito interessante: Ao longo do segundo piso do claustro foram tapadas todas as entradas para as goteiras (em zinco) que existem, devido a este ser coberto<sup>185</sup>, bem como o facto de ter existido uma ampliação do contraforte até ao telhado do segundo piso do claustro<sup>186</sup>.

VI.Em algumas gárgulas encontrámos também a colocação de tubos em zinco, na boca das mesmas, com o objectivo de direccionar as águas<sup>187</sup>.

---

<sup>180</sup> Ver em Anexos fotos n.º 160, 161, 162 e 163

<sup>181</sup> Ver em Anexos foto n.º 164

<sup>182</sup> Ver em Anexos fotos n.º 165, 166, 167 e 168

<sup>183</sup> Ver em Anexos fotos n.º 169, 170, 171 e 172

<sup>184</sup> Ver em Anexos fotos n.º 173 e 174

<sup>185</sup> Ver em Anexos foto n.º 175

<sup>186</sup> Ver em Anexos fotos n.º 176 e 177

<sup>187</sup> Ver em Anexos fotos n.º 178 e 179

É importante dizermos que, tal como na Sé de Évora e no Mosteiro da Batalha, também no Mosteiro de Alcobaça encontramos uma cisterna no centro do claustro<sup>188</sup>.

Gostaríamos ainda de evidenciar que encontramos no interior do claustro o resto de uma gárgula original, que terá sido substituída<sup>189</sup>.

F. Sé Velha de Coimbra<sup>190</sup> – Mesmo que este edifício seja de uma época anterior à do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, decidimos analisar sucintamente o sistema hidráulico e as gárgulas deste monumento. Isto porque anteriormente referimos que no livro *História da Arte em Portugal – O Gótico*, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>191</sup>, é concluído que, a Sé de Coimbra possui o protótipo dos nossos claustros góticos, entre eles o do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

---

<sup>188</sup> Ver em Anexos foto n.º 180

<sup>189</sup> Ver em Anexos foto n.º 181

<sup>190</sup> A campanha de obras da Sé Velha de Coimbra é uma campanha bastante homogénea, pois teve início na década de 60 do século XII, durante o episcopado de D. Miguel Salomão e prolongou-se até à primeira metade do século XIII, altura em que ficou concluído o portal principal. Em 1218, a mando de D. Afonso II (1185-1223), procedeu-se à construção do claustro, o primeiro gótico a ser construído em solo português. Nos séculos seguintes, a Sé Velha de Coimbra passou por várias remodelações, entre elas a construção da *Porta Especiosa* durante os anos 30 do século XVI. No que diz respeito ao interior, o templo mantém a sua feição original, apesar do enriquecimento decorativo durante algumas campanhas. Entre elas podemos sublinhar a realizada no final do século XV e inícios do século seguinte, quando o Bispo *D. Jorge de Almeida* mandou recobrir com azulejos hispano-árabes sevilhanos os pilares das naves e paredes laterais. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, o monumento foi objecto de uma campanha de restauro que tinha como objectivo devolver-lhe a pureza medieval original. Actualmente, está em curso um programa de reabilitação e valorização do monumento, tendo como fins: o restauro da *Porta Especiosa* (já restaurada pelo IPPAR), uma intervenção no claustro e quadra central e diversas obras nas coberturas, paredes exteriores e mobiliário artístico. - A partir das páginas de Internet da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais e do IPPAR.

<sup>191</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 28

Assim, o sistema hidráulico deste Monumento é composto por:

- I. No portal secundário encontrámos quatro gárgulas, duas que descarregavam as águas do varandim<sup>192</sup> (que se encontram em condições muito danificadas) e outras duas que se encontram no topo da Sé, do lado direito do portal<sup>193</sup>.
- II. A cabeceira da Sé (traseira) é composta por duas gárgulas<sup>194</sup>, enquanto que a torre tem um conjunto de oito<sup>195</sup>.
- III. No claustro, ao contrário de todos os monumentos que referimos anteriormente, não existem gárgulas. Todavia a função de descarregar as águas pluviais é desempenhada por orifícios, que se encontram espalhados pelo claustro<sup>196</sup>.

É de notar que todas as gárgulas existentes na Sé Velha de Coimbra não têm actualmente a função hidráulica, e que, tal como em todos os outros edifícios, encontrámos também um poço no centro do claustro<sup>197</sup>.

Podemos concluir, neste capítulo, que em termos gerais existem algumas paridades entre os vários sistemas hidráulicos medievais portugueses, pois em todos encontrámos: Terraços inclinados a uma ou duas águas, gárgulas que na sua maioria tem a função de descarregar as águas, contrafortes que ajudam a amparar a queda, e cisternas para a recolha das mesmas. No

---

<sup>192</sup> Ver em Anexos fotos n.º 182 e 183

<sup>193</sup> Ver em Anexos foto n.º 184

<sup>194</sup> Ver em Anexos fotos n.º 185 e 186

<sup>195</sup> Ver em Anexos fotos n.º 187, 188 e 199

<sup>196</sup> Ver em Anexos fotos n.º 190 e 191

<sup>197</sup> Ver em Anexos foto n.º 192

entanto, existem também diferenças entre estes sistemas: Na Sé de Lisboa deparamo-nos com um sistema bastante confuso, derivado em grande parte aos constantes restauros que este monumento sofreu, assim tanto no claustro como em todo o edifício é notório uma grande confusão relativamente à descarga das águas pluviais. No que diz respeito à Sé de Évora encontrámos um pormenor que suscitou grande interesse: O facto de os terraços serem compostos por cavidades em vez de caleiras, no entanto, no geral, todo o sistema hidráulico do monumento é similar ao que vamos encontrar no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Finalmente. No Mosteiro de Alcobaça defrontámo-nos também com a particularidade de o claustro de D. Dinis ser coberto, o que veio alterar completamente todo o sistema, sendo que parte deste é também utilizado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória e em outros monumentos.



## 2. As soluções Hidráulicas encontradas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Este ponto é primordial no nosso trabalho, pois só assim podemos comprovar a erudição do sistema hidráulico presente no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, por isso mesmo decidimos então realizar a investigação a partir do trabalho de campo que realizamos ao edifício.

Podemos então a partir deste ponto afirmar conscientemente que no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, encontrámos soluções e adaptações, não vistas em qualquer outro monumento, entre elas: a utilização dos arcobotantes como parte integrante do sistema hidráulico, toda a organização dos terraços, caleiras, gárgulas e contrafortes, que foram sendo adaptados consoante as campanhas de obras e restauro pelos quais o monumento passou e finalmente o recurso sistemático aos contrafortes para que estes pudessem amparar a queda das águas.

A partir deste estudo poderemos então justificar as várias influências que o Mosteiro de Santa Maria da Vitória sofreu de outros monumentos e as que ele próprio veio a criar.

Durante o trabalho de campo encontrámos várias soluções de descarga das águas pluviais. Relativamente ao sistema hidráulico no Mosteiro de Santa Maria da Vitória podemos dividi-las da seguinte forma:

1. Solução A (referente às gárgulas que estão viradas para o interior do Claustro de D. João I/ referente às gárgulas que fazem a ligação

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

exterior entre a igreja e o Capela de D. Duarte) – Claustro de D. João I - Quando chove as águas que ficam nos telhados são enviadas para os terraços inclinados<sup>198</sup>, para que assim sejam empurradas para as caleiras que circundam todo o espaço, levando-as ao encontro de um primeiro nível de gárgulas. Estas, a partir das suas bocas, vão depositar as águas numa taça, que está interligada com os arcobotantes, sendo estes compostos por caleiras, para que as águas sejam enviadas para um segundo nível de gárgulas, que têm a função de descarregar as águas para fora do edifício<sup>199</sup>. É de referenciar que as taças têm uma função dupla bastante importante para o sistema hidráulico do Mosteiro, isto porque servem de concentradores de água e de libertadores da mesma, direccionando-a na perfeição para as caleiras. Sem dúvida que esta trata-se na nossa opinião de uma solução bastante inteligente e erudita na nossa arquitectura.

Igreja e a Capela de D. Duarte - Quando chove as águas percorrer um trajecto idêntico ao já descrito no Claustro de D. João I. No entanto, desta vez, as águas são recolhidas por carrancas, que vão mais uma vez libertar as águas para os arcobotantes, compostos por uma caleira que direcciona as águas para um segundo telhado, seguindo de novo o caminho descrito na solução A<sup>200</sup>. Ao contrário do exemplo anterior, a utilização das carrancas não se trata de uma solução prática e eficaz, visto as carrancas não depositarem as águas pluviais directamente nas

---

<sup>198</sup> Ver em Anexos foto n.º 193

<sup>199</sup> Ver em Anexos fotos n.º 194 a 207

<sup>200</sup> Ver em Anexos fotos n.º 208 a 211

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

caleiras dos arcobotantes, mas sim directamente para fora do edifício, sem seguir uma lógica aparente. Na nossa opinião esta terá sido uma obra posterior à anterior, em que se deu mais atenção e valor á decoração do que à funcionalidade dos objectos artísticos.

II.Solução B (As gárgulas que se encontram viradas para o exterior do edifício) – As águas são conduzidas para os terraços e daí para as caleiras, que fazem a distribuição das mesmas para as várias gárgulas existentes<sup>201</sup>.

III.Solução C (As gárgulas que se encontram no claustro de D. Afonso V<sup>202</sup>) – Tanto o lado que se encontra encostado ao claustro de D. João I, como aliás todo o claustro, recebem as águas a partir dos telhados, que nos seus quatro cantos são rasgados por canais que têm a função de levar as águas para as gárgulas e conseqüentemente para fora do edifício<sup>203</sup>.

As Capelas de D. Duarte têm o pormenor no chão existir caleiras que o percorrem, com a função de direccionar as águas para fora do espaço, seguindo assim para o subsolo através dos canais subterrâneos<sup>204</sup>.

É importante notar que existem no Mosteiro de Santa Maria da Vitória algumas gárgulas que têm unicamente a função decorativa, tratando-se no entanto de um número bastante reduzido<sup>205</sup>, o que nos leva a concluir que

---

<sup>201</sup> Ver em Anexos fotos n.º 212 a 213

<sup>202</sup> Ver em anexos, Planta n.º 15

<sup>203</sup> Ver em Anexos fotos n.º 214 a 220

<sup>204</sup> Ver em Anexos fotos n.º 221 a 223

<sup>205</sup> Ver em Anexos fotos n.º 224 a 226

não são originais, isto porque, por um lado, tal como podemos averiguar todas as gárgulas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, são gárgulas funcionais, e por outro, estas gárgulas encontram-se em locais onde nunca iriam ter a função de descarga de águas pluviais e onde se denota que foram posteriormente colocadas, como é o exemplo de uma que está colocada no início do corrimão de umas escadas.

Todos os terraços são inclinados e compostos por caleiras<sup>206</sup> que têm a função de direccionar as águas para as várias gárgulas. Existem algumas gárgulas e caleiras que devido, às chuvas e à temperatura, acabem por ficar entupidas, no entanto estas periodicamente vão sendo limpas pelos funcionários do monumento<sup>207</sup>.

É de notar que as gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória vão sendo limpas<sup>208</sup> pelos funcionários consoante a necessidade que vão apresentando, tal será salientado no capítulo referente ao restauro, pois só assim puderam efectuar a sua função da melhor maneira.

Para terminar gostaríamos ainda de evidenciar o desgaste<sup>209</sup> que a pedra vai tendo, devido ao constante contacto que sofre com as águas das chuvas, tanto nas gárgulas como nos canais. O que faz com que se trate de um local

---

<sup>206</sup> Ver em Anexos fotos n.º 227 a 246

<sup>207</sup> Ver em Anexos foto n.º 247

<sup>208</sup> Ver em Anexos foto n.º 248

<sup>209</sup> Ver em Anexos fotos n.º 249 e 250

propício para a criação de musgos, provocado pela humidade existente na pedra<sup>210</sup>.

Tal como evidenciámos no ponto anterior deste capítulo muitas são as paridades e diferenças entre os sistemas hidráulicos medievais portugueses. Assim sendo encontrámos várias influências no que diz respeito ao sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória, isto porque em todos os monumentos estudados por nós deparámo-nos com o recurso a telhados ou terraços inclinados a uma ou duas águas, que fazem a ligação às gárgulas e depois para o exterior, sendo que, visível a ligação a outro telhado ou terraço. Outra das paridades consiste no facto de se utilizar o contraforte como amparo das águas pluviais, na Sé de Évora, Lisboa, Convento de Carmo e Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

No entanto, gostaríamos também de testemunhar a maior diferença entre estes sistemas: No Mosteiro de Santa Maria da Vitória, encontrámos uma solução hidráulica que não foi encontrada em nenhum dos monumentos referenciados, isto é, os arcobotantes têm também uma função hidráulica, visto serem compostos por caleiras, para que a água deslize até às gárgulas, as quais são em maior número que nos outros monumentos. A solução A, é outra das soluções só encontrada no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, pois o recurso aos recipientes para que estes enviem as águas directamente para os arcobotantes e de seguida para um segundo terraço, não foi utilizado em nenhum monumento referenciado por nós.

---

<sup>210</sup> Ver em Anexos foto n.º 251

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

Conclusivamente podemos então afirmar que estamos perante um sistema hidráulico bastante evoluído, completo e erudito.

## Capítulo IV

Intervenções de restauro nos séculos XIX e XX: coberturas e o sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória.

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória revelou-se um conjunto arquitectónico de grande importância no ambiente internacional vivido nos finais do século XVIII, o que levou a que dele tivessem sido feitos vários estudos por autores ingleses, cujas obras vieram a constituir um contributo importante na concepção formal do *Gothic -Revival*<sup>211</sup>.

Neste quadro sobressaem, sem qualquer dúvida, as obras realizadas por Thomas Pitt<sup>212</sup> e James Murphy<sup>213</sup>. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória atraía as atenções dos ingleses, que viam no trabalho arquitectónico realizado no edifício a possibilidade de atribuir a sua construção a um arquitecto inglês, devido em parte às ligações entre as duas nações, de que já falámos anteriormente.

No ano de 1760, Thomas Pitt chega a Portugal em cumprimento de uma viagem que se encontrava a realizar pela Península Ibérica. O relato desta viagem chega até nós na forma de diário, adornado com as impressões referentes aos locais por onde passou<sup>214</sup>, em especial os exemplares de produção medieval. O seu objectivo consistia em responder à pergunta: Qual

---

<sup>211</sup> NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 18

<sup>212</sup> Thomas Pitt, Jovem inglês, formado em M.A. per *litteras regias*, pelo *Clare Colege de Cambridge*.

<sup>213</sup> James Murphy, Arquitecto de profissão, embarcou em finais de Dezembro de 1788, no porto da cidade de Dublin, com destino a Portugal.

<sup>214</sup> NETO, Maria João Baptista, *Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 15-16

a origem do gótico? Questão que estava a ser bastante debatida na sociedade britânica da época.

Na data em que Thomas Pitt passa por Portugal, encontrava-se bem presente e visível a destruição dos monumentos, devido ao terramoto ocorrido no ano de 1755 e ao fogo que o seguiu. A visita deste inglês ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória terá, provavelmente, sido sugerida por D. Luís da Cunha e Sebastião José de Carvalho e Melo. Isto porque, por um lado, conheciam o interesse do jovem pelo estilo gótico e por outro, este monumento representava para o futuro Marquês de Pombal o símbolo do apoio militar inglês a Portugal em momentos de crise, bem como a união das duas coroas, bem presente com o casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre<sup>215</sup>.

Thomas Pitt mostra um evidente entusiasmo quando se refere ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória. A sua descrição do monumento e o agrado que transporta para o leitor terão sido, sem dúvida, o motivo pelo qual o edifício passa a ter um papel de elevada importância para a sociedade britânica.

Através das palavras de Pitt podemos perceber que o mosteiro era considerado um monumento gótico, que apesar de estar aos cuidados da ordem dominicana (que era como sabemos uma ordem pobre), era bastante elaborado e requintado. Para Pitt as capelas imperfeitas não foram terminadas porque, como era uma obra tão bela, ninguém se atreveu a terminá-la, no entanto se tal acontecesse, seria a mais bela construção gótica da Europa. Podemos também concluir que, na sua opinião, a igreja de

---

<sup>215</sup> NETO, Maria João Baptista, *Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, Lisboa, IPPAR, 2006, p. 24



Santa Maria da Vitória terá sido construída a partir do modelo do Mosteiro de Alcobaça, mas com alguns melhoramentos, proporcionando-lhe uma beleza e elegância singulares. Pitt chega mesmo a afirmar que o rendilhado das janelas é mais elegante que o da fachada principal da Catedral de York. Apesar disso, era bem evidente quanto o mosteiro se encontrava destruído pelo Terramoto de 1755.

Na sequência deste relato foram realizadas, posteriormente, algumas visitas ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória com grande importância para a história do mesmo, entre elas: a de William Burtom Conyngham (1733-1796), que vem à Península Ibérica, no ano de 1783, com o objectivo de visitar a Vila da Batalha e o mosteiro, elaborando alguns esboços do edifício; outro dos visitantes e apaixonados pelo mosteiro é o jovem arquitecto James Murphy, o qual realiza um exaustivo levantamento arquitectónico do edifício, que terá uma elevada importância para a história do mosteiro<sup>216</sup>.

No ano de 1789, William Burtom Conyngham<sup>217</sup> envia para Portugal James Murphy, para que este jovem arquitecto realizasse o levantamento arquitectónico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e, assim, pudesse provar e atribuir a sua construção a um arquitecto inglês. Para realizar este trabalho James Murphy permaneceu treze semanas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória<sup>218</sup>.

---

<sup>216</sup> Ver em anexos, Plantas n.º 16 e 17

<sup>217</sup> William Burtom Conyngham, Político e antiquário britânico

<sup>218</sup> Acerca deste assunto ver: NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial estampa, 1997; *Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, Lisboa, IPPAR, 2006.

É importante notar, que na sequência do que foi afirmado anteriormente por Maria João Baptista Neto<sup>219</sup>, o trabalho de James Murphy nem sempre foi fiel àquilo que viu, completando o monumento com pormenores decorativos, que não existiam ou estavam muito danificados devido, em grande parte, ao terramoto e ao fogo que atacaram o edifício.

Este trabalho de complementarização dos pormenores decorativos terá sido feito a partir de obras conhecidas pelo arquitecto, entre elas a de James Essex e Bentham. Todo este trajecto foi, sem qualquer dúvida, bastante importante para o restauro que vai ser efectuado no mosteiro durante o século XIX. O trabalho de Murphy foi publicado em Londres em 1795 com o título: *Plans elevations sections and views of the Church of Batalha, in the province of Estremadura in - Portugal with remarks to which is prefixed an Introductory Discourse on the principles of Gothic Architecture.*

Três acontecimentos contribuíram para uma maior preocupação em restaurar os monumentos nacionais: o terramoto de 1755, as invasões francesas (1807-1811) e a extinção das ordens religiosas em 1834. Assim, o estado de desagregação dos monumentos fez com que os homens da cultura da época protestassem contra a situação vivida, entre eles Alexandre Herculano e Almeida Garrett: “*Um monumento recomendável como objecto de arte é um capital produtivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal durante um século. Certo que não é para correrem nas nossas cómodas diligências por nossas belas estradas ou navegarem nos nossos rápidos vapores por nossos espaçosos canais; certo que não é para*

---

<sup>219</sup> NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial estampa, 1997.

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

*aprenderem a agricultar com os nossos agricultores; nem a fabricarem com os nossos fabricantes; mas para admirarem o Mosteiro da Batalha, o templo romano de Évora, o Castelo da Freira, a Colegiada de Guimarães, o Convento de Belém, e enfim, tantas obras-primas de arquitectura, que encerra este cantinho do mundo. E dissei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação sem despende muito ouro? Ignorais que esse ouro se derrama por mãos de portugueses? – E falais vós de Economia Política; e aniquilais o capital dos monumentos?”*<sup>220</sup>

Estas palavras chocaram e sensibilizaram de tal forma D. Fernando II<sup>221</sup> (1816-1885) que, em Novembro de 1836, o rei decidiu realizar a sua primeira viagem pelo Norte do país e visitar o Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Devido ao mau estado do monumento e à ruína de algumas partes, D. Fernando II efectuou diligências junto do governo, para que este estabelecesse um subsídio para iniciar as obras de restauro do monumento, o que vai acabar por acontecer sob a dependência da Inspecção-Geral das Obras Públicas.

---

<sup>220</sup> HERCULANO, Alexandre – *Monumentos Pátrios 1938-1939*. in Opúsculos I, op. Cit., pp. 199-200

<sup>221</sup> D. Fernando II, Príncipe de Saxe-Coburgo-Ghota casou em Abril de 1836 com D. Maria II. Foi proclamado rei-consorte, com o título de Fernando II, aquando do nascimento do seu filho, o futuro D. Pedro V. Tratava-se de um homem dotado de uma sensibilidade artística apurada, foi educado com a intenção de valorizar a instituição monárquica, através de acções filantrópicas e culturais, onde a igreja encontrava-se a perder terreno. Entre os anos de 1836 e 1853 tomou parte activa na consolidação do regime constitucional, assumindo em diversos períodos o comando do Exército. Dedicou-se depois às artes, como protector, coleccionador e praticante. Deve-se a ele o facto de ter salvo do vandalismo e da ruína os Mosteiros de Santa Maria da Vitória e de Santa Maria de Belém e os Conventos de Mafra e Tomar. É a D. Fernando II que se deve também a edificação do Palácio da Pena e a recuperação do Castelo dos Mouros, na Vila de Sintra. Recusou as coroas de Espanha no ano de 1862 e da Grécia em 1869. Neste ano casou com a cantora lírica suíça Elisa Hensler, a Condessa de Edla.

Por conseguinte, no ano de 1840, Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque<sup>222</sup> inicia o restauro no edifício, tratando-se da primeira grande experiência nacional de restauro monumental<sup>223</sup>. Mouzinho de Albuquerque não vai poupar críticas aos frades pois, para o Inspector-Geral são estes os responsáveis pelo estado de degradação em que o monumento se encontrava. Mouzinho de Albuquerque irá ao encontro de uma resposta nacionalista de dois países (Inglaterra e Portugal), para tal realiza um programa em que estabelece, à partida, uma distinção entre a parte monumental e a conventual, sendo que para ambas é proposto um trabalho distinto. Deste modo, a parte monumental sofre as obras de restauro, enquanto que a conventual, considerada pelo Inspector-Geral uma parte sem qualquer valor artístico, para além de não ser reparada, pensa-se inclusivamente na sua demolição, com o objectivo final de sobrevalorizar e realçar a parte monumental. A leitura que Mouzinho de Albuquerque pretende defender é a da anulação dos traços de vivência religiosa dos monumentos e que estes passem a renascer apenas como um símbolo celebrativo e romântico de determinado acontecimento. Mouzinho de Albuquerque mostra a sua preferência pelo estilo gótico, chegando mesmo a distinguir a construção da igreja, da construção das capelas imperfeitas.

<sup>222</sup> Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, Coronel de Engenharia, provedor da casa da Moeda, governador civil da ilha da Madeira e inspector-geral das Obras Públicas. Nasceu em Lisboa a 16 de Junho de 1792, vindo a falecer no dia 27 de Dezembro de 1846. Trata-se de um político e distinto cientista, sendo uma das personalidades portuguesas de invulgar cultura, traduziu a *Andrómaca*, de Racine, fez colecções de Entomologia e de Mineralogia, colaborou com vários jornais, escreveu poesia, uma tragédia, compôs uma obra literária, *Geórgias* e publicou em 1824 um *Curso Elementar de Física e de Química*. Quis seguir a carreira na Marinha, mas acabou por ir para o Exército como cadete da brigada real. Fez parte da geração liberal acabando por ser um dos exilados políticos da época. Foi encarregue, como oficial de engenharia da Direcção Central das Obras Públicas, sendo demitido no ano de 1843.

<sup>223</sup> NETO, Maria João Baptista, James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 90

Tal como foi enunciado em *“James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX”* de Maria João Baptista Neto, Mouzinho de Albuquerque não hesita em condenar à demolição o claustro de D. João III, uma obra do século XVI, para assim garantir uma unidade estilística e também apagar do monumento os traços da vida claustral<sup>224</sup>. Para que tal construção se realize Mouzinho de Albuquerque vai recorrer ao levantamento arquitectónico anteriormente descrito por James Murphy. No entanto, como foi concluído pela citada autora, este arquitecto terá complementado o edifício com alguns pormenores decorativos inexistentes, tendo concluído que, parte do que foi feito aquando o restauro terá sido o reflexo do gosto inglês de James Murphy, com vista ao seu objectivo primordial que seria a classificação do monumento como construção de um arquitecto britânico.

É importante ter em conta que, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória detinha um lugar de primazia no seio da cultura nacional, porque, para além de mausoléu real, era o símbolo da independência e do génio artístico, ao mesmo tempo que conservava uma grande importância para a cultura inglesa, tal como verificámos anteriormente. Desta forma, Mouzinho de Albuquerque terá feito tudo para que o seu trabalho fosse reconhecido e, como o seu objectivo principal era a preservação máxima da concepção original do monumento, nunca pôs em causa a fidelidade e a possível interpretação pessoal por parte de James Murphy, pois a sua obra tinha sido tão bem aceite na Europa da época.

---

<sup>224</sup> NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 94-95

É interessante reparar que, James Murphy visitou o Mosteiro de Santa Maria da Vitória no ano de 1789, quando o edifício se encontrava em muito melhor estado de conservação do que depois da invasão de Massena, em 1810, (3ª Invasão Francesa) e do abandono quase completo em que jazeu desde a extinção das ordens religiosas, em 1834. A partir da obra de Mouzinho de Albuquerque podemos concluir que, antes do ano de 1834, a maior parte dos ornatos externos superiores do monumento sofreram o desgaste próprio do passar do tempo<sup>225</sup>.

Desta forma, concluímos que os restauros feitos às gárgulas deterioradas foram evidentes durante este período, não fosse, aliás, o objectivo primordial de Mouzinho de Albuquerque começar o restauro do mosteiro a partir dos telhados e frechas, para assim combater a pluviosidade existente no edifício. A sua preocupação principal era, ao restaurar o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, manter-se o mais fiel possível à traça original. Para isso Mouzinho de Albuquerque procurou e julgou encontrar as antigas pedreiras fornecedoras do calcário para a edificação do monumento. Todavia, sabe-se hoje que a pedra utilizada nos restauros do mosteiro, durante o século XIX, não é a mesma que foi utilizada aquando da sua fundação<sup>226</sup>. Isto porque as pedreiras tem qualidades distintas, isto é, a pedra que foi utilizada durante os restauros é de qualidade inferior àquela utilizada na fundação. Conclui-se assim que, a falta de qualidade dos materiais utilizados no

---

<sup>225</sup> ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1897, p. 16

<sup>226</sup> Sobre este assunto ver: SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001.

restauro explicam a sua actual degradação, o que se destaca relativamente às partes originais<sup>227</sup>.

É importante, para este estudo, referir que a principal preocupação de Mouzinho de Albuquerque foi defender o edifício da pluviosidade, tanto a nível exterior como interior. Por isso, primeiramente acudiu aos elementos que se encontravam permeáveis à chuva, tais como: telhados, janelas, juntas, etc. Cumpriu-se a remover, quanto antes, as causas principais da ruína do edifício, para isso vedou a entrada das águas do exterior, ocupando-se inicialmente do claustro real, onde se manifestavam as maiores infiltrações de águas pluviais.

A partir da “*Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*”<sup>228</sup> concluímos também que, neste período foram incluídas novas gárgulas no claustro real, pois foi substituída uma cornija que rematava o terraço sobre o jardim, que se encontrava quebrada e mordida em toda a sua extensão por um grande número de goteiras irregulares, por onde a água passava a descer encostada às faces do mesmo. Todas as águas pluviais, recebidas no tecto da nave principal da capela-mor e do cruzeiro, são conduzidas às gárgulas de diversas figuras, que lançam para fora do edifício as águas através de caleiras ou canos abertos.

Para além destas terem cedido devido à abundância das águas, também as pedras se desuniram, pois ao penetrar no corpo dos sobre-arcos a água alterou a construção e solidez dos mesmos, de tal modo que dois

---

<sup>227</sup> SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001

<sup>228</sup> ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1897, p. 20

desapareceram inteiramente. Quando Mouzinho foi exonerado do seu cargo, ocupava-se do restabelecimento destes membros essenciais da construção. Para levar a bom porto este trabalho, tinha já reunido cópias destas caleiras e gárgulas e ordenado a sua colocação. Julgando que conseguira encontrar o mesmo tipo de materiais usados na construção do mosteiro e acreditando na fidelidade do trabalho realizado por James Murphy, Mouzinho de Albuquerque acabou por descaracterizar e introduzir aspectos novos no monumento.

Na verdade, o próprio não se apercebeu desta transformação, como nos comprova o seguinte excerto: *“Em todos os trabalhos que eu empreendi, e em todos aquelles que tentava emprehender na restauração do monumento da Batalha, segui e contava seguir religiosamente os princípios que acabo de expor, e isto não só na forma, mas também na matéria... As partes que consegui restaurar teem exactamente a configuração geral, as mesmas dimensões e até os mesmos promenores de ornato que tinham...”*<sup>229</sup>.

Assim sendo, podemos concluir que o sistema hidráulico sofreu algumas reparações e possivelmente alterações, pois as águas que escorriam das encostas e vinham concentrar-se junto do edifício foram desviadas, não obedecendo à forma inicial como os architectos haviam desejado resolver o problema.

Depois do afastamento de Mouzinho de Albuquerque, a organização das obras seguiu o esquema já existente, com a direcção do major Joaquim Guilherme Rebelo Palhares, que ocupava o cargo de apontador desde o início

---

<sup>229</sup> ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*. Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1897, p. 22



das obras, vindo a falecer ao serviço. O papel do major Joaquim Guilherme Rebelo Palhares era o de gestor de obras, não devendo ter influenciado na condução dos trabalhos e limitando-se a fazer cumprir as ordens superiores. Após a sua morte, é nomeado o arquitecto Lucas dos Santos Pereira<sup>230</sup>, em Abril de 1852. Este Arquitecto esteve cerca de trinta anos à frente das obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, dando assim continuidade a algumas propostas de Mouzinho de Albuquerque, inscritas no seu livro, realizado entre os anos de 1842 e 1843: *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*. Entre as propostas de Mouzinho de Albuquerque estavam presentes as seguintes: Envidraçar as janelas das naves e do cruzeiro, bem como o restauro das janelas da capela-mor e das capelas adjacentes a partir das figuras existentes, para que a obra corresse na perfeição era *“absolutamente necessário a maior atenção em não perder uma só parte dos antigos quadros, e ser-me-há licito inculcar esta necessidade a quem quer que haja de cuidar da continuação d’aquela resultado”*<sup>231</sup>; o restauro de todas as pirâmides menores do tecto da igreja; a realização e colocação de toda a gradaria superior em pedra, que se encontrava *“quasi completamente desaparecida na parte mais alta do monumento”*<sup>232</sup>; seguidamente propõe o restauro da grande pirâmide de pedra lavrada e aberta, que servia de remate à torre particular contígua à sacristia e ao cruzeiro, como tal *“tinha já feito desenhar em grande escala a perspectiva e as secções necessárias para esta obra; e guiado por estes*

---

<sup>230</sup> Arquitecto Lucas dos Santos Pereira, formado na Casa do Risco do Real Palácio da Ajuda, foi professor da Academia de Belas-Artes de Lisboa, após a abertura desta no ano de 1836.

<sup>231</sup> ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1897, p. 26

<sup>232</sup> *Idem*, p. 27

“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”

desenhos, extrahidos dos trabalhos de Murphy que observou ainda a *pyramide inteira*<sup>233</sup>; finalmente tinha previsto restaurar o interior do edifício, seguindo o mesmo tipo de trabalho que realizou na capela do fundador, sempre com o objectivo de recuperar a sua forma primitiva e original.

Aquando da morte do Arquitecto Lucas dos Santos Pereira, em 1884, é nomeado José Augusto Fragoso, o qual desenvolveu trabalhos relacionados com o revivalismo gótico, criando novos elementos que, até então, não existiam nos monumentos.

#### **Campanhas de Restauros no Mosteiro de Santa Maria da Vitória:**

Campanhas	Direcção e Locais de Intervenção	Datas de Actuação
1º	Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque: . Demolição do Claustro de D. João III . Início do restauro a partir dos telhados, janelas e juntas . Procurou as antigas pedreiras fornecedoras na edificação do monumento . Foram incluídas novas gárgulas no claustro real . Substituiu a cornija que rematava o terraço sobre o jardim . Início dos restauros Superiores do edifício: gárgulas, arcobotantes, fachada principal e fachada sul.	1840-1843
2º	Joaquim Guilherme Rebelo Palhares: . Seguiu o projecto realizado e iniciado por Mouzinho de Albuquerque	1843-1852
3º	Arquitecto Lucas dos Santos Pereira: . Restauro à cabeceira da igreja . Multiplicação dos trabalhos de cantaria: peças de grilhagem, flores-de-lis, gárgulas e carapetos . Recuperação das instalações anexas ao claustro de D. Afonso V	1852-1884

<sup>233</sup> *Idem*

	<ul style="list-style-type: none"><li>. Recuperação da capela do fundador em 1859</li><li>. Recuperação do claustro real em 1860</li><li>. Restauros às platibandas, às pirâmides e às janelas da capela do fundador durante a década de 60</li><li>. Na década de 70 são realizadas obras nos muros e telhados do capítulo, no refeitório e na adega.</li></ul>	
4º	José Augusto Fragosos: <ul style="list-style-type: none"><li>. Desenvolveu trabalhos relacionados com o revivalismo gótico</li><li>. São realizadas algumas gárgulas para a Capela de D. Duarte</li><li>. Nas décadas de 80 e 90 são retocados alguns ornatos exteriores</li></ul>	1884-finais do século XIX

**Quadro N.º 2** - Campanhas de Restauros no Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Deparamos com um estaleiro, que orientou um volume de trabalho nunca antes visto em Portugal. Durante o período de 1840-1850, os restauros incidiram sobre a parte exterior da igreja, embora se realizassem obras noutras dependências do mosteiro, sobretudo na consolidação e restauro dos telhados, começando as obras de substituição dos vitrais e o restauro das janelas e coruchéus no ano de 1840. O coruchéu da cegonha é uma exceção, na medida em que foi restaurado apenas na década de 50. Em 1842, findos os trabalhos nos coruchéus, os restauradores voltaram-se para os remates superiores do edifício, entre eles o trabalho realizado nas gárgulas e nos arcobotantes, começando pela fachada principal e seguindo, depois, para a fachada Sul.

É na década de 50 que se assiste à demolição das instalações conventuais situadas a nascente, tal como referimos anteriormente. A destruição destas instalações quinhentistas conduziu a que os muros Norte e Este da sala do

capítulo se tornassem exteriores e sofressem obras durante os anos de 1855 e 1857<sup>234</sup>.

Nesta zona foi substituída alguma cantaria das paredes, assentando peças de cimalha e gárgulas, e foi reconstruída a torre sineira. É importante referir que, na década de 50, os trabalhos de cantaria ornada multiplicaram-se, tendo-se aparelhado, essencialmente, diversas peças de grilhagem, flores – de – lis, gárgulas e carapetos das pirâmides para a fachada Sul da igreja.

Assim, podemos concluir que estas gárgulas não são as originais, mas foram aí colocadas durante o século XIX, bem como o sistema hidráulico existente actualmente no local<sup>235</sup>.

A partir da década de 50, os restauradores centram a sua atenção não só na cabeceira da igreja, atentos à recuperação das instalações anexas ao claustro de D. Afonso V, mas também entre o exterior da capela do fundador (a partir de 1859) e o claustro real (a partir de 1860).

Na década de 60, são feitos os restauros às platibandas, pirâmides e janelas da capela do fundador. Ainda nesta altura são realizados trabalhos de cantaria, entre eles: Restauraram-se gárgulas para o terraço do claustro real, foi feita uma gárgula para o terraço da capela de Santa Bárbara e algumas mais para o remate final do fontanário do claustro real<sup>236</sup>.

No ano de 1870 e seguintes são realizadas as obras nos muros e telhados do capítulo, no refeitório e na adega. É de notar que, em 1872, na sequência do restauro exterior do refeitório, que incluiu o desmancho de um muro em

---

<sup>234</sup> Ver em anexos, Planta n.º 4

<sup>235</sup> Ver em anexos, Planta n.º 18

<sup>236</sup> Ver em anexos, Planta n.º 19

frente desta dependência, vão desaterrar o terreno contíguo ao adro do portal principal da igreja, obras que consomem mais de vinte anos<sup>237</sup>.

A partir desta altura parece ter existido um abrandamento nos trabalhos de cantaria, uma vez que grande parte destes já se encontravam concluídos. Podemos, no entanto, salientar a realização de alguns restauros de gárgulas para os terraços das naves da igreja e das capelas de Santa Bárbara e dos Mártires. Na década de 80 são também construídas algumas gárgulas para a Capela de D. Duarte. Finalmente, durante os anos de 1898 a 1900, serão retocados alguns ornatos exteriores que, entretanto, se tinham degradado e será feita também a consolidação de alguns terraços.

No livro “*A Batalha, Memória dirigida ao Sr. Conselheiro Emygdio Julio Navarro*”<sup>238</sup> é analisado o facto de, na oficina de canteiros do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, serem realizados trabalhos de peças, as quais, revelam uma imitação rigorosa e fiel, quando confrontadas com as originais. Esta situação não se pode estranhar na medida em que, as gárgulas são elementos funcionais e decorativos, que se deterioram com muita facilidade, daí a necessidade constante de serem substituídas.

A ilustrar esta necessidade extrema de refazer, restaurar, ou até mesmo copiar, veja-se o seguinte excerto: “*A autoridade, incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e a guarda da nossa architectura monumental, procede com esse enfermo, de quem se incumbiu de ser enfermeiro, por dois methodos differetes: umas vezes deixa-o morrer; outras vezes, para que elle mesmo não tome essa resolução lamentável,*

---

<sup>237</sup> Ver em anexos, Planta n.º 10

<sup>238</sup> ANÔNIMO, *A Batalha, Memória dirigida ao Sr. Conselheiro Emygdio Julio Navarro*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1887

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

*assassina-o. Na primeira hypothese a calamidade correlativa chama-se abandonar. Na segunda hypothese a calamidade correlativa chama-se restaurar, – gallicismo technico, recentemente introduzido no vocabulário nacional, mas ainda não definido vernaculamente na applicação pratica”<sup>239</sup>.*

---

<sup>239</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, António Maria, Livreiro-Editor, 1896, p. 17

1. A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O Sistema Hidráulico.

Os restauros realizados no início do século XX foram feitos aquando da criação da DGEMN que, numa primeira fase, deu continuidade aos projectos de restauro anteriores.

Durante os restauros realizados, nos séculos XIX e XX, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, assistiu-se à substituição de muitas peças que estavam bastante mutiladas, o que levou a uma leitura incorrecta da peça original. Assim, estas peças foram substituídas por outras, onde a imaginação do restaurador ia muito além do que permitia a pouca evidência conservada na peça.<sup>240</sup>

A partir do diagnóstico<sup>241</sup> efectuado pela Direcção Regional de Coimbra, podemos colocar por ordem cronológica os restauros ao sistema hidráulico e às gárgulas, já documentados e analisados por esta instituição, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que de seguida ordenamos:

Entre os anos de 1845 e 1865, devido à contínua penetração das águas pluviais, tentou-se travar a consequente degradação da construção através do assentamento de lajedo nos terraços e do refechamento das juntas, com cimento romano, na cobertura de lajedo e no grosso das paredes, para evitar que a água as penetrasse.

---

<sup>240</sup> *O regresso dos Canteiros*, S.l., Instituto Português do Património Cultural, 1990, p.10

<sup>241</sup> *Projecto de Conservação, Restauro e Valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha – Diagnóstico do Estado de Conservação*, Coimbra, IPPAR-DRC, 1999, p. 26-171

A partir dos anos 80 do século XIX, os trabalhos de conservação concentraram-se em cinco pontos fundamentais, entre eles os terraços<sup>242</sup>.

No ano de 1949 realizou-se o levantamento da cobertura na Sala do Capítulo e a substituição parcial da armação dos telhados.

Em 1951 efectuaram-se as obras de reparação nos telhados do Claustro de D. Afonso V e a reparação de vitrais. Assim como a limpeza das caleiras e o refechamento das juntas nas coberturas para evitar futuras infiltrações. Procedeu-se ainda ao levantamento de toda a cobertura do Claustro de D. Afonso V, à substituição do madeiramento em mau estado e à reconstrução da cobertura com telha românica em canais.

Em 1955 realizou-se a reconstrução dos telhados e o revestimento dos interiores e exteriores, bem como o levantamento do telhado e a reconstrução de toda a ripa, utilizando telha romana nos canais e telha de canudo nas coberturas, incluindo os beirados (alas dos Correios e das Escolas).

No decorrer do ano de 1957 foram feitas as obras de restauro nas dependências do Claustro de D. Afonso V, que consistiram nas diversas reparações da cobertura, no arranjo de algumas peças de cantaria e na limpeza dos algerozes.

No ano seguinte foram efectuadas as reparações nas coberturas da igreja e da adega, consertando-se algumas peças em especial, fornecendo e assentando outras. Note-se que as patologias observadas na adega diferenciam-se dos restantes espaços monásticos, pois tratava-se de um local onde era feito o armazenamento de alimentos. Como tal, as alterações

---

<sup>242</sup> Ver em anexos, Planta n.º 10



observadas nas paredes derivam, principalmente, da proximidade com a matéria orgânica aqui contida, sendo de especial importância o armazenamento de comida salgada e do azeite. Verificou-se a existência de fluorescências salinas nos paramentos até cerca de 2,5m de altura, associadas muito provavelmente à ascensão de águas por capilaridade.

No início do ano de 1959 foi feita a limpeza dos algerozes, gárgulas e diversos canais, na vertente Norte da cobertura da Igreja, concluindo-se as obras na Sala destinada à Tesouraria das Finanças. Previa-se ainda a reparação de algumas gárgulas e algerozes, assim como a limpeza dos telhados, a continuação do desentupimento de gárgulas e tubos de queda de água e o refechamento de fendas na zona das celas da Ala Poente do Claustro de D. Afonso V. No final do ano procedeu-se à limpeza do telhado neste Claustro, varrendo-se as folhas secas e as ervas e limpando-se os algerozes e os tubos de queda de água.

Em 1963 deu-se o prosseguimento dos trabalhos de conservação nas coberturas das dependências junto ao Claustro de D. Afonso V.

No ano de 1964 efectuou-se os trabalhos de conservação na cobertura da Igreja e nos lajedos dos terraços, com a união de juntas e a fixação de peças estaladas em pináculos, gárgulas e elementos diversos. Foram feitas diversas reparações nas coberturas e anexos do mesmo local: Arrancaram-se as ervas e limpam-se algumas gárgulas e algerozes, depois taparam-se fendas e consolidaram-se algumas peças estaladas ou partidas. No logradouro do Lado Nascente, junto da entrada para a Capela de D. Duarte, fez-se a limpeza das valas que recolhem as águas pluviais, sendo necessário

levantar o capeamento, limpar o colector e reconstituir a coberta. Foi feita ainda a reparação de tectos de madeira na zona habitada, que se encontravam apodrecidos pelas infiltrações das águas pluviais.

Em 1968 realizaram-se obras de conservação na cobertura da Igreja: Foi feita a reparação dos paramentos rebocados nas paredes das caleiras e do algeroz; nas lajes, molduradas na nave central e no transepto, voltou a fechar-se juntas, limpou-se as ervas e tapou-se os vazios onde se desagregava a argamassa antiga. Quanto ao Claustro D. Afonso V foi feito um arranjo da cobertura no ângulo Nordeste, tapando goteiras e substituindo as telhas partidas.

No ano seguinte realizaram-se obras diversas de conservação e restauro no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, entre elas o ajuste das peças de cantaria que se encontravam desconjuntadas, devido ao sismo de 28 de Fevereiro de 1969. De tal forma que, foi necessário fazer arranjos nos terraços das naves laterais, porque abriram-se algumas juntas, o que permitiu a infiltração, tornando a sua recuperação urgente. Executaram-se peças em cantaria para a cobertura e o assentamento, em substituição de outras que se partiram no braço Sul do transepto: Reparou-se ainda cerca de 1,50 m(2) no telhado da capela-mor, partido pela queda de pedras das pirâmides que constituem os gigantes, fornecendo as telhas. Apeou-se a parte que ficou de uma gárgula, na fachada, executando-se e assentando-se uma nova, aproveitando os bocados da gárgula inutilizada<sup>243</sup>.

---

<sup>243</sup> Ver em Anexos foto n.º 252

Em meados de 1969 foram realizadas as obras de conservação e valorização na ala Norte do Claustro D. Afonso V, que consistiram, entre outras, na construção de algerozes em zinco e a consequente ligação às gárgulas<sup>244</sup>.

No final do mesmo ano foram executadas e assentadas algumas peças de cantaria, para a cobertura do lado Sul do transepto, que se encontravam estaladas. Nas coberturas das Celas realizaram-se obras diversas de conservação. Enquanto que, na Sala do Capítulo, se continuaram os trabalhos já iniciados na zona das coberturas, efectuou-se a revisão dos três corpos do telhado, reflechando-se as juntas nas cantarias das caleiras que separam aqueles corpos e fixando-se as escamas já deslocadas.

Em meados de 1971 foi realizada a revisão ao telhado da Sala do Capítulo, aconchegando e fixando os elementos da cobertura, deslocados pelos sucessivos temporais.

No ano de 1972 foi efectuada a reparação da cobertura da Sala do Capítulo, incluindo o fornecimento e assentamento de 50 escamas cerâmicas patinadas, devidamente pregadas, bem como a consolidação da cumeeira argamassada na extensão e a limpeza das ervas. Nas capelas Imperfeitas foi feita a limpeza e lavagem do pavimento (incluindo a rotunda central), o arranque de ervas, o desentupimento de esgotos de águas pluviais e a limpeza superficial dos túmulos.

Em Agosto de 1973 foram reparados os algerozes e as gárgulas, no Claustro de D. Afonso V.

No ano de 1975 foi vedado o terraço sobre a nave principal para eliminar infiltrações de água, incluindo o levantamento de lajedo em pedra da

<sup>244</sup> Ver em Anexos foto n.º 253

cobertura, a impermeabilização e a substituição de eventuais elementos danificados (sobre a nave lateral esquerda).

Em 1978 realizou-se o refechamento de juntas com cimento e aditivo especial nos terraços das coberturas, procedeu-se também à limpeza das ervas e dos musgos e à limpeza final em zonas da nave lateral esquerda e do transepto esquerdo. No Claustro de D. Afonso V foi também efectuada a limpeza das gárgulas no telhado e das ervas nas fachadas, incluindo o refechamento de juntas.

No final do ano seguinte realizou-se a colocação de escamas partidas ou deslocadas na cobertura da Sala do Capítulo, em diversos locais, incluindo também a limpeza geral dos algerozes.

No ano de 1985 procedeu-se à conclusão das obras do projecto de instalação do futuro Museu do Mosteiro da Batalha, situado na Sala das Colunas (na galeria Oeste do Claustro de D. Afonso V), executando-se uma gárgula em cantaria para a condução das águas pluviais. O segundo registo do Claustro de D. Afonso V é simples, ou seja, tem uma cobertura de madeira disposta num travejamento que corre sobre colunelos semelhantes aos do andar inferior. As coberturas são revestidas com telha, resultando de um telhado inclinado a uma água (não se seguiu o sistema de terraços lajeados das construções anteriores). A cobertura do piso superior sofreu intervenções durante sessenta anos, pois a telha vã encontra-se assente num abarrotamento de madeira à vista, de curta durabilidade. Algumas das colunas, que suportam esta cobertura, foram também substituídas e o pavimento foi reformado com a colocação de lajedo novo.

No final do mesmo ano foram feitas obras de beneficiação na ala Oeste do segundo piso do Claustro de D. Afonso V, com vista à instalação de duas dependências do Museu (secção Administrativa e anfiteatro). Foi efectuado o fornecimento e o assentamento de peitoris em madeira de tola ou similar com o respectivo batente e os canais de escoamento de águas para os vãos das janelas com um acabamento a verniz de cera.

Em Setembro de 87 realizaram-se obras de beneficiação na cobertura do Claustro de D. Afonso V, prevendo-se a aplicação de novos canais romanos com capas antigas, bem como todos os trabalhos de remate, nomeadamente: A execução de novos beirados, a aplicação de telhões, passadeiras e algerozes para colocar uma caleira de forma a proteger a parede de infiltrações de água. Procedeu-se à execução de caixas de visita para o escoamento de águas pluviais dos tubos de queda, efectuadas com paredes de tijolo devidamente rebocadas interiormente e providas de tampa em cantaria, incluindo a escavação e a remoção de terras para a sua construção.

## 2. Intervenções não datadas

Durante as visitas que realizámos ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória deparámo-nos com algumas gárgulas que necessitam de intervenção, pois estão num estado de elevada degradação. Algumas encontram-se unicamente partidas<sup>245</sup>, outras acabaram por servir de local para a colonização de flores e ervas<sup>246</sup>.

Encontrámos também algumas representações de gárgulas que julgamos, por diferentes motivos, terem sido objecto de intervenção no passado, durante as variadíssimas campanhas de restauro, que já analisámos anteriormente, entre elas:

- Um canhão<sup>247</sup>;
- Um humano<sup>248</sup>;
- Um Mongol<sup>249</sup>;
- Um de um pássaro<sup>250</sup>;
- Um Ser Humano alado e coroado<sup>251</sup>;
- O nascimento de uma criança pela boca de uma gárgula<sup>252</sup>;
- Uma gárgula a rezar<sup>253</sup>;
- Um índio<sup>254</sup>;

---

<sup>245</sup> Ver em Anexos fotos n.º 254 e 255

<sup>246</sup> Ver em Anexos fotos n.º 256 e 257

<sup>247</sup> Ver em Anexos foto n.º 258

<sup>248</sup> Ver em Anexos foto n.º 259

<sup>249</sup> Ver em Anexos foto n.º 260

<sup>250</sup> Ver em Anexos foto n.º 261

<sup>251</sup> Ver em Anexos foto n.º 262

<sup>252</sup> Ver em Anexos foto n.º 263

<sup>253</sup> Ver em Anexos foto n.º 264

<sup>254</sup> Ver em Anexos foto n.º 265

- A morte a partir de uma gárgula<sup>255</sup>;
- Uma gárgula com o cabelo espetado<sup>256</sup> e ainda uma outra com o um chapéu “apontado”<sup>257</sup>;
- Uma gárgula com orelhas muito grandes<sup>258</sup>;
- Uma gárgula figurada com escudo, espada e capacete<sup>259</sup>;
- Dois leões<sup>260</sup>;
- Um animal com os dentes muito salientes<sup>261</sup>;
- Um galo<sup>262</sup>;
- Duas mulheres com turbantes e os peitos desnudos<sup>263</sup>;
- Dois cães com coleira de guizos<sup>264</sup>;
- Uma mulher adornada com uma pulseira e em roupa interior trabalhada<sup>265</sup>;
- Um humano adornado com um colar de guizos<sup>266</sup>;
- Um pássaro com as asas muito grandes<sup>267</sup>;
- Um humano a ler, com dentes muito salientes<sup>268</sup>;
- Um ser antropomórfico, com rosto de ser humano e corpo de leão<sup>269</sup>;
- Um humano<sup>270</sup>;

---

<sup>255</sup> Ver em Anexos foto n.º 266

<sup>256</sup> Ver em Anexos foto n.º 267

<sup>257</sup> Ver em Anexos foto n.º 268

<sup>258</sup> Ver em Anexos foto n.º 269

<sup>259</sup> Ver em Anexos foto n.º 270

<sup>260</sup> Ver em Anexos fotos n.º 271 e 272

<sup>261</sup> Ver em Anexos foto n.º 273

<sup>262</sup> Ver em Anexos foto n.º 274

<sup>263</sup> Ver em Anexos fotos n.º 275 e 276

<sup>264</sup> Ver em Anexos fotos n.º 277 e 278

<sup>265</sup> Ver em Anexos foto n.º 279

<sup>266</sup> Ver em Anexos foto n.º 280

<sup>267</sup> Ver em Anexos foto n.º 281

<sup>268</sup> Ver em Anexos foto n.º 282

<sup>269</sup> Ver em Anexos foto n.º 283

<sup>270</sup> Ver em Anexos foto n.º 284

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

- Um pássaro, com crista de galo<sup>271</sup>;
- Um guerreiro, com bico de pato<sup>272</sup>;
- Na mesma parede encontra-mos duas goteiras com uma forma contemporânea<sup>273</sup>. No entanto, o posicionamento destas não têm lógica, pois uma está exactamente por baixo da outra, possivelmente com o objectivo de a água cair para a segunda gárgulas e só depois para o exterior do edifício.
- Um animal quadrúpede com asas<sup>274</sup>
- Um animal alado, com cabeça e rosto humano e patas de morcego (Fotografia N.º 185). Consideramos evidente que esta gárgula foi colocada ali posteriormente, pois para isso foi necessário utilizar outros materiais que não são os habituais na época.

Encontrámos gárgulas que foram destruídas devido à construção de outros elementos no edifício, como por exemplo os arcobotantes. Esta destruição deu-se devido a, por um lado, não existir espaço para manter as gárgulas após a construção de outros elementos no edifício<sup>275</sup>, e por outro, devido ao facto de as gárgulas<sup>276</sup> deixarem de ter a sua função primordial, ou seja, ao invés de descarregarem as águas pluviais para fora do edifício, passam a fazê-lo para um segundo telhado. Deste modo, acabam por não serem devidamente cuidados e restaurados, como seria de esperar.

---

<sup>271</sup> Ver em Anexos foto n.º 285

<sup>272</sup> Ver em Anexos foto n.º 286

<sup>273</sup> Ver em Anexos foto n.º 287

<sup>274</sup> Ver em Anexos foto n.º 288

<sup>275</sup> Ver em Anexos fotos n.º 289 e 290

<sup>276</sup> Ver em Anexos foto n.º 291



É interessante notar que encontrámos também uma gárgula datada de 1859<sup>277</sup> e outras três pertencentes ao ano de 1862<sup>278</sup>, todas respeitantes à campanha de restauro levada a cabo pelo Arquitecto Lucas dos Santos Pereira, como analisámos anteriormente.

É importante evidenciar que as gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória vão sendo restauradas consoante as necessidades evidentes, relativamente ao estado de degradação de cada peça. Estas gárgulas são restauradas na Escola de Cantaria do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, onde encontrámos<sup>279</sup> réplicas para substituírem as originais que estão em mau estado. Aquelas são feitas com o intuito de irem ao encontro das peças originais.

É importante para este trabalho ter em conta a existência de 3 tipos de soluções no restauro das gárgulas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória: 1) Provenientes de restauro; 2) Completamente novas, que foram criadas de raiz, ou então copiadas de outros exemplos presentes neste monumento ou em outros; 3) Aquelas que foram reconstruídas a partir dos fragmentos existentes. Finalmente é necessário não esquecermos que são efectuadas limpezas às gárgulas do edifício bem como o seu restauro e consolidação.

Concluindo podemos então afirmar que a grande maioria das gárgulas existentes no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, são reflexo dos restauros

---

<sup>277</sup> Ver em Anexos foto n.º 292

<sup>278</sup> Ver em Anexos fotos n.º 293, 294 e 295

<sup>279</sup> Ver em Anexos foto n.º 296

efectuados a partir do século XVIII, sendo que devemos ter sempre em conta a grande preocupação que existiu em restaurar e manter em boas condições o sistema hidráulico e que para tal era necessário intervir nas gárgulas, pois estes são os elementos mais fracos do sistema, visto se encontrarem precisamente no final das soluções que estabelecemos anteriormente.

É importante evidenciar de novo que algumas das gárgulas restauradas estão datadas, sendo referentes aos anos de 1859 e 1862, bem como o facto de que, tanto a igreja como o claustro principal sofreram grandes alterações no que diz respeito ao restauro das gárgulas. Assim sendo no que diz respeito ao estudo iconográfico a que nos propomos fazer, será muito mais complicado visto não existir na nossa opinião uma leitura iconografia possível.

### 3. Tipologias da pedra utilizada na construção e nos restauros

A partir da investigação realizada por Luís Aires-Barros, editada no livro: *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*<sup>280</sup>, chegámos à conclusão que, o calcário usado na construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória provém geologicamente do andar Batoninos. Nas proximidades da vila da Batalha existem pedreiras muito antigas, as quais pertencem ao conjunto que forneceu pedra para a construção do mosteiro. As pedreiras mais antigas a que nos referimos são: a de Piado Diogo ou de Pidiogo e a de Valinho do Rei, as quais se encontram há muito tempo abandonadas. No entanto, na segunda metade do século XIX, aquando da campanha de restauros e substituições, foi usada em grande quantidade pedra proveniente de outra pedreira, a de Cabeço de Roxo. Esta pedreira foi largamente explorada a partir de 1860 até há tempos não muito recuados, situando-se a Sul do mosteiro e não muito longe da vila da Batalha. É, no entanto, importante referir que, para Luís Aires-Barros, o tipo de pedra extraída em Cabeço de Roxo tem revelado um comportamento muito fraco face à meteorização<sup>281</sup>. Em amostra de mão, as rochas extraídas deste local assemelham-se a um dos tipos de amostra da pedreira de Pidiogo, todavia, após o exame microscópico, ressaltam logo as diferenças existentes entre elas. Assim, é muito grande a probabilidade de as rochas, utilizadas no restauro do século XIX, provirem da pedreira de Cabeço do Roxo e não da pedreira de origem, tal como era a intenção de Mouzinho de Albuquerque. No estudo petrográfico pode concluir-se que o calcário oolítico, proveniente da pedreira de Cabeço do Roxo, é diferente do da pedreira de Pidiogo e de Valinho do Rei<sup>282</sup>. A pedreira de Reguengo do Fetal foi a terceira a ser explorada, depois das descritas anteriormente, e a sua utilização deveu-se

---

<sup>280</sup> AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, pp. 453-473

<sup>281</sup> Meteorização – Conjunto de processos que provocam a desintegração e a decomposição das rochas e dos minerais, em virtude da acção dos agentes atmosférico.

<sup>282</sup> Ver em anexos, foto n.º 297

“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”

ao facto de poder fornecer, ao longo dos tempos, mais pedra para a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória<sup>283</sup>.

**Porosidades e permeabilidades de algumas rochas usadas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória**

Amostra	Mineral	Porosidade (%)	Permeabilidades (%)
Pedreira de Pidiogo	Calcário oolítico branco, pulveriforme	16,9	2,030
	Calcário oolítico fechado, branco cinza	4,4	0,142 X 1 (-1)
Pedreira do Valinho do Rei	Calcário oolítico “fechado”, “vidrado”	1,1	0,166 X 10 (-2)
Pedreira de Cabeço do Roxo	Calcário oolítico branco, e pulveriforme	14,9	1,780

**Quadro n.º 3** - Porosidades e permeabilidades de algumas rochas usadas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória<sup>284</sup>

<sup>283</sup> Ver em anexos, Plantas n.º 20 e 21

<sup>284</sup> AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 200, p. 454

**Valores médios das porosidades e das permeabilidades das principais rochas usadas na construção e nos restauros do Mosteiro de Santa Maria da Vitória**

<b>Amostra</b>	<b>Porosidade (%)</b>	<b>Permeabilidades (%)</b>
Pedreira de Pidiogo	4.4	0.14 X 10 (-1)
	(valor Médio)	(valor Médio)
Pedreira do Valinho do Rei	1.1	0.17 X 10 (-2)
	(valor Médio)	(valor Médio)

**Quadro n.º 4** - Valores médios das porosidades e das permeabilidades das principais rochas usadas na construção e nos restauros do Mosteiro de Santa Maria da Vitória<sup>285</sup>

Em 1840 o Mosteiro foi declarado, oficialmente, “Monumento Nacional”, momento em que começaram as obras de restauro. Estas realizaram-se por vontade de D. Fernando II que, ao visitar o mosteiro, deparou-se com um avançado estado de degradação e, por isso, decidiu colocar a direcção das obras nas mãos de Mousinho da Silveira<sup>286</sup>.

Entre 1873 e 1887, aquando da campanha de restauros, o pavimento interior da Igreja tinha uma cota mais baixa do que a do adro exterior, o que

<sup>285</sup> AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 457

<sup>286</sup> Luís Mouzinho de Albuquerque terá sido o escolhido para desempenhar o cargo de mestre-de-obras devido ao facto de ter formação em engenharia militar, mas era também um político, literato, um cientista e agricultor. Pela riqueza de carácter e pela sua acentuada dicotomia cultural entre o cientismo iluminista e a sensibilidade romântica, Luís Mouzinho de Albuquerque não se limitou a elaborar e executar um programa meramente por uma questão técnica ou burocrática. Mouzinho de Albuquerque é nomeado inspector das Obras Públicas em todo o Reino, com a função de reformar essa repartição. Irá ocupar-se dos projectos das barras da Figueira, de Aveiro, do Porto e de Caminha, irá ainda realizar o encanamento dos rios de Sacavém, Guadiana e Almonda, onde tentará tornar navegável até perto de Torres Novas. Outra das suas funções será a realização da Lei das estradas, sendo da sua autoria as demarcações e divisões, empreendendo ainda as obras da ponte pênsil do Douro e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. O Programa de intervenção, que Luís Mouzinho de Albuquerque dirige no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, não pode ser entendido sem a influência inglesa e sem a vontade superior de D. Fernando II, assim sendo irá responder a um projecto nacionalista, comum a dois países. No ano de 1843 é demitido do cargo de inspector das Obras Públicas, devido ao facto de pertencer aos bancos da oposição a Costa Cabral – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, IX/XII/XIV Vols. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, Limitada, S.d., pp. 51-52

fez com que os restauradores dessa época tivessem decidido remover as terras e empedrado o pavimento em torno do monumento. Este desaterro implicou a arquitectura do mosteiro, segundo Maria João Neto, pois o portal principal acabou por ficar a alguns centímetros acima do nível do chão, o que originou a substituição de toda a cantaria, desde o portal e dos dois contrafortes salientes que o ladeiam, até ao arranque das arquivoltas, incluindo as estátuas dos doze apóstolos e algumas figuras que se encontram nas arquivoltas.

Durante a visita ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória deparamo-nos com a evidente degradação das pedras, devido ao facto de quando as águas pluviais são lançadas a partir das gárgulas para fora do edifício<sup>287</sup>, acabam por escorrer nas paredes do mesmo<sup>288</sup>. Se compararmos um lado do edifício que não sofre este constante desgaste, com outro que está em permanente contacto com as águas, deparamo-nos então com uma diferença muito significativa<sup>289</sup>.

---

<sup>287</sup> Ver em anexos, fotos n.º 298 e 299

<sup>288</sup> Ver em anexos, foto n.º 300

<sup>289</sup> Ver em anexos, fotos n.º 301 e 302

## Capítulo V

As gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Tal como vimos no capítulo anterior, considerámos a existência de três tipos de gárgulas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. No entanto, para o nosso estudo, interessam-nos especificamente as que correspondem à fase de construção que datam da fundação até à terceira campanha. Por conseguinte limitamo-nos aos exemplares que servem a igreja, o claustro de D. João I e a capela do fundador.

Apesar da vulgarização das gárgulas na época medieval, sabemos que o seu aparecimento ocorreu em épocas bem mais distante: No antigo Egipto as gárgulas eram utilizadas para escoar as águas usadas para lavar os vasos sagrados, na Grécia as águas dos telhados passavam através das bocas dos leões e em Pompeia foram encontradas muitas gárgulas com a forma de animais.

*“As catedrais do século XIII escrevem em formas monumentais uma espécie de terceiro testamento, feito pela união íntima da Bíblia Judaica e da Bíblia Cristã”<sup>290</sup>*

As catedrais são uma *“síntese do mundo e de que todas as criaturas de Deus podem lá entrar”*, no entanto os seus construtores e encomendadores têm sempre o objectivo final de as remeter para uma realidade superior, a da

---

<sup>290</sup> HENRI, Focillon, *Arte do Ocidente, a idade média românica e gótica*, S.l., Editorial Estampa, 1993, p. 224

“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”

“*Cidade Celeste*”<sup>291</sup>, servindo-se de uma simbologia muito diversificada para ensinar e inculcar regras aos fiéis, ao longo dos tempos.

No final do século XIII e no decorrer do século seguinte, deparamo-nos com a redução simbólica na arquitectura gótica e com o facto de a sua respectiva ornamentação ser particularmente sensível, correspondendo temporariamente ao fim da exagerada proliferação decorativa nos capitéis e nas arquivoltas.

Para Paulo Pereira<sup>292</sup>, o homem passa a dar atenção “*à forma concreta*” da vida ou, segundo Umberto Eco<sup>293</sup>, passa a engendrar “*minuciosas e condescendentes figurações que revelam um fresco sentimento da natureza e uma atenta observação das coisas.*”

Na arquitectura, as gárgulas são desaguadouros, ou seja, são parte final e saliente das caleiras dos telhados, que destinam o escoar das águas pluviais, lançando-as a uma certa distância dos muros. Paralelamente desempenham igualmente a função simbólica, especialmente na Idade Média, quando eram ornadas com figuras monstruosas, humanas ou animais.<sup>294</sup>

Em Portugal, um dos exemplos encontrados é no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, em especial no “portal da Glória”, no qual se confirma o uso da forma de agrupamento e a composição imaginária medieval, patente nas gárgulas.

---

<sup>291</sup> PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 1º Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1995, p. 416

<sup>292</sup> PEREIRA, Paulo, *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, 2º Vols., S.l., Círculo de Leitores, 2004 – 2005, pp. 161-162

<sup>293</sup> ECO, Humberto, *Arte e beleza na estética medieval*, Lisboa, Presença, 1989

<sup>294</sup> [www.wikipedia.org/wiki/gargula](http://www.wikipedia.org/wiki/gargula)



A decoração das gárgulas pode ser de cariz religioso ou profano. No que diz respeito à arte profana, Paul Pereira<sup>295</sup> defende que esta exprime, maioritariamente, uma visão carnavalesca do mundo e do mundo ao contrário, usando temas provocadores, como por exemplo os obscenos. Por vezes, são também emergências de figurações relacionadas com a sobrevivência de cultos, rituais de origem pagã, ou da religião não dominante, figurando símbolos esotéricos.

Quanto à arte popular, Paulo Pereira<sup>296</sup> afirma que uma das características da escultura ornamental medieval é a penetração de discursos “alternativos” ou mesmo “marginais” em programas canónicos e “oficiais” dos monumentos. Defende ainda que, é nos pormenores quase invisíveis a olho nu que as representações se observam, como por exemplo nas gárgulas. Podemos constatar que a grande maioria, das gárgulas femininas encontram-se desnudas<sup>297</sup> e uma das gárgulas masculinas tem o pormenor de estar a segurar no sexo<sup>298</sup>.

É interessante notar que as representações fantasiosas e até exóticas que encontramos nos elementos esculpidos são, no entender de Réau<sup>299</sup>, sinais de influências orientais, que se reflectem no gosto pelas representações fantásticas ou monstruosas, popularizadas pelos bestiários.<sup>300</sup>

No período gótico, as representações de animais fantásticos e seres terríficos são feitas de uma forma mais disciplinada do que no período românico,

---

<sup>295</sup> PEREIRA, Paulo, *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, 2º Vols., S.l., Círculo de Leitores, 2004, p. 164

<sup>296</sup> *Idem*, 3º Vols., pp. 28-29

<sup>297</sup> Ver em anexos, foto n.º 303

<sup>298</sup> Ver em anexos, foto n.º 304

<sup>299</sup> Réau, Louis, *L'Art religieux du Moyen Age, Paris*, Fernand Nathan Editeurs, 1946

<sup>300</sup> Sousa, Luís Correia de, *Iconografia musical na escultura românica em Portugal*, [www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-iconografia.htm](http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-iconografia.htm)

desaparecendo em alguns casos os suportes tradicionais, como por exemplo os capitéis. Obviamente que o universo dos bestiários não se extinguiu durante o período gótico, no entanto foram limitados à margem dos edifícios, sendo representados nos pequenos recantos e em sítios que o fiel não poderia visualizar com facilidade, como por exemplo nas gárgulas<sup>301</sup>. Dentro da igreja passou a ser representado disciplinadamente a vida de Cristo, para que os fiéis pudessem seguir o seu exemplo e aprender teologia. As gárgulas, representando animais monstruosos e humanos não puros que se encontravam desnudos e em guerras (com a representação de armas), estão obviamente fora do edifício, pois o interior deste pertencia agora à pureza e ao bem (no entanto temos de ter sempre em conta a sua função).

Os temas iconográficos evoluíram consoante o tempo e o local em que eram representados. Desta forma, neste universo, a iconografia de Santa Maria da Vitória é plural, segundo Saul Gomes, pois estava inserida numa *ambiência geracional iconográfica tardo-medieval ocidental*.<sup>302</sup> Este autor dá o exemplo da iconografia religioso-cristã, pois esta surge pelo trajar quatrocentista, denunciando assim as modas e as épocas e associando o religioso ao profano, afirmando que os elementos profanos abundam no imaginário dos monstros representados nas gárgulas das cimalhas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Para Saul Gomes<sup>303</sup> o sentido simbólico das gárgulas no Mosteiro batalhino é integrado e apocalíptico, sendo assim, religioso.

---

<sup>301</sup> PEREIRA, Paulo, *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, 1º e 2º Vols., S.l., Círculo de Leitores, 2004 – 2005, pp. 28-29

<sup>302</sup> GOMES, Saul António, *Vésperas Batalhinas – Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições Magno, 1997, p. 69

<sup>303</sup> *Idem*, p. 70

È importante ter em conta que tanto Paulo Pereira como Saul Gomes, quando fazem as suas conclusões acerca da iconografia existente nas gárgulas, fazem-no referente ao actual conjunto de peças escultóricas, não se referem ao facto de que na grande maioria estas são sem qualquer dúvida objectos de restauro. Daí na nossa opinião ser quase impossível realizar uma leitura iconográfica das gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, visto não existir um programa iconográfico global.

Muitas são as vezes em que encontramos o cunho dos escultores nas gárgulas, rosáceas e frestas, pois nestes “pormenores” decorativos os artistas costumavam ter mais “liberdade de manobra” para poderem deixar na pedra o seu vestígio e imaginação artística.<sup>304</sup> Tudo isto leva a que, a leitura das peças tenha de ser feita com uma maior atenção, pois poderá ter sido acrescentado algum simbolismo que não estava previsto no plano inicial. Desta forma, estes “pormenores” da lavra do edifício ficaram abandonados ao arbítrio, predilecção ou tradição dos artistas/escultores.<sup>305</sup>

Para Vergílio Correia, na representação das gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória não existe um sistema definido, uma fauna subordinada a um tipo dominante, mas, pelo contrário, existe uma variedade de concepção, figuras disformes de animais reais, figuras humana de pesadelo, criações em que sobrevivem reminiscências do fantástico pagão e do infernal cristão.<sup>306</sup>

---

<sup>304</sup> CORREIA, Vergílio, *Batalha II – Estudo Histórico-Artístico da Escultura do Mosteiro da Batalha*, Porto, Litografia Nacional, 1931, p. 28

<sup>305</sup> *Idem*, p. 59

<sup>306</sup> *Idem*

Conclusivamente, na nossa opinião, ao contrário do que foi dito pelos autores acerca da iconografia patente nas gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, não existe um programa iconográfico, devido às várias campanhas de restauro que este monumento sofreu a partir do século XVIII, bem como o facto do conjunto monástico ter sido realizado ao longo de dois séculos (XIV a XVI), pelas mãos de vários mestres, desde Afonso Domingues até João de Arruda. Outro dos pormenores a ter em conta deve-se ao facto de aquando o restauro efectuado por Mouzinho de Albuquerque, este baseou-se na obra de James Murphy, obra essa que acabou por ser completada pelo próprio arquitecto, visto o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, se encontrar em muito mau estado de preservação, assim sendo Murphy acabou por reinventar alguns pormenores decorativos.

Outro dos pontos em que não concordamos com a escassa bibliografia existente acerca da iconografia das gárgulas de Santa Maria da Vitória deve-se ao facto de na nossa opinião estas não representarem o *Mundo ao contrário*, isto porque só existe uma gárgula que representa a desfiguração do mundo (a gárgula que está a ter um filho pela boca), existindo sim gárgulas muito grotescas e gárgulas que tem representado na mesma peça escultórica elementos de vários animais. Finalmente à que ter em conta que a maioria das peças são uma representação animal, não humana.

Mesmo não existindo um programa iconográfico global no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, iremos neste último capítulo analisar a possível

simbologia representada. Para que seja possível realizar este estudo, tendo em conta um universo tão extenso de gárgulas, optámos por tratar unicamente a parte do edifício que foi construído aquando da fundação, isto é, as campanhas referentes ao reinado de D. João I.

Deste modo, analisaremos: A igreja, a capela do fundador e o claustro de D. João I. Não deixando, no entanto, de referir toda a grandeza escultórica que encontrámos nas gárgulas existentes no Capela de D. Duarte<sup>307</sup>, no interior do claustro de D. Afonso V (onde existem unicamente quatro gárgulas<sup>308</sup>) e finalmente na parede exterior do mosteiro, a qual faria parte do claustro de D. João III<sup>309</sup>.

Antes de iniciarmos a descrição simbólica das gárgulas, gostaríamos salientar dois factos: Por um lado, os pagãos acreditavam que, ao falecer um ser humano, a alma escapava-lhe pela boca<sup>310</sup> e, por outro lado, segundo Jacq Christian, existem três etapas do verbo criador: A primeira é a colocação das mãos na boca, seguida da sua abertura e, finalmente, o florescer da palavra que dá vida.<sup>311</sup>

Para Paulo Pereira<sup>312</sup>, a função devoradora, que lembra o “*Gargantua rabelaisiano*”, está associada não só à imagem das bocas escancaradas das gárgulas, como também à ornamentação gótica em geral. A boca é sinónimo

---

<sup>307</sup> Ver em anexos, fotos n.º 305, 306, 307, 308, 309, 310 e 311

<sup>308</sup> Ver em anexos, fotos n.º 312, 313, 314 e 315

<sup>309</sup> Ver em anexos, fotos n.º 316, 317 e 318

<sup>310</sup> GONÇALVES, Flávio, *História da Arte: iconografia e crítica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, p. 18

<sup>311</sup> JACQ, Christian, *A mensagem dos construtores de catedrais*, S.l., Tipografia Peres, 1980, p. 191

<sup>312</sup> PEREIRA, Paulo, *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, 2º Vols., S.l., Círculo de Leitores, 2004 – 2005, p. 186

de desmesura, tal como garganta ou gorgomilos, derivadas dos étimos com o radical *garg e gorg* respectivamente, que transportam consigo, também, a ideia de abertura ou entrada profunda, sem medida. Abrir a boca e dar gargalhadas são as duas faces da mesma realidade pagã e profana, remetendo para um continente maravilhoso de imensidão misteriosa e descomunal, mas também para o carnaval, referente ao riso e ao mundo-às-avessas.

Decidimos dividir o nosso estudo em três etapas, correspondentes aos locais que interessam abordar no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, assim começaremos por:

1. Igreja – Devido às construções adjacentes que foram feitas na igreja pelos monarcas D. João I e seu filho D. Duarte, acabámos por estudar o portal principal e o lado exterior que se encontra entre a capela do fundador e a Capela de D. Duarte. A análise recai sobre um número reduzido de gárgulas pois decidimos estudar apenas aquelas que se encontram num primeiro nível, excluindo as que estão em cima dos arcobotantes, visto estas gárgulas tratarem-se de objectos escultóricos já restaurados. Assim no portal principal encontrámos gárgulas que são efeito de restauro, efectuado durante a década de quarenta do século XIX, e que tivemos a oportunidade de expor no capítulo IV.

Do conjunto de gárgulas aí existentes, já justificámos algumas representações das quais: A de um mongol (Fotografia N.º 260), a

de um ser humano do sexo feminino que está a parir pela boca (Fotografia N.º 263), um de animal indiferenciado com dentes muito salientes (Fotografia N.º 273), um de druida (Fotografia N.º 267), um índio (Fotografia N.º 265), a representação da morte (Fotografia N.º 266), a de uma águia (Fotografia N.º 281) e de um animal alado, com cabeça e rosto humanos e patas de morcego (Fotografia N.º 252).

Falta-nos expor apenas:

1. A representação de dois seres humanos do sexo feminino<sup>313</sup>, que se encontram a rezar, sendo que uma das peças parece ser cópia de uma outra que encontrámos na parede exterior do mosteiro, onde se situa o claustro de D. João III (Fotografia N.º 316)
2. A representação de um animal quadrúpede com juba de leão e orelhas de gato<sup>314</sup>.

---

<sup>313</sup> Ver em anexos, fotos n.º 319 e 320

<sup>314</sup> Ver em anexos, foto n.º 321

Assim, no portal principal encontramos simbolizados: o nascimento (fotografia N.º 263), a morte (Fotografia N.º 266), a religião e Cristo (a partir da representação da águia<sup>315</sup>, na iconografia medieval - Fotografia N.º 281), a fecundidade (representado pelo morcego<sup>316</sup>, na iconografia medieval - fotografia N.º 252) e a humanidade *versus* Cristandade (relação implícita na representação de um leão<sup>317</sup>, na iconografia medieval. Feita esta leitura podemos considerar que a cabeça e a parte anterior do leão correspondem à natureza divina de Cristo, enquanto que a parte posterior corresponde à natureza humana).

É de salientar que o claustro principal tal como foi evidenciado no capítulo anterior, foi restaurado durante o século XVIII.

No que diz respeito às gárgulas existentes no corpo da igreja encontramos entre outras as seguintes representações:

1. A de um ser humano, com aspecto animalesco, sendo caracterizado com a mão na boca e com patas de bode<sup>318</sup>. Tal como o carneiro, o bode simboliza a força sexual e vital, a libido e a fecundidade, no entanto está associado também à ideia, na maioria das vezes, de um animal nocturno, lunar<sup>319</sup>.
2. Três animais quadrúpedes<sup>320</sup>: Dois deles têm a particularidade de terem os rostos muito humanizados, todavia ambos necessitam de

---

<sup>315</sup> CHEVALIER, Jean, *Dicionário dos Símbolos*, S.l., Editorial Teorema, 1994, pp. 46-49

<sup>316</sup> CHEVALIER, Jean, *Dicionário dos Símbolos*, S.l., Editorial Teorema, 1994, pp. 459-460

<sup>317</sup> CHEVALIER, Jean, *Dicionário dos Símbolos*, S.l., Editorial Teorema, 1994, pp. 401-402

<sup>318</sup> Ver em anexos, foto n.º 322

<sup>319</sup> CHEVALIER, Jean, *Dicionário dos Símbolos*, S.l., Editorial Teorema, 1994, pp. 123-124

<sup>320</sup> Ver em anexos, fotos n.º 323, 324 e 325



*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

uma intervenção urgente de restauro. Para além do crescimento incontornável de ervas, um deles encontra-se bastante deteriorado.

3. De uma gárgula a fazer figas<sup>321</sup>, o que se pode traduzir na existência de um amuleto.

É importante relembrar que durante a década de 70 do século XIX, foram efectuadas obras de restauro de gárgulas para os terraços das naves da igreja e das capelas de Santa Bárbara e dos Mártires.

No corpo principal da igreja encontramos mais uma vez a representação de humanos e animais, o qual, maior parte das vezes, funde os dois universos, misturando os diferentes elementos, como por exemplo: O ser humano com patas de bode e os animais com rostos humanos.

II. Capela do Fundador – Neste local encontrámos um número bastante reduzido de gárgulas, ao contrário do resto de todo o monumento. Tal como no corpo da igreja, a representação de seres humanos e de animais é comum. Mais uma vez é a mistura de vários animais que prevalece, como a de animais quadrúpedes com pêlo de tigre, patas de bode, focinho de cão e alados. As representações dos seres humanos, normalmente, são afiguradas com mãos e pés muito grandes e rostos muito desenhados. Recolhemos alguns exemplos:

---

<sup>321</sup> Ver em anexos, foto n.º 326

“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”

1. Três animais quadrúpedes: todos com patas de bode e rostos humanizados. Dois têm um colar de pêlo<sup>322</sup> e o terceiro está alado e coroado<sup>323</sup>.
2. Dois humanos, um deles tem um rosto muito desenhado<sup>324</sup> e o outro encontra-se nu<sup>325</sup>, tendo unicamente um lenço na cabeça que lhe cobre os ombros. Nestas duas peças existe um pormenor muito importante: É visível que foram colocadas posteriormente à construção do edifício, pois vê-se que o material com que foram coladas é diferente do anteriormente utilizado.

Neste corpo do monumento temos, mais uma vez, simbolizadas: a força sexual e vital, a libido e a fecundidade (a partir das patas de bode), a ascensão da alma, a libertação do corpo terreno para o corpo celeste (a partir das asas) e a saída do corpo que é representada pela coroa<sup>326</sup>.

Em síntese podemos afirmar que são representados sempre os mesmos adornos nas gárgulas, tornando-as simultaneamente humanizadas e animais. Também é comum a preocupação evidente que o homem medieval tinha com a religião, associando à vida terrena (no que diz respeito à sexualidade) à vida celeste (a vida depois da morte).

---

<sup>322</sup> Ver em anexos, fotos n.º 327 e 328

<sup>323</sup> Ver em anexos, foto n.º 329

<sup>324</sup> Ver em anexos, foto n.º 330

<sup>325</sup> Ver em anexos, foto n.º 331

<sup>326</sup> CHEVALIER, Jean, *Dicionário dos Símbolos*, S.l., Editorial Teorema, 1994, pp. 92-93

III. Claustro de D. João I – Nesta divisão do edifício reencontrámos a representação dos animais, no entanto não é tão visível a de seres humanos. Na grande maioria, as gárgulas que existem no claustro necessitam de intervenção devido à sua evidente deterioração.

1. No que diz respeito a gárgulas com representação humana encontrámos unicamente duas: Uma gárgula do sexo masculino que está representada com a mão na boca (como se estivesse apavorada), e com patas de bode<sup>327</sup> e outra muito similar à primeira, com a diferença que se trata de uma gárgula do sexo feminino com membros inferiores humanos, que terão sido colocados posteriormente, pois denota-se uma diferença muito evidente entre as duas partes da mesma peça<sup>328</sup>. Esta última gárgula tem um dos braços partidos e o peito desnudo.
2. Em dois dos cantos do claustro encontramos duas gárgulas com representação animal, colocadas em cima de bases. Uma das gárgulas é composta unicamente por duas patas, com uma crista na cabeça e a sua base é decorada por baixo com uma folha<sup>329</sup>, a outra gárgula é composta por quatro patas de bode e a sua base não têm decoração<sup>330</sup>.
3. Deparámo-nos com duas gárgulas muito diferentes de todas as outras que compõem o claustro. Uma mais decorada e trabalhada, interpretando um dragão com asas e cauda<sup>331</sup> e a outra trata-se da imitação da gárgula que expusemos no ponto anterior, isto é, têm

---

<sup>327</sup> Ver em anexos, foto n.º 332

<sup>328</sup> Ver em anexos, foto n.º 333

<sup>329</sup> Ver em anexos, foto n.º 334

<sup>330</sup> Ver em anexos, foto n.º 335

<sup>331</sup> Ver em anexos, foto n.º 336

*“As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.”*

unicamente duas patas e uma crista, com a diferença que apresenta uma reprodução mais geométrica<sup>332</sup>.

4. Todas as outras gárgulas existentes no claustro de D. João I são a representação de animais quadrúpedes, maioritariamente figurados com crista, narizes grandes e patas de bode. Estes animais não são identificáveis, pois não pertencem a um universo real, mas fantástico<sup>333</sup>.

Tal como referimos no capítulo IV referente às “Intervenções de restauro no século XIX e XX: coberturas e o sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória”, não devemos esquecer o facto de que na campanha de restauro efectuada por Mouzinho de Albuquerque, foram realizados trabalhos de consolidação, restauro e feitura de novas gárgulas no claustro de D. João I, e que durante a década de sessenta do século XIX, foram também restauradas gárgulas para o terraço real, sendo realizada uma gárgula para o terraço da capela de Santa Bárbara e algumas mais para o remate do fontanário do claustro.

Para terminar, gostaríamos de salientar que actualmente encontram-se expostos na adega dos Frades do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, alguns fragmentos de gárgulas originais, que foram substituídas<sup>334</sup>. Na nossa opinião seria necessário vitalizar este espaço no monumento, onde poderia ser feita uma exposição permanente ou temporária, para dar a conhecer ao

---

<sup>332</sup> Ver em anexos, foto n.º 337

<sup>333</sup> Ver em anexos, fotos n.º 338, 339, 340, 341, 342 e 343

<sup>334</sup> Ver em Anexos fotos n.º 344, 345, 346, 347 e 348

público os fragmentos de peças originais do monumento, que serviram de molde para a realização de outras. Outro dos temas a explorar poderia ser a explicação histórica e arquitectónica do Mosteiro de Santa Maria da Vitória aproveitando a oportunidade para focar o sistema hidráulico patente no edifício.

Podemos concluir a partir deste capítulo que na grande maioria das vezes, as gárgulas são animais ou humanas, todavia existe também uma tendência para misturar estas duas realidades, incluindo, por exemplo, pormenores como asas, patas ou caudas em figuras humanas. Na representação animal assiste-se a uma mistura de várias espécies na mesma peça, criando seres indescritíveis. As gárgulas humanizadas estão muitas vezes desnudas ou cobertas unicamente por panejamentos a cobrirem os ombros.

Tal como afirmámos anteriormente, é constante recurso à simbólica da força sexual e vital, à libido e à fecundidade, bem como à ascensão da alma e à libertação do corpo terreno para o corpo celeste. Factor que traduz a preocupação evidente do Homem medieval com a religião, a vida terrena e celestial.

## **Conclusão**

Iniciámos o primeiro capítulo contextualizando o Mosteiro de Santa Maria da Vitória com a arte medieval portuguesa, para tal referimos sinteticamente o aparecimento e desenvolvimento da arte gótica em Portugal até à construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Influências exercidas na construção deste edifício pelo Mosteiro de Alcobaça e pela Sé de Évora, no que diz respeito aos planos das coberturas das naves. Devido aos muitos exemplos existentes, acabámos por escolher como comparação edifícios da mesma época, entre eles: A igreja de S. Francisco, o edifício dos Lóios, ermida de S. Brás, a igreja de Nossa Senhora da Assunção (a antiga Sé de Elvas), a Sé Catedral do Porto (uma construção pertencente à primeira metade do século XII) e o convento do Carmo, que foi construído a par do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a mando de D. Nuno Álvares Pereira, concluindo então que existem evidentes influências estruturais e decorativas entre estes monumentos. O convento e a igreja do Carmo podem considerar-se uma redução do plano realizado por Afonso Domingues que está na base da construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mantendo claras afinidades no campo decorativo.

Devido a essa situação e também à forma e à dificuldade que D. João I teve para chegar ao trono português, o monarca vai desejar afirmar a nova dinastia e o seu bom governo através da imponente construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Esta obra acabou por ser seguida por vários monarcas, que quiseram deixar o seu cunho no monumento, entre eles: D. Duarte (filho de D. João I) que mandou construir a Capela de D. Duarte e D. Afonso V, o qual mandou construir o claustro secundário, que adquiriu o nome do monarca.

De acordo com a cronologia da história dominicana, pode concluir-se que a sua a sua implantação em Portugal obedece a duas fases: Uma primeira em que se verifica a fundação de comunidades bastante humildes e eremíticos e uma segunda fase, a partir da década 30 e 40 do século XIII, em que os conventos se multiplicam nas cidades. É de notar que no caso português, estas comunidades usufruíram do apoio papal e régio na difusão no reino.

Devido à monumentalidade e ao continuado apoio régio, do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, este transformou-se na grande escola da arquitectura portuguesa, durante mais de um século, influenciando as obras que se fizeram posteriormente.

Durante o reinado de D. João I assistiu-se a duas fases de construção no Mosteiro: Uma primeira que decorreu entre os anos de 1388 a 1425, e a segunda a partir de 1426. No entanto, é importante referir que a construção do monumento foi realizada em sete campanhas sucessivas e por vários mestres-de-obra, sendo eles: Afonso Domingues, Mestre Huguet, Martim Vasques, Fernão de Évora, Mateus Fernandes, João Rodrigues e João de Arruda.

O estudo do sistema hidráulico do monumento é um dos elementos mais importantes do nosso trabalho, pois na nossa opinião este sistema é, para qualquer edifício ou conjunto monástico, um dos factores mais importantes para os arquitectos e mestres-de-obras. Existem dois tipos de subsistemas hidráulicos: Um referente ao nível do solo e o outro à pluviosidade, que denominamos como sistema hidráulico superior. Neste estudo abordámos os dois subsistemas, contudo, não era objectivo do nosso trabalho estudarmos o escoamento subterrâneo das águas, que obriga a um elaborado conhecimento arqueológico, que não possuímos, assim sendo, foi dado maior ênfase, através de uma análise mais profunda, ao segundo sistema. Para que esta análise fosse realizada com o maior rigor possível, optamos então por fazer a comparação deste sistema hidráulico com outros existentes em

diversos monumentos, entre eles: Convento de Cristo, Convento e Igreja do Carmo, Sé Catedral de Lisboa, Évora e Coimbra e o Mosteiro de Alcobaça. O porquê de escolhermos estes edifícios e não outros quaisquer tem uma só razão: Devido a algumas afinidades encontradas, acredita-se que houve uma influência recíproca na construção de todos estes edifícios, visto serem: Da mesma época, do mesmo estilo, com mestres que estiveram a trabalhar em vários monumentos levando a sua arte de um lado para o outro e finalmente devido a serem de vários pontos do país logo servem também como amostragem tipológica de soluções.

Pela nossa observação cuidada concluímos que no universo de exemplos que tratámos os monumentos acabam por ter semelhanças e dissemelhanças com o sistema hidráulico encontrado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, sendo que este é, sem dúvida, o mais completo e complexo. O sistema hidráulico estudado, por nós, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória é composto por três soluções, onde é evidente a ligação entre os vários elementos estruturais e arquitectónicos do monumento, os quais adquirem assim duas ou mais funções, como dos terraços, arcobotantes, contrafortes, e gárgulas. Assim, encontramos arcobotantes que pertencem igualmente ao sistema hidráulico, visto neles serem incisos os canais que direccionam as águas dos terraços superiores (que são inclinados e onde também existem canais para direccionar as águas da chuva), para as gárgulas (que são compostas por duas funções: a de descarregar as águas pluviais para fora do edifício e a decorativa) e sucessivamente para fora do edifício. Contudo, existem também contrafortes que têm a função de amparar as águas na sua queda.

No que diz respeito às gárgulas, estes elementos escultóricos, são outro dos factores mais importantes do nosso estudo. Após observação atenta concluímos que, na esmagadora maioria dos casos, se tratam de elementos tanto funcionais como decorativos. O primeiro dos quais é o restauro monumental levado a cabo sob a direcção de Mouzinho de Albuquerque, em



1840, a mando de D. Fernando II, pelo que foi necessário passar em revista as várias campanhas de restauro que o mosteiro sofreu ao longo do tempo, a fim de concluir pela autenticidade das gárgulas que escolhemos analisar.

Como foi já concluído por outros investigadores, Mouzinho de Albuquerque realizou o seu projecto com base no trabalho feito por James Murphy, que em 1788, visita a Batalha e desenha o edifício, com o objectivo primordial de o manter o mais próximo possível da traça original, procurando utilizar os mesmos materiais. Apesar do esforço, o plano deste engenheiro português acabou por falhar por dois motivos: Primeiro, porque James Murphy, ao realizar o levantamento arquitectónico, inseriu novos elementos decorativos na descrição (plantas) arquitectónica, isto porque a sua prioridade era classificar o mosteiro como uma construção de origem britânica. Em segundo lugar, porque Mouzinho de Albuquerque não conseguiu encontrar a pedreira original, ou seja, aquela que forneceu a pedra na construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Podemos afirmá-lo uma vez que a pedra utilizada nos restauros se distingue claramente da original, pois está actualmente muito mais deteriorada do que esta, o que faz com que possamos identificar as gárgulas não originais.

Assim, Mouzinho, involuntariamente, acabou por descaracterizar e realizar novos elementos decorativos no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

É importante salientar que os restauros feitos às gárgulas deterioradas foram evidentes durante as obras levadas a cabo por Mouzinho de Albuquerque, pois um dos seus principais propósitos era combater a infiltração de águas pluviais no Mosteiro e para isso era necessário começar os trabalhos a partir dos telhados e das frechas existentes ao longo do edifício. Deparamo-nos, então, com um estaleiro de obras que orientou um volume de trabalho nunca antes visto em Portugal, sendo que durante os anos de 1840-1850, os restauros incidiram sobre o exterior da igreja.

No entanto, após o afastamento de Mouzinho de Albuquerque serão realizadas mais três campanhas de obras de restauro, efectuadas por vários mestres que irão na maioria dos casos seguir o projecto iniciado e editado por Mouzinho. A prová-lo temos então a datação de quatro gárgulas existentes no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, pertencentes aos anos de 1859 e 1862.

Durante o século XX foram realizados restauros pela Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, a qual, numa primeira fase deu continuidade aos projectos efectuados anteriormente. No nosso estudo realizámos um levantamento das intervenções não documentadas, onde descobrimos gárgulas que não são peças originais. Chegámos a esta conclusão porque: Algumas delas são datadas durante a época de restauro, outras têm formas escultóricas diferentes, e, por último, existem algumas peças que denunciam a sua colocação posterior à data de construção, pois os materiais utilizados são diferentes.

Esta análise foi fundamental para comprovarmos a autenticidade das gárgulas que usámos no estudo e para que pudéssemos avançar com o estudo simbólico, pois só assim as pudemos delimitar. Excluímos: As que não são originais e as que não pertencem à campanha levada a cabo na época de D. João I, ou seja, estudámos as gárgulas existentes na igreja, capela do fundador e claustro real.

Por outro lado, para este trabalho, foi importante fazer a classificação dos três tipos de gárgulas existentes no Mosteiro de Santa Maria da Vitória: Gárgulas completamente novas, as quais foram inventadas de raiz ou então copiadas de outros exemplos presentes neste monumento ou noutros; gárgulas reconstruídas a partir dos fragmentos existentes; e gárgulas que se encontram totalmente danificadas.

O conjunto de gárgulas, que compõem o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, são fruto da arte popular, seguem a típica representação medieval, exibindo humanos em atitudes burlescas, monstros e animais insólitos.

Partindo do princípio de que a escultura medieval representa o declínio e a devoção, acolhendo no seu universo monstros definidos por leis que não são as da dádiva, encontramos nas gárgulas representações de monstros, expostos na parte exterior do mosteiro, onde está patente a relação entre o bem e o mal. As gárgulas têm também uma missão educativa para o fiel: Ensinam-lhe a diferença entre a casa de Deus e a do Homem, casas bastante distintas que se regem por diferentes leis.

Na análise às gárgulas que compõem o monumento, referentes à primeira campanha de obras, que esteve a cargo dos mestres Afonso Domingues e Huguet, dividimos o estudo pelos três principais assuntos: A técnica, a autenticidade e o tema, assim sendo podemos então referir a nível técnico encontrámos uma elevada complexidade no sistema hidráulico que compõe o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, no que se refere a autenticidade, podemos também afirmar que a grande maioria das gárgulas são objectos de restauro devido em parte às obras realizadas durante o século XIX, visto as gárgulas serem elementos decorativos e funcionais que mais se deterioram, finalmente tratam-se de representações de seres animais e humanas, existindo uma tendência para as misturar, ou seja, confundem-se várias espécies, de animais na mesma peça ou então misturam-se figuras de animais e humanas, só visíveis por vezes em pequenos pormenores.

Quanto à representação animal, podemos encontrar uma mistura de asas e caudas numa mesma peça, enquanto que as humanas aparecem, não só desnudas ou cobertas unicamente por panejamentos pelos ombros, como também representadas por seres antropomórficos.

É constante o recurso simbólico à força sexual e vital, à libido e à fecundidade, bem como à ascensão da alma, à libertação do corpo terreno para o corpo celeste, o que nos mostra a preocupação do homem medieval com a religião. É interessante notar que, na nossa opinião, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ao tornar-se também num Panteão Régio, acaba por influenciar e ampliar a função proteccional que as gárgulas detinham, pois estas passam a proteger não só a Casa de Deus, como também as almas do Rei e dos seus descendentes.

## Bibliografia

**I Capítulo** – O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no contexto da arte medieval portuguesa.

Internet:

- Sousa, Luís Correia de, *Iconografia musical na escultura românica em Portugal*, *Medievalista on line*, ano 1, número 1, 2005  
[www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-iconografia.htm](http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-iconografia.htm)
- [www.lepanto.com.br/hagdominggusm.html](http://www.lepanto.com.br/hagdominggusm.html), 05 de Fevereiro de 2005
- [www.wikipedia.org/wiki/dominicano](http://www.wikipedia.org/wiki/dominicano), 29 de Abril de 2006
- [www.dominicanos.org.br/vocacional/promocaovocacional.htm](http://www.dominicanos.org.br/vocacional/promocaovocacional.htm), 05 de Junho de 2002

Monografias:

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. S.l., F. Almeida, 1910-1924
- ALMEIDA, M. Lopes de, *Actas do I Encontro sobre História Dominicana – Méritos e Deméritos da História Dominicana em Portugal*, II Vol. S.l., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1979
- AMADO, Teresa, *Fernão Lopes Contador de História sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991
- ANDRADE, Sérgio Guimarães de, *Mosteiro da Batalha*. S.l., ELO – Publicidade, Artes Gráficas, Lda., 1991
- ANÓNIMO, *A Batalha, Memória dirigida ao Sr. Conselheiro Emygdio Julio Navarro*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1887
- ANÓNIMO, *Grandes Batalhas da história Universal – Aljubarrota*, S.l., QuidNovi, 2003
- AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

- AZEVEDO, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*, Vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000
- CAEIRO, Francisco da Gama, *Actas do II Encontro sobre História Dominicana – Os primórdios dos frades pregadores em Portugal. Enquadramento histórico-cultural*, III Vol., Tomo I, S.l., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *Reis de Portugal. D. João I o que reco-lheu Boa Memória*, S.l., Círculo de Leitores, 2005
- DIAS, J.S. Silva, *Actas do II Encontro Sobre História Dominicana – Os Dominicanos e a filosofia em Portugal no Século XVI*, III Vol., Toma II, S.L., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1986
- DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, S.l., Editorial Estampa, 1994.
- GOMES, Saul António, *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1991.
- GOMES, Saul António, *Vésperas Batalhinas – Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições Magno, 1997
- LOPES, Fernão, *Almada e a Revolução de 1383-1385 de D. João I*, Almada, Biblioteca Municipal, 1984
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I (Trechos escolhidos)*, Porto, Livraria Figueirinhas, S.d.
- LOPES, Fernão, *Quadros da Crónica de D. João I*, Lisboa, Sá da Costa, 1976
- MACDONALD, João, *Grandes Protagonistas da História de Portugal. D. João I*, S.l., Planeta de Agostini, 2005.
- MACEDO, Newton, *História de Portugal. A Epopeia dos Descobrimentos – A Dinastia de Avis e a Expansão Ultramarina*, S.l., Quidnovi, 2004
- MARTINS, Miguel Gomes, *Estevão Vasques Filipe. O Percurso de um guerreiro em finais de trezentos.*
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, S.d.

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

- MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & Editores, 1983
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, Vol. 2, S.l., Círculo de Leitores, 1993
- QUADROS, Rangel de, *Aveirenses Notáveis – Aveiro*, S.l., Câmara Municipal de Aveiro, 2000
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*, Lisboa, Verbo, 1972-1974.
- SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal – Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, IV Vol., Lisboa, Editorial Presença, 1987
- SOUSA, Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Porto, Lello & Irmão, 1977
- SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal*, II Vol., Lisboa, 1866
- SOUSA, Manuel de, *Reis e Rainhas de Portugal*, S.l., SporPress, 2000.
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta: por El rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915

Publicações Periódicas:

- PAÇO D'ARCOS, Isabel, *O Tabardo. O Pilriteiro, empresa de D. João I*, N.º 3, S.l., Universidade Lusíada Editora, 2006. (Revista)
- PAIVA, José Pedro, *NW - Noroeste Revista de História, Os dominicanos e a Inquisição em Portugal (1536 – 1614)*, S.l., Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2005. (Revista)

**II Capítulo** - A campanha de edificação. Artistas e organização do trabalho no estaleiro de Santa Maria da Vitória.

Internet:

- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro\\_da\\_Batalha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro_da_Batalha), 29 de Abril de 2006

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

- [www.ippar.pt/monumentos/conjunto\\_batalha.html](http://www.ippar.pt/monumentos/conjunto_batalha.html), 13 de Março de 2002
- [www.monumentos.pt:7070/ipa/pages/ficha\\_ipa?nipa=1004010001](http://www.monumentos.pt:7070/ipa/pages/ficha_ipa?nipa=1004010001), 27 de Fevereiro de 2002
- [www.cm-batalha.pt/roteiro/mosteiro.html](http://www.cm-batalha.pt/roteiro/mosteiro.html), 27 de Fevereiro de 2002

#### Monografias:

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença, 2002
- ANDRADE, Sérgio Guimarães de, *Guias do Património Cultural – Mosteiro da Batalha*, Instituto Português do património Cultural, 1989
- ANDRADE, Sérgio Guimarães de, *Santa Maria da Vitória – Batalha, Mafra*, Publicidade Artes Gráficas, 1992
- ANÓNIMO, *A Batalha, Memória dirigida ao Sr. Conselheiro Emygdio Julio Navarro*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1887
- ANÓNIMO, *Descrição do Mosteiro da Batalha*, Batalha., Alfredo Barros, imp., 1925
- ANÓNIMO, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, IX/XII/XIV Vols. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial enciclopédia, Limitada, S.d
- ANÓNIMO, *Inventário Artístico de Portugal*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995.
- ANÓNIMO, *O regresso dos Canteiros*, S.l., Instituto Português do Património Cultural, 1990
- AZEVEDO, José Correia de, *Inventario Artístico Ilustrado de Portugal – Extremadura*, Lisboa, Nova Gesta, 1992
- CORREIA, Vergílio, *Batalha – Estudo Histórico-Artístico-Arqueológico do Mosteiro da Batalha*, Porto, Litografia Nacional – Edições, 1929
- DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Vol. 4, Publicações Alfa, 1986



“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

- GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Vol. 1/2, S.l., IPPAR, S.d.
- GOZZOLI, Maria Cristina, *Como reconhecer a arte gótica*, Lisboa, edições 70, 1986
- HERCULANO, Alexandre, *Novelas históricas portuguesas. A Abóboda*, 2º Vol, S.l., Estúdios Cor, S.d
- LARCHER, Jorge das Neves, *Mosteiro da Batalha o templo da pátria*, Porto, Litografia Nacional, 1932
- LUIZ, Francisco de S., *Memoria histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória, chamado vulgarmente da Batalha*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1827
- MIRANDA, Maria Adelaide, *História da Arte Portuguesa – Época Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995
- SACADURA, João Paulo, *Monumentos*, Vol. 1, S.l., Verbo, S.d.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Os monumentos – A Batalha, Notícia Descrição e Gravuras*, Lisboa, Empresa do Diário de Notícias, 1924
- SANT’ANA, Cosmelli, *As grandes épocas artísticas e o Mosteiro da Batalha*, Lisboa, 1934
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Actas do I Encontro sobre História Dominicana – Do Mosteiro da Vitória à Vila da Batalha (1388-1540)*, S.l., Arquivo Histórico Dominicano Português, 1979
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. I/II Vol.*, S.l., Editorial Verbo, 1980
- VASCONCELOS, Florido, *A Arte em Portugal*, 3ª Edição, S.l., Verbo Juvenil, S.d.
- VITERBO, Sousa, *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899
- VITORINO, Pedro, *Mosteiro da Batalha*, Porto, Marques Abreu, 1955

### III Capítulo – O sistema hidráulico em Santa Maria da Vitória. Funcionalidades.

#### Monografias:

- ANÓNIMO, *Inventário Artístico de Portugal*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1995.
- CHICÓ, Mário Tavares, *Arquitectura da Idade Média em Portugal: dois estudos acerca da igreja do Mosteiro da Batalha*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944
- LARCHER, Jorge das Neves, *Mosteiro da Batalha o templo da pátria*, Porto, Litografia Nacional, 1932
- LOPES, Flávio, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Vols. I/II/III, Lisboa, IPPAR, 1993
- LUIZ, Francisco de S., *Memoria histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória, chamado vulgarmente da Batalha*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1827
- MASCARENHAS, José Manuel P. B., et al., *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Lisboa, Fundação do Oriente, 1996
- PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 1º Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1995
- SACADURA, João Paulo, *Monumentos*, Vol. 1, S.l., Verbo, S.d.
- SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa – História e Espírito*, 2º Vol., Lisboa, Editorial Notícias, S.d
- Secretaria de Estado da Cultura, *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1993

#### IV Capítulo – O Sistema hidráulico de Santa Maria da Vitória: Intervenções de restauro nos séculos XIX e XX.

##### Monografias:

- AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001
- ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Lisboa, Typ. Do Commercio de Portugal, 1897
- ANÓNIMO, *Estudo do Traçado, Diagnóstico do Estado de Conservação e Proposta de Intervenção do Sistema Hidráulico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha*, S.l., IPPAR-DRC, 2006
- ANÓNIMO, *Projecto de Conservação, Restauro e Valorização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha – Diagnóstico do Estado de Conservação*, S.l., IPPAR-DRC, 1999
- CORREIA, Vergílio, *Batalha – Estudo Histórico-Artístico-Arqueológico do Mosteiro da Batalha*, Porto, Litografia Nacional – Edições, 1929
- GUSMÃO, Adriano de, *O Mosteiro da Batalha*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda., 1962
- NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Lisboa, Editorial estampa, 1997
- NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929 – 1960)*, S.l., FAUP Publicações, 2001
- NETO, Maria João, *Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, Lisboa, IPPAR, 2006
- PEREIRA, Paulo, *James Murphy e o Mosteiro da Batalha*, Batalha, Instituto Português do Património Cultural, 1989

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

- SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha – Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001

Documentos em Arquivos:

- Arquivo do IPPAR – GEP/141.01
- Biblioteca da Ajuda – 233/VII (N.º 1120) – Vistas e monumentos da Batalha: Mosteiro da Batalha: Igreja do Mosteiro da Batalha (N.º 13) / Vigé & Plessix
- Biblioteca da Ajuda – 233/VII (N.º 1151) – Vistas e monumentos da Batalha: Mosteiro da Batalha: Vista lateral do Mosteiro da Batalha /Vigé & Plessix
- Biblioteca da Ajuda – 233/VII (N.º 1161) – Vistas e monumentos da Batalha: Mosteiro da Batalha: Claustro do Mosteiro da Batalha (n.º 14) /Vigé & Plessix

**V Capítulo** – As gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. A Autenticidade e a Recriação.

Internet:

- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gargula>, 16 de Abril de 2007

Monografias:

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *A Iluminura em Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1990
- CHEVALIER, Jean, *Dicionário dos Símbolos*, S.l., Editorial Teorema, 1994
- CORREIA, Vergílio, *Batalha II – Estudo Histórico-Artístico da Escultura do Mosteiro da Batalha*, Porto, Litografia Nacional, 1931
- GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Vol. 1/2, S.l., IPPAR, S.d.

“*As Gárgulas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma.*”

- GOMES, Saul António, *Vésperas Batalhinas – Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições Magno, 1997
- GONÇALVES, Flávio, *História da Arte: iconografia e crítica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990
- HENRI, Focillon, *Arte do Ocidente, a idade média românica e gótica*, S.l., Editorial Estampa, 1993
- JACQ, Christian, *A mensagem dos construtores de catedrais*, S.l., Tipografia Peres, 1980
- MIRANDA, Maria Adelaide, *História da Arte Portuguesa – Época Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995
- MONTEIRO, D. António Xavier de Sousa, *Elementos de Archeologia e Iconographia Cristã*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1887
- PEREIRA, Paulo, *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, 1º e 2º Vols., S.l., Círculo de Leitores, 2004 – 2005
- PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 1º Vol., S.l., Círculo de Leitores, 1995
- PERES, Damião, *História de Portugal*, S.l., Portucalence Editora, 1932
- SARAIVA, José Hermano, *Lugares Históricos de Portugal*, S.l., Selecções do Reader’s Digest, 2007